

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Anais do

**II ENCONTRO PARANAENSE
DE
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO**

6 a 8 de novembro de 2008

www.epac.ufpr.br

Realização



Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Psicologia
Núcleo de Psicologia, Educação e Trabalho (NUPET)

Apoio



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

**Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Resumos Expandidos de Comunicações Científicas.
II Encontro Paranaense de Análise do Comportamento.
Curitiba, PR: UFPR, 2008 – (144 páginas)

1. Psicologia
2. Análise do Comportamento

Agência de Fomento

 <p>FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA</p> <p><i>Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná</i></p> <p>A Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná é uma entidade de direito privado que ampara a pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos no Estado do Paraná. Os recursos financeiros utilizados pela Fundação têm origem no Fundo Paraná, que destina 2% da receita tributária do Estado ao desenvolvimento científico e tecnológico.</p>	 <p>GOVERNO DO PARANÁ</p> <p>www.pr.gov.br</p>  <p>Seti</p> <p>Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</p> <p>www.seti.gov.br</p>
<p>Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná Av. Comendador Franco, 1341 - Cietep - Jd. Botânico - 80.215-090 - Curitiba - PR Tel.: 41 3271.7803 - Fax: 3271.7421 - www.FundacaoAraucaria.org.br</p>	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Psicologia
Núcleo de Psicologia, Educação e Trabalho (NUPET)
Praça Santos Andrade, 50 – 80.060-000 Curitiba – PR
Site: www.ufpr.br

Coordenação

Alexandre Dittrich
Bruno Angelo Strapasson
Helder Lima Gusso
Rodrigo Baltar Auffinger

Comissão Organizadora

Camila Tinti Moreira	Liliane Ocalxuk
Carina Mitie Ono	Luiz Eduardo Graton Santos
Chrystiano Nogueira Dos Santos	Paulo Henrique Azevedo Grande
Davi Sidnei De Lima	Renan Noceti
Flávia Cajé Baldan	Stélios Sant'Anna Sdoukos

Comissão Científica

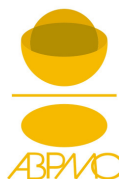
Helder Lima Gusso (org.)	– UFSC / SOCIESC
Alessandra Turini Bolsoni-Silva	– UNESP-Bauru
Carmen Silvia Mota Bandini	– UNCISAL
Cyntia Borges de Moura	– UEL
Denis Zamignani	– Paradigma
Elizeu Borloti	– UFES
Gerson Yukio Tomanari	– USP
Giovana Del Prette	– USP / Paradigma
Jair Lopes Junior	– UNESP-Bauru
Jocelaine Martins da Silveira	– UFPR
José Gonçalves Medeiros	– UFSC
Nádia Kienen	– UNISUL
Vera Lúcia Raposo do Amaral	– UNICAMP

Realização

Núcleo de Psicologia, Educação e Trabalho do Departamento de Psicologia da
Universidade Federal do Paraná

Apoio

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



Apresentação

A história do Encontro Paranaense de Análise do Comportamento (EPAC) começou em 2005, quando ele ainda tinha outro nome, mais modesto. Naquele ano, lançamos a primeira edição do Encontro de Análise do Comportamento de Curitiba (EACC). Foi um momento significativo: convidamos todos os docentes identificados com a Análise do Comportamento em Curitiba a participar, e podemos afirmar com alguma segurança que esta foi a primeira ocasião em que todos estiveram congregados em um mesmo evento. Foi um momento, pode-se dizer, de autoconhecimento, que nos permitiu ter um retrato do que era a Análise do Comportamento em Curitiba – os temas trabalhados, as diferentes perspectivas, as instituições envolvidas. E foi um evento totalmente gratuito – que mostrava, desde então, seu compromisso exclusivo com a produção de resultados acadêmicos e sociais.

O EACC teve apenas mais uma edição em 2006, até transformar-se, em 2007, no EPAC. Desde então, tivemos a oportunidade de receber analistas do comportamento respeitados por sua produção, no Paraná e no Brasil, abordando a multiplicidade de assuntos que caracterizam a própria amplitude de interesses da Análise do Comportamento. O EPAC vem se mostrando uma proposta sólida entre os encontros regionais de Análise do Comportamento – encontros que, para a felicidade de toda a nossa comunidade, têm frutificado em todo o Brasil. Temos tido, sobretudo, a oportunidade de realizar intercâmbios importantes entre os analistas do comportamento paranaenses, mostrando a qualidade de nossa produção. O EPAC também trouxe consigo a novidade de abrir espaço para a apresentação de trabalhos científicos no formato de painel, criando uma notável oportunidade de divulgação, intercâmbio e mesmo de ensino, iniciando alunos nos trâmites da boa produção e divulgação científica.

Temos orgulho do que realizamos até o momento, mas esperamos poder realizar muito mais. E somos gratos a você, que agora lê estas linhas, e que tem testemunhado e apoiado nosso trabalho. Se aquilo que fazemos não tivesse algum efeito sobre o seu comportamento, certamente não valeria a pena...

Sumário

Apresentação	4
Programação do II EPAC	9
Sobre os trabalhos apresentados no II EPAC	11
RESUMOS EXPANDIDOS DOS PAINÉIS DE PESQUISA	12
RELAÇÃO ENTRE AS DESCRIÇÕES DE CONTINGÊNCIA E DE DESEMPENHO NA FORMAÇÃO E RESSURGÊNCIA DE CLASSES DE ESTÍMULOS EQUIVALENTES E AS CONTINGÊNCIAS ESTABELECIDAS PARA ESSES COMPORTAMENTOS	
Lucas Roberto Pedrão Paulino, Tatiane Carvalho Castro e Verônica Bender Haydu	13
PRÁTICAS COMPORTAMENTAIS NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO OBSESSIVO-COMPULSIVO	
Bruna Parisotto Luquini e Simoni Smaniotto	16
MULHERES COM CÂNCER DE MAMA - ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA A PARTIR DE RESUMOS PUBLICADOS ENTRE 2000 E 2008	
Renatha El Rafihi Ferreira, Maria Rita Zoéga Soares, Tayana Fleury Orlandini e Leilah Sant'Ana Sabião.....	19
UM TRABALHO DE HABILIDADES SOCIAIS COM UMA CRIANÇA DIAGNOSTICADA COM AUTISMO	
Larissa de Menezes Modesto, Aline Terumi Bomura Maciel, Aline Santti Valentim, Annamaria Coelho de Castilho e Vânia Lucia Pestana Sant'Ana	22
ESQUIZOFRENIA: PRINCÍPIOS TEÓRICOS E INTERVENÇÃO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	
Aline Terumi Bomura Maciel e Larissa de Menezes Modesto.....	24
ANÁLISE DOS EFEITOS DA INSTRUÇÃO SOBRE REFORÇAMENTO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO PROFESSOR	
Anthônia de Campos, Mariana Amaral e Solange B. Mezzaroba	27
DA MÁQUINA DE ENSINAR AO COMPUTADOR: CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DE METODOLOGIAS INFORMATIZADAS PELO VIÉS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	
Annamaria Coelho de Castilho e Maria Júlia de Lemes Ribeiro	31
SENTIMENTO DE CULPA: EXPLICITAÇÃO DE UM PROCESSO COMPORTAMENTAL	
Luciana Moskorz, Aline Vettorazzi e Olga M. Kubo	34
ALGUNS APONTAMENTOS DO TRABALHO COM ADOLESCENTES SOB O ENFOQUE DA TEORIA COMPORTAMENTAL	
Natiele Prochnau	37

PREVENÇÃO DE PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO NA ESCOLA: A CONSULTORIA COLABORATIVA ESCOLAR E O TREINO DE COMUNICAÇÃO FUNCIONAL	
Aline Maira da Silva e Lucilene Regina Silveira.....	40
O CÂNCER E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: UM ESTUDO DE CASO	
Tayana Fleury Orlandini e Leilah Sant'Ana Sabião	43
A INFORMAÇÃO SOBRE CONTINGÊNCIAS ENVOLVIDAS NO USO DE DROGAS COMO UM ASPECTO PARA APREVENÇÃO DESSE COMPORTAMENTO	
Ana Priscila Batista, Juliana Silva Castro e Fernanda Raphaella Mariano César.....	46
HISTÓRIA COMPORTAMENTAL COM HUMANOS: O EFEITO DO CUSTO DA RESPOSTA	
Thaís Bianchini, João Paulo Pereira de Souza, Tatiany Honório Porto, Luiz Alexandre Barbosa de Freitas e Carlos Eduardo Costa	49
A PSICOEDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DISCRIMINAÇÃO DE CONTINGÊNCIAS PARA A ESPOSA DE UM PORTADOR DE TRANSTORNO BIPOLAR	
Eloana Zanco, Sarah Cristina Kusma e Edi Cristina Manfrói	53
HABILIDADES SOCIAIS EM IDOSOS HIPERTENSOS	
Angelo Horst, Roseli W. Ferreira e Décio Zanoni Júnior.....	56
HISTÓRIA COMPORTAMENTAL COM HUMANOS: O EFEITO DO CUSTO DE DIFERENTES MAGNITUDES SOBRE A TAXA DE RESPOSTAS	
João Paulo Pereira de Souza, Thaís Bianchini, Luiz Alexandre Barbosa de Freitas, Tatiany Honório Porto e Carlos Eduardo Costa.....	60
EFEITOS PSICOMÉTRICOS DE APLICAÇÕES SUCESSIVAS DO INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS EM ATLETAS ADOLESCENTES	
Ana Paula Garcia, Francieli Hennig, Carlos Roberto de Oliveira Nunes, Max Jacques e Gabriela Frischknecht	63
GRUPOS TERAPÊUTICOS COM CUIDADORES DE RENAIIS CRÔNICOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA	
Ana Cristine Ruppenthal, Maria Rita Zoéga Soares, Nicole Calsavara Tomazella, Tatiana Akemi Murate e Daniele Cristine Cortiano	66
DESEMPENHO EM FR COM HUMANOS: O EFEITO DA LOGÍSTICA DA SESSÃO EXPERIMENTAL	
Laís Sthéfani da Cruz Silva, Heloiza Krulselke da Silva, Íria Stein Siena, Paulo Guerra Soares e Carlos Eduardo Costa	69
CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA UMA PROPOSTA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	
Liliane Ocalxuk, Fátima Raquel Szinwelski, Gustavo Vieira da Silva, Jean Carlo Kurpel Diogo, Adriana Vargas, Maria do Carmo Bueno e Luciana Albanese Valore	72

O USO DA TÉCNICA DE DISTRAÇÃO NO MANEJO DA ANSIEDADE: RELATO DE UM CASO CLÍNICO	
Daniela Karine Ramos e Dirceu Salm	75
A RELAÇÃO ENTRE O COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL E A INTERAÇÃO FAMILIAR EM ADOLESCENTES DE COMUNIDADE CARENTE	
Venécio Fernando Moura, Lidia Natalia Dobrianskyj Weber e Gisele Regina Stasiak	79
A AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL EM BEBÊS DE RISCO E OS TIPOS DE AMAMENTAÇÃO NOS QUATRO PRIMEIROS MESES DE VIDA	
Renata Ajub Tirelli e Olga Maria Piagentin Rolim Rodrigues	81
ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: CÂNCER DE MAMA E DISTÚRBIOS DE SONO	
Maria Rita Zoéga Soares, Tayana Fleury Orlandini e Leilah Sant'Ana Sabião	84
ANÁLISE DA RELAÇÃO TERAPÊUTICA ATRAVÉS DA ESPECIFICAÇÃO DOS EPISÓDIOS VERBAIS	
Marcos Roberto Garcia, João Juliani, Celso Aparecido Athayde Neto, Livia Gabriela Selleti Massabki e Marina Tropa Fonseca Carioba Arndt	87
RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE COMO ENFRENTAMENTO PARA A MORTE EM PACIENTES ONCOLÓGICOS	
Silvia Aparecida Fornazari, Renatha El Rafihi Ferreira e Natália Mendes Ferrer da Rosa	90
A ANÁLISE DOS SONHOS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE AUTOCONHECIMENTO	
Barbara Sérvulo Herthel e Juliana Tramontini Marcatto	93
CARACTERIZAÇÃO DE FUMANTES COM ABSTINÊNCIA PONTUAL APÓS INTERVENÇÃO PARA PARAR DE FUMAR	
Juliana Tramontini Marcatto e Maria Luiza Marinho-Casanova	96
INVESTIGAÇÃO DOS HÁBITOS RELACIONADOS AO USO DA TELEVISÃO, INTERNET E JOGOS ELETRÔNICOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Lidia Natalia Dobrianskyj Weber, Cíntia Gemmo Vilani, Cristina Lopes Pereira e Gesicléia Fernanda de Lima	99
CARACTERÍSTICAS DOS COMPONENTES DA CLASSE GERAL COMPORTAMENTO CRIATIVO IDENTIFICADAS A PARTIR DA LITERATURA DA ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO	
Eduardo José de Souza e Olga Mitsue Kubo	102
FEEDBACK E ASSERTIVIDADE NAS RELAÇÕES CONJUGAIS	
Franciane Péterle de Assis e Rebecca Domitilla Brinhosa	105
DIFERENÇAS INDIVIDUAIS EM RATOS EM TESTES DE ANSIEDADE, DEPRESSÃO E LATERALIDADE	
Paula Daniele Ferraresi, Anna Carolina Ramos, Heloísa Maria de Carvalho, Naiara Fernanda Costa, Silmara Batistela, Lucilla Camargo e Célio Estanislau	108

CARACTERIZAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS INDISCIPLINADOS APRESENTADOS POR ALUNOS DE QUINTA SÉRIE DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS Annie Catharine Wielewicki Bueno, Mariana Fuziy, Naiara Fernanda Costa	111
PSICOLOGIA E CRIANÇAS COM CÂNCER: LEVANTAMENTO DE RESUMOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ENTRE 2000 E 2008 Mariana Amaral e Maria Rita Zoéga Soares.....	115
HABILIDADES SOCIAIS INFANTIS – RELAÇÃO COM TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE NA VIDA ADULTA Clemair de Lourdes Spezia Dalla Costa, Edi Cristina Manfroi e Mônica Zatta Tonial	118
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A REPETIÇÃO DO TREINO DAS RELAÇÕES CONDICIONAIS E O DESEMPENHO EM TESTES DE REORGANIZAÇÃO DE CLASSES EQUIVALENTES João Henrique de Almeida e Verônica Bender Haydu	120
O PAPEL DA PSICOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO DE REPERTÓRIOS COMPORTAMENTAIS MAIS ADAPTATIVOS: UM ESTUDO DE CASO Cristina Tiemi Okamoto e Nione Torres.....	123
O EFEITO DA PRIVAÇÃO DE SONO PARADOXAL SOBRE A AQUISIÇÃO DO RESPONDER DE RATOS EM ESQUEMA DRL 10-S Heloísa Maria Cotta Pires de Carvalho, Paula Daniele Ferraresi, Rauni Alves, Anna Carolina Ramos e Célio Estanislau.....	126
ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA NO CONTROLE DO COMPORTAMENTO Marcelo Henklain, Patrícia Brandão, Rauni Alves, Naiade Lohmann, Thaís Oliveira, Maura Glória de Freitas, Maura Alves Nunes Gongora, Souzanne Langner Dupont e Íria Stein Siena.....	133
TRATAMENTO DE ANSIEDADE EM ATLETA DE NATAÇÃO DA BLUMENAU/ FURB / APANBLU ATRAVÉS DO TREINO DE INOCULAÇÃO DE STRESS Carlos Roberto de Oliveira Nunes, João Henrique Negrão de Castro, Ana Paula Garcia e Gabriela Frischknecht ¹	136
RESUMOS DE CONFERÊNCIAS E MESAS APRESENTADAS NO EVENTO	
TCR (TERAPIA POR CONTINGÊNCIAS DE REFORÇAMENTO): FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ESTUDO DE CASO Patrícia Piazzon Queiroz.....	139
PROPOSTAS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A CLÍNICA: DIFERENÇA OU COMPLEMENTARIDADE? Patrícia Piazzon Queiroz.....	140

Programação do II EPAC

06/11/2008 Quinta feira	
08h40-09h	Abertura do evento <i>Alexandre Dittrich e Bruno Angelo Strapasson</i>
09h00-10h20	Palestra: Polidez: A porta de entrada para as virtudes <i>Paula Inez Cunha Gomide (Faculdade Evangélica do Paraná)</i>
10h20-10h40	Intervalo
10h40-12h	Palestra A importância do laboratório animal para o estudo de psicopatologias <i>Maria Helena Leite Hunziker (USP-SP)</i>
12h-14h	INTERVALO ALMOÇO
14h-16h	Conferência Análise comportamental dos termos psicológicos <i>Tereza Maria de Azevedo Pires Sério (PUC-SP)</i>
16h-16h30	COFFEE BREAK
16h30-19h	Mesa-redonda Reforçamento positivo versus reforçamento negativo: Uma distinção necessária? <i>Maria Helena Leite Hunziker (USP-SP) e Tereza Maria de Azevedo Pires Sério (PUC-SP)</i>
07/11/2008 Sexta feira	
09h00-11h00	Conferência Uma leitura analítico comportamental sobre a formação de professores a partir do que eles oferecem <i>Sérgio Vasconcelos de Luna (PUC-SP)</i>
11h00-11h20	Intervalo
11h20-12h	APRESENTAÇÃO DE PAINÉIS
12h-14h	Intervalo almoço
14h-16h	Conferência ACT (Terapia de Aceitação e Compromisso): Fundamentos teóricos e estudo de caso <i>Fátima Cristina de Souza Conte (PsicC - Instituto de Psicoterapia e Análise do Comportamento - Londrina)</i>
16h-16h30	COFFEE BREAK
16h30-19h	Mesa-redonda Contribuições da Análise do Comportamento para a realidade educacional brasileira: Possibilidades e desafios <i>Andréia Schmidt (Universidade Positivo), Olga Mitsue Kubo (UFSC) e Sérgio Vasconcelos de Luna (PUC-SP)</i>

08/11/2008 Sábado

08h30-10h20	Conferência FAP (Psicoterapia Analítico Funcional): Fundamentos teóricos e estudo de caso <i>Maria Zilah da Silva Brandão</i> <i>(PsicC - Instituto de Psicoterapia e Análise do Comportamento - Londrina)</i>
10h20-10h40	Intervalo
10h40-12h	Palestra Contribuições da Análise do Comportamento na proposição de objetivos de ensino com base no conhecimento sobre processos comportamentais caracterizados a partir de informações em fontes não comportamentais <i>Olga Mitsue Kubo (UFSC)</i>
12h-14h	INTERVALO ALMOÇO
14h-16h	Conferência TCR (Terapia por Contingências de Reforçamento): Fundamentos teóricos e estudo de caso <i>Patrícia Piazzon Queiroz</i> <i>(Instituto de Análise Aplicada do Comportamento de Campinas)</i>
16h-16h30	COFFEE BREAK
16h30-19h	Mesa-redonda Propostas da Análise do Comportamento para a Clínica: Diferença ou complementaridade? <i>Patrícia Piazzon Queiroz (Instituto de Análise Aplicada do Comportamento de Campinas), Fátima Cristina de Souza Conte (PsicC - Instituto de Psicoterapia e Análise do Comportamento - Londrina) e Maria Zilah da Silva Brandão (PsicC - Instituto de Psicoterapia e Análise do Comportamento - Londrina)</i>

Sobre os trabalhos apresentados no II EPAC

Foram encaminhados 50 trabalhos, dos quais 45 foram aprovados para apresentação sob a forma de painel. Vale destacar que a atividade da Comissão Científica do evento, mais do que selecionar trabalhos, atuou no sentido de propiciar contingências apropriadas para o desenvolvimento de comportamentos científicos dos alunos que submeteram trabalhos. Acreditamos que, de modo geral, os pareceres cumpriram bem essa função, destacando nos trabalhos os aspectos que estavam bem descritos, ressaltando a relevância social e científica dos trabalhos realizados e indicando os aspectos que poderiam ser aperfeiçoados. A nosso ver, parece ter sido um processo muito rico para desenvolver bons comportamentos científicos, coerentes com o que a Análise do Comportamento traz como contribuição à formação de psicólogos.

Em relação às instituições de ensino em que foram produzidas as pesquisas, nos parece haver dois aspectos importantes a destacar. O primeiro é que são 10 universidades do estado do Paraná, das mais diversas cidades, além de 5 do estado de Santa Catarina e 2 do estado de São Paulo que foram representadas no evento. Este dado demonstra a abrangência e diversidade de contribuições de pesquisadores que estão orientando trabalhos científicos na região sul e sudeste do país e que utilizam o Encontro Paranaense de Análise do Comportamento como um dos fóruns para debate desses trabalhos.

O segundo aspecto que ficou bem evidenciado é a importância dos programas de pós-graduação na produção de conhecimento. O único programa de mestrado em Análise do Comportamento atualmente no estado do Paraná está na Universidade Estadual de Londrina, instituição de onde vieram 40% do total de trabalhos. Além disso, trabalhos vindos de instituições de outros estados, como a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual Paulista e Universidade Federal de São Carlos, também contam com programas de pós-graduação com linhas de pesquisa em Análise do Comportamento. Esses dados demonstram o impacto que esses programas têm na produção de conhecimento nessas regiões.

Em relação aos temas que foram apresentados, há desde pesquisas básicas sobre esquemas de reforçamento até avaliação de diferentes modalidades de intervenção profissional em Psicologia. A qualidade e variedade dos trabalhos apresentados neste ano, tornou a sessão de painéis um show a parte no evento!

Os organizadores do II EPAC agradecem a todos os pareceristas que trabalharam voluntariamente no evento e, especialmente, aos autores de trabalhos que confiaram no evento como um fórum de debate de suas produções.

Instituições de Ensino Superior de vínculo dos autores:

Paraná

Universidade Estadual de Londrina
Universidade Federal do Paraná
Universidade Estadual de Maringá
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Centro Universitário Filadélfia
Faculdade de Pato Branco
Faculdade Assis Gurgacz
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Faculdade Dom Bosco

Santa Catarina

Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Regional de Blumenau
Universidade do Alto Vale do Itajaí
Centro Universitário Leonardo Da Vinci
Instituto Blumenauense de Ensino Superior

São Paulo

Universidade Estadual Paulista - Bauru
Universidade Federal de São Carlos

RESUMOS EXPANDIDOS DOS PAINÉIS DE PESQUISA

RELAÇÃO ENTRE AS DESCRIÇÕES DE CONTINGÊNCIA E DE DESEMPENHO NA FORMAÇÃO E RESSURGÊNCIA DE CLASSES DE ESTÍMULOS EQUIVALENTES E AS CONTINGÊNCIAS ESTABELECIDAS PARA ESSES COMPORTAMENTOS

Lucas Roberto Pedrão Paulino¹

Tatiane Carvalho Castro¹

Verônica Bender Haydu²

Regras são estímulos verbais especificadores de contingências e/ou alteradores de função de outros eventos. Descrever a contingência é especificar verbalmente os antecedentes, da resposta, e da consequência que segue essa resposta. Descrever o desempenho é descrever a topografia da resposta emitida. A efetividade de contingências programadas para tornar públicas respostas verbais pode ser verificada por meio de descrições. Simonassi, Tourinho e Silva (2001) verificaram a relação entre respostas privadas e contingências sociais, por meio da descrição de interações sociais, entre dois participantes, após cada tentativa de um procedimento de discriminação condicional. Concluiu-se que as contingências sociais são responsáveis pelo caráter público ou privado da resposta descrita. Um arranjo específico de contingências permite que a descrição de contingência e de desempenho ocorra de forma pública e seja passível de análise. Dessa forma, são analisadas as descrições de contingência e de desempenho feitas por participantes que passaram por um procedimento de discriminação condicional e teste de ressurgência (responder às relações treinadas previamente) para verificar se estas descrições condiziam com as contingências estabelecidas e com o desempenho apresentado pelos participantes.

Quatro grupos de participantes foram submetidos a diferentes contingências, sendo que para dois deles as respostas relativas tardiamente treinadas foram punidas e, para outros dois, essas respostas foram submetidas à extinção. Um dos grupos de punição e um de extinção tinham a possibilidade de responder a uma relação que não foi treinada, designada *opção default*, que consistia em uma alternativa que correspondia a escolher “nenhuma das alternativas”.

Foram utilizados computadores *Pentium*®, o *software Equivalência*®, e questionários impressos. Os participantes foram distribuídos de forma aleatória em quatro grupos, de acordo com o teste de Ressurgência da 3ª Etapa: Extinção sem Resposta *Default* (EsRD); Extinção com Resposta *Default* (ERD); Punição sem Resposta *Default* (PsRD); e Punição com Resposta *Default* (PRD). O teste de ressurgência consistiu em verificar se o participante respondia de acordo com as relações treinadas na 1ª Etapa (treino tardio). Nos treinos, os grupos de Punição receberam *feedback* para as respostas corretas e incorretas, e os grupos de Extinção receberam *feedback* apenas para as corretas.

¹ (PROIC/ IC voluntário). Universidade Estadual de Londrina
Contato: lucasrppedrao@gmail.com

² Orientadora. Universidade Estadual de Londrina

A obtenção de, no mínimo, 90% de acertos nos treinos foi pré-requisito para realização dos testes. Todos os grupos passaram, na 1ª Etapa, por um treino, no qual relações entre figuras arbitrárias foram relacionadas. Na 2ª Etapa, foram treinadas novas relações com as mesmas figuras da 1ª Etapa. Na 3ª Etapa, para os grupos ERD e PRD, além dos estímulos de comparação, outro estímulo (opção *default*) foi apresentado, possibilitando uma resposta alternativa de não selecionar os estímulos de comparação anteriormente relacionados. Para os grupos EsRD e PsRD não foi apresentada a opção *default*. Ao final da 3ª Etapa foi entregue, para cada participante, um questionário impresso para descrever a contingência e desempenho. O questionário deveria ser respondido e entregue ao pesquisador.

Todos participantes descreveram a tarefa estabelecida pelo programa do computador e descreveram, também, o que deveriam fazer para passar de uma etapa para outra. Independentemente do número de repetições dos blocos, todos participantes passaram para a 3ª Etapa e nenhuma descrição apresentou uma relação entre a quantidade de repetições de blocos e o desempenho. Isto sugere que o número de repetições dos blocos de treino e teste não parece ter influenciado na emissão de respostas consistentes com o treino prévio ou com o treino tardio na 3ª Etapa.

Os participantes dos grupos PRD e PsRD responderam com menor frequência nas relações treinadas na 2ª Etapa. Descreveram o que aconteceu na última etapa do experimento de modo mais detalhado e mais próximo da contingência estabelecida pelo programa do computador do que os participantes dos grupos ERD e EsRD. Estes mantiveram alta frequência de repostas de acordo com as relações treinadas na 2ª Etapa, e descreveram a contingência estabelecida na 3ª Etapa do experimento de forma mais inconsistente com a contingência estabelecida pelo programa do computador nessa etapa. Este resultado indica que o procedimento de punição é mais eficaz para Ressurgência de classes equivalentes do que o procedimento de Extinção, resultado também encontrado na dissertação de Castro (2007).

Todavia a descrição de desempenho tanto dos participantes dos grupos de extinção quanto do grupo de punição foram condizentes com seus desempenhos. Os participantes dos grupos ERD e PRD não citaram a opção *default*, o que dá indícios de que a inclusão da opção da resposta *default* exerceu pouco ou nenhum efeito no responder dos participantes, talvez não tendo sido discriminada por eles.

Tanto a descrição de desempenho quanto de contingência podem funcionar como variáveis importantes no controle da resposta. Entretanto, como as descrições desse estudo foram obtidas após o término da 3ª Etapa, não foi possível verificar a relação de controle entre a descrição e a formação de classes equivalentes ao final das sessões ou etapas do experimento. Todavia, foi

possível verificar efeito da história experimental dos participantes e a relação desta com o desempenho e a programação estabelecida.

Pesquisas básicas sobre ressurgência permitem o estudo e discussão sobre as situações nas quais é mais ou menos provável que uma resposta anteriormente reforçada, mas que atualmente se encontra em frequência muito baixa, volte a ocorrer. Sugere-se, para um estudo futuro referente ao controle das descrições de contingência e desempenho sobre a formação de classes de estímulos equivalentes que a apresentação do questionário seja feita entre as sessões ou etapas.

Referências

Castro, T. C. (2007). *A Ressurgência de classes de equivalência e os efeitos da opção da resposta default*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

Simonassi, I. E., Tourinho, E. Z., Silva, A. V. (2001). Comportamento privado: acessibilidade e relação com comportamento público. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, p.133-142.

PRÁTICAS COMPORTAMENTAIS NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO OBSESSIVO-COMPULSIVO

Bruna Parisotto Luquini¹
Simoni Smaniotto¹

O presente trabalho, busca de forma sucinta expor o Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) e suas definições, para elaborar as formas de tratamento utilizadas com base no Modelo da Terapia Comportamental. O paciente é instigado a vivenciar de forma progressiva o que lhe causa reforços negativos, desta forma, aprende a expor-se a aquilo que está lhe incomodando, aprendendo e percebendo os estímulos advindos do ambiente, percebendo os seus comportamentos obtendo os recursos necessários, para sentir-se confortável.

Foram utilizadas para o referido trabalho, pesquisa bibliográfica e estudos de caso, em artigos científicos.

O transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) é definido por idéias, pensamentos, impulsos ou imagens persistentes, que são vivenciados como intrusivos e inadequados que refletem em sofrimento ou exacerbada ansiedade. O indivíduo com estas características tenta ignorar ou extinguir estes pensamentos ou impulsos, neutralizando-os com algum pensamento ou ação.

De acordo com o modelo comportamental pondera-se que a ansiedade e o medo patológicos são resultantes de comportamentos errôneos, podendo ser aversivo para o paciente. Já que, estes sintomas foram aprendidos em dois estágios. Sendo o primeiro estímulos internos intrusivos até então neutros (obsessões), condicionamento clássico. E o segundo momento por condicionamento operante, que por meio de tentativas de ensaios e erro, deparara - se com táticas que neutralizam ou eliminam tais medos, tendo como conseqüência a execução de rituais, comportamentos evitativos e reassuramentos.

As compulsões e a evitação, impedem a exposição a estímulos aversivos, extinguindo a ansiedade ou impedindo seu surgimento, por isso, é impossibilitada a extinção natural e espontânea dos medos por meio da habituação.

O foco do tratamento consiste na redução dos sintomas-alvo e na prática de estratégias para lidar com obsessões e premências compulsivas no futuro. Concentrando-se na exposição prolongada que pode ser imaginária, norteando o paciente a manter na consciência a imagem ou a idéia temida de maneira vívida, até que o desconforto diminua.

Por sua vez, as obsessões são tratadas por habituação. Pois, os estímulos aversivos, quando veementemente repetidos, perdem seu grau de aversão, e os sujeitos que experimentam acabam por habituar-se a eles. Este procedimento pode ocorrer quando as obsessões são gravadas em fitas

¹ Acadêmicas do Curso de Psicologia da Faculdade Assis Gurgacz – FAG
Contato: bru_luquini@yahoo.com.br

cassetes, possibilitando ser repetidas da maneira como ocorrem, sendo ouvidas pelo paciente. Em caso, de lavadores, se estabelece regras que permitem banho diário de no máximo 10 minutos e lavagem de mãos apenas antes das refeições, depois do uso do toalete ou quando claramente sujas.

É inevitável mencionarmos a necessidade da utilização conjunta de exposição e prevenção de resposta. Sendo que, a utilização da exposição ao vivo e imaginária em conjunto também é indicada, mas não há evidências de que a exposição gradual seja mais eficaz que a inundação.

Necessariamente o tratamento do transtorno na abordagem comportamental, possui a finalidade de construir um vínculo afetivo entre terapeuta e paciente, que seja coerente e respeitoso. Posteriormente agrupar as plausíveis variáveis funcionais e disfuncionais do transtorno, realizando a análise funcional do comportamento. Ensinar ao paciente e familiares, características e o tratamento do transtorno, utilizando o direcionamento de soluções e incentivando a participação para evitar a desistência. Desta forma, como já citado utilizar-se da exposição à incitação que causam ansiedade e prevenir as respostas ritualísticas.

Podemos dizer que o tratamento é orientado pela idéia de que o paciente precisará correr os riscos potenciais que evita ao emitir esquivas e rituais (ativação emocional). O paciente será instigado a viver o que evita sentir, enquanto se expõe. Ao terapeuta, cabe, portanto criar os meios para que o paciente possa refletir sobre o que evita, e por fim, renunciar aos recursos que são utilizados como mantenedores do comportamento e reforços positivos. Descobrimos então, que o forte sofrimento desaparecerá vagarosamente, mesmo sem a emissão de rituais. A principal característica diferenciadora do tratamento consiste no fato de que o comportamento a ser punido é o comportamento de esquiva emitido. Já que, a recorrente emissão do comportamento operante é aceitável frente às contingências de reforçamento negativo vigentes, que podem ser naturais ou acidentais. Podemos analisar também que as demais intervenções para outros problemas associados manipulam as variáveis que procuram regular a resposta de fuga/esquiva, conseguindo identificar os comportamentos, provocando abandono ou evitamento de uma situação aversiva.

Referências

- DSM- IV- TR. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 4ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2002.
- KNAPP, P. cols. **Terapia Cognitivo – Comportamental na Prática Psiquiátrica**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- RANGÉ, B. **Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

- ABREU, Paulo Roberto; PRADA, Cynthia Granja. Relação entre os condicionamentos operante e respondente no transtorno obsessivo-compulsivo. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 22, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Aug 2008.
- WIELENSKA, Regina Christina. Terapia comportamental do transtorno obsessivo-compulsivo. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462001000600018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 Ago 2008.

MULHERES COM CÂNCER DE MAMA - ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA A PARTIR DE RESUMOS PUBLICADOS ENTRE 2000 E 2008.

Renatha El Rafihi Ferreira¹
Maria Rita Zoéga Soares²
Tayana Fleury Orlandini³
Leilah Sant'Ana Sabião³

O câncer de mama é considerado um dos tumores de maior incidência e mortalidade em países ocidentais, incluindo o Brasil. Embora, atualmente o tratamento disponível tenha alto índice de sucesso, os pacientes têm grande probabilidade de desenvolver estresse, depressão, fadiga, ansiedade, raiva, problemas de sono, distúrbios cognitivos e baixa auto-estima (Bower, 2008). Pacientes apontam a necessidade de intervenção psicológica para trabalhar com condições advindas do diagnóstico, tratamento e pós-tratamento, portanto a elaboração de estratégias de intervenção deveria ser alvo de pesquisas em Análise do Comportamento. Considerando os aspectos presentes durante o diagnóstico, tratamento e pós-tratamento, este estudo objetiva revisar a literatura existente, nacional e internacional, relacionada à psicologia e ao câncer de mama, entre os anos de 2000 e 2008, enfatizando os aspectos metodológicos.

Foi realizada pesquisa documental onde foram analisados resumos de artigos científicos, dissertações e teses que abordavam temas relativos à Psicologia e ao Câncer de mama. Foi realizado um levantamento em seis bases de dados – IndexPsi, IndexPsi Teses, LILACS, Scielo, Banco de Teses do Portal CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT – entre os dias 01/03/08 e 13/03/08. Para viabilizar a busca pelos dados, foram utilizadas as palavras “Psicologia + Cancer mama”, como também “Psychology + breast cancer” em todas as bases. Os critérios para a seleção dos arquivos consistiram em a publicação ter ocorrido no período de 2000 a 2008 e que remetesse a atuação de Psicólogos frente ao câncer de mama. A análise foi feita através de ficha de avaliação. Foram selecionados para análise 31 resumos: sendo 20 artigos (65%), 8 teses de doutorado (26%), 1 dissertação de mestrado (3%) e 2 capítulos de livro (6%). Dos resumos consultados 19,5% estavam relacionados à prática psicológica no âmbito do câncer de mama.

¹ Mestranda em Análise do Comportamento (Universidade Estadual de Londrina – UEL)

² Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP), Pós-Doutorado em Psicologia da Saúde (Universidade de Valencia – Espanha). Participa do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento (Universidade Estadual de Londrina - UEL)

³ Graduanda do 5^a ano do curso de Psicologia - Estagiária de Iniciação Científica. (Universidade Estadual de Londrina – UEL)

Contato: re_rafihi@hotmail.com

Verificou-se que as bases de dados com maior número de resumos selecionados foram LILACS (36%) e CAPES (29%), seguidos de BDTD / IBICT (19%), Scielo (10%) e IndexPsi Teses (6%), sendo que nenhum artigo dos bancos de dados IndexPsi foi selecionado por terem sido publicados antes de 2000. A maior parte dos resumos selecionados não especificava a abordagem teórica utilizada (67%). Dentre aqueles que mencionavam 13% indicavam abordagem teórica comportamental, 10% cognitivista e 10% psicanalítica. A produção de resumos em Análise do Comportamento pode ser considerada pequena, se comparada ao total selecionado. O instrumento mais utilizado, segundo os resumos selecionados, foi a entrevista (32%). A maior parte dos trabalhos (39%) foi realizada com número abaixo de vinte e cinco participantes. Dentre aqueles que especificavam o tipo de participante, 81% deles foram realizados com mulheres com diagnóstico de câncer de mama (pré ou pós-tratamento) e 3% foram realizados com cuidadores dessas mulheres. Verificou-se que a maior parte dos resumos selecionados abordava pesquisas na área da psicologia e do câncer de mama, sem menção a qualquer intervenção psicológica. Em função de psicólogos estarem atuando no contexto da saúde de maneira efetiva, tal condição deveria ser alvo de maior investigação (Miyazaki, Domingos, Valério, Santos & Rosa, 2002). Em psicologia da saúde, é importante que a intervenção se baseie na identificação de padrões comportamentais relevantes. Nesse sentido, seria fundamental o desenvolvimento de estudos que avaliem procedimentos de intervenção, fundamentadas por evidências objetivas e cientificamente comprovadas. A psico-oncologia deveria disponibilizar, através de pesquisas, a informação sobre recursos efetivos que auxiliem no enfrentamento do diagnóstico e do tratamento do câncer (Gorayeb, 2001). Constatou-se a ausência de estudos que demonstrem a relação entre eventos ambientais, a doença e os comportamentos decorrentes. Sampaio, Amaral e Marinho (2007) destacam a relevância e a necessidade de estudos que analisem funcionalmente comportamentos públicos e privados de mulheres mastectomizadas.

Concluindo, esse estudo demonstrou a necessidade da elaboração de resumos, que incluam tais informações: ano de publicação, instituição de ensino/pesquisa, abordagem teórica, objetivos, tipo e número de participantes, faixa etária, instrumentos, local (hospital, ambulatório, clínica, etc.), área de atuação e tipo de intervenção. Tais informações em resumos de bases de dados facilitarão a busca do pesquisador sobre temas de interesse. Ficou evidente a necessidade da realização de pesquisas que também avaliem estratégias de intervenção no contexto da saúde, especificamente em psico-oncologia, abordando o câncer de mama.

Referências

- Bower, J. (2008). Behavioral Symptoms in Patients with Breast Cancer and Survivors. *Journal of Clinical Oncology*, 26:768-777.
- Gorayeb, R. (2001). A prática da Psicologia hospitalar. In M. L. Marinho & V. E. Caballo (Orgs.), *Psicologia Clínica e da Saúde* (pp. 263-278). Londrina: Ed. UEL; Granada: APICSA.
- Miyazaki, M. C. O. S. ; Domingos, N. A. M. ; Valério, N. I. ; Santos, A. R. R. ; Rosa, L. T. B. (2002). Psicologia da Saúde: extensão de serviços à comunidade, ensino e pesquisa. *Psicologia USP*, São Paulo, 13, 29-53.
- Sampaio, A.C.P., Amaral, V.L.A.R. & Marinho, M.L. (2007). O câncer de mama e seu tratamento: aspectos biológicos e psicológicos. In R. Starling (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição* (pp. 253-264). v. 19. São Paulo: ESETEC.

UM TRABALHO DE HABILIDADES SOCIAIS COM UMA CRIANÇA DIAGNOSTICADA COM AUTISMO

Larissa de Menezes Modesto¹
Aline Terumi Bomura Maciel¹
Aline Santti Valentim²
Annamaria Coelho de Castilho¹
Vânia Lucia Pestana Sant'Ana³

O presente trabalho se refere à intervenção realizada em uma clínica de estágio em psicoterapia, no período de 2006 e 2007, com um garoto autista de 8 anos, X., sendo também aluno de uma escola que utilizava o método TEACCH.

O atendimento objetivou a extinção de comportamentos inadequados, manutenção de adequados e modelagem de comportamentos mais complexos, úteis ao cliente ou adequados socialmente, em esquema de razão fixa, como: fonemas incompreensíveis, que poderiam ser refinados a palavras; habilidades sociais.

Segundo a mãe, a criança apresentou desenvolvimento “normal”, até os dois anos de idade. Vocalizava diversas palavras e a partir da referida idade, passou a diminuir esse repertório, regredindo por fim ao balbucio. Além do balbuciar, X. ainda tomava banho sozinho, comia sem auxílio, escovava os dentes, ajudava os familiares a estender e recolher roupas do varal, andava de bicicleta sem rodas auxiliares, brincava de bola com as mãos e utilizava pincel e lápis preenchendo a folha com desenhos circulares repetitivos. Vale ressaltar que quando a criança foi observada os comportamentos já estavam instalados, e que o reforçamento para tais respostas foi de cunho social.

Foram realizadas observações na casa, escola, fonoaudióloga e cabeleireiro, onde registramos manualmente vocalizações e imitações, por amostragem de tempo e tipo flash. No primeiro caso, houve várias verbalizações a partir das quais foram propostas as primeiras palavras para o treino verbal; já quanto ao segundo, o cliente não apresentou nenhum comportamento, sendo, portanto, necessário estabelecer um procedimento com este objetivo.

O cliente apresentava ainda, comportamentos de autolesão e agressão quando contrariado ou não compreendido. Ainda nas sessões iniciais, um comportamento presente era o de retirar os brinquedos da caixa e organizá-los sistemática e rigorosamente sobre a mesa. Lápis e pincéis eram alinhados paralelamente uns aos outros; e os demais brinquedos, agrupados em categorias distintas. O atendimento era realizado por oito acadêmicos que se revezavam diariamente, em cinquenta minutos. Ocorreram também sessões extra-consultório.

¹ Acadêmica do 4º ano do Curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

² Pós-graduanda do Curso de Especialização em Clínica Cognitivo-Comportamental da Universidade Estadual de Maringá.

³ Professora Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

Contato: laramenezes87@hotmail.com

No início o atendimento era dividido em treino de vocalização e recreação. Selecionamos palavras priorizando as com função no cotidiano do cliente, pautadas nas vocalizações presentes no repertório dele. Além disto, a estruturação da seqüência das palavras foi pautada segundo o caráter de normalidade e anormalidade articulatória conforme aponta Spinelli, Massari e Trenche (1989). Tais autores indicam que “o caráter de normalidade e anormalidade articulatória é fornecida pela impressão acústica que o falante determina no ouvinte e nele próprio”. (p.111).

Utilizamos figuras com nomes escritos em baixo, que eram apresentadas e verbalizávamos seu nome; era então pedido para o cliente repetir. Quando apresentava emissão correta ou aproximada, era reforçado com guloseimas e reforço social.

Obtivemos aumento significativo: da verbalização funcional das palavras treinadas, com o comportamento passando a modificar o ambiente (Green, como citado em Goulart & Assis, 2002); da atenção aos comandos verbais e do comportamento imitativo; do “quero” ao pedir coisas; da tolerância ao tempo de procedimento da interação social; dos comportamentos de brincar com os terapeutas e completar figuras. Além disso, ocorreu à diminuição significativa, em relação à linha de base, de: mexer e alinhar brinquedos; lavar excessivamente as mãos; birras e auto-lesões.

Conforme exposto, pode-se afirmar que a intervenção pautada na Análise Comportamental trouxe benefícios à criança. Segundo Marinotti e Silva (2001), na clínica não é possível isolar todas as variáveis. Neste ambiente foram desenvolvidos repertórios básicos e específicos e nos atendimentos em situação natural facilitou-se a generalização destes repertórios. Por exemplo, quando estava em uma lanchonete, apontava o que gostaria de comer e emitia vocalizações como “obrigado” e “tchau”. Logo, os dois tipos de atendimentos foram complementares. A posição de alguns terapeutas comportamentais contemporâneos é de que a relação cliente-terapeuta não é um meio separado de intervenção, o que se evidenciou neste caso (Darwich & Galvão, 2001).

Referências

- Darwich, R.A., Galvão, O.F. (2001) Integração de razão e emoção: acerca da importância do condicionamento respondente para a noção de operante. In: Guilhardi, H. J. Et Al (orgs). *Sobre comportamento e cognição*. Santo André: ESETec.
- Goulart, Paulo e Assis, Grauben José Alves de. (2002). Estudos sobre autismo em análise do comportamento: aspectos metodológicos. *Rev. bras.ter. comport. cogn.*, 04 (02), 151-165.
- Marinotti, M.; Silva, A.S. (2001). Algumas considerações sobre o atendimento de um cliente com diagnóstico de “autista de alto funcionamento”, por dois terapeutas, em ambiente natural e de consultório. In: Guilhardi, H. J. Et Al (orgs). *Sobre comportamento e cognição*. Santo André: ESETec.

ESQUIZOFRENIA: PRINCÍPIOS TEÓRICOS E INTERVENÇÃO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Aline Terumi Bomura Maciel¹
Larissa de Menezes Modesto¹

As psicoses sempre foram vistas como grandes incógnitas e objetos de estudo de interesse por pesquisadores das mais diferentes áreas, seja por psicólogos, psiquiatras, neurologistas, entre outros. A esquizofrenia é considerada uma das psicopatologias mais enigmáticas e de difícil tratamento, sendo que não existe um consenso de como ela se constitui e se desenvolve nos indivíduos. Segundo o DSM-IV (APA, 2002), em uma definição topográfica, os sintomas característicos de Esquizofrenia envolvem uma faixa de disfunções cognitivas e emocionais que acometem a percepção, o pensamento inferencial, a linguagem e a comunicação, o monitoramento comportamental, o afeto, a fluência e produtividade do pensamento e do discurso, a capacidade hedônica, a volição, o impulso e a atenção.

Contudo, segundo Zamignani e Andery (2005), a análise do comportamento não se resume a uma descrição topográfica dos comportamentos como é apresentada pelos manuais psiquiátricos, mas busca estabelecer relações funcionais entre o comportamento e o ambiente. Desta forma, é necessária a utilização de manuais para uma comunicação mais efetiva entre profissionais de áreas distintas, mas ao pensarmos na intervenção do analista do comportamento é importante considerarmos aspectos que vão além da descrição sintomática.

Além disso, como aponta Mattos (como citado em Miranda, 2005), os comportamentos psicóticos ocorrem devido a relações funcionais vigentes, sem terem necessariamente o valor de sobrevivência. Conforme pontuou Skinner (1999) “O que tenho a dizer se baseia na hipótese de que o comportamento do psicótico é simplesmente parte do comportamento humano”, ou seja, por mais que a comunidade verbal de uma maneira geral considere os comportamentos psicóticos como “bizarros” estes foram selecionados durante a história de vida do sujeito, da mesma forma que os demais comportamentos operantes. Ainda segundo Skinner (como citado em Lundin, 1977): formas de comportamento características da doença mental podem ser simplesmente o resultado de uma história de reforçamento de uma condição incomum de saciação ou privação, ou de uma circunstância emocional excitante. Excetuando o fato de serem elas mais desagradáveis e perigosas, não podem ser distinguidas do restante do comportamento de um indivíduo.

Britto (como citado em Miranda, 2005) enfatiza as dificuldades vivenciadas pela família que tem como um dos membros uma pessoa com esquizofrenia. Essas pessoas geralmente ficam confusas diante do repertório comportamental pouco adequado perante o que é socialmente aceito emitido pela pessoa diagnosticada com esquizofrenia. Dentre os padrões comportamentais mais

¹ Acadêmicas do 4º ano do Curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

Contato: terumi.maciel@gmail.com.

comuns, o autor descreve uma dificuldade em manifestar e perceber emoções e a diminuição de comportamentos de autocuidado. Normalmente o indivíduo afasta-se de amigos, do local de trabalho, não demonstrando interesse por demandas do ambiente sócio-verbal, nem objetivos a serem alcançados. As emissões verbais são escassas, e quando ocorrem não condizem com as situações do momento observáveis, tendo relação com acontecimentos ou personagens distantes.

Cameron (como citado em Lundin, 1977) destacou algumas possíveis variáveis independentes da história do indivíduo que podem ter relações com as modificações comportamentais supracitadas, tais como “relacionamentos familiares anteriores, punições, conflitos e frustrações excessivas dentre outros”.

A partir disto, podemos planejar uma intervenção com pessoas diagnosticadas com esquizofrenia partindo das mesmas leis e pressupostos empregados nos demais comportamentos humanos. Vários estudos (Britto, Rodrigues, Santos, & Ribeiro, 2006; Britto, 2004; Miranda, 2005) enfatizam a utilização destas leis no trabalho clínico com esta população específica. Inicialmente, conforme pontua Follette, Naugle, & Linnerooth (2000), realiza-se uma análise funcional do comportamento do indivíduo, identificando as características do cliente, organizando-as de acordo com os problemas em termos de princípios comportamentais e planejando uma intervenção baseada nessa avaliação. Assim, busca-se identificar os padrões socialmente inadequados, bem como aqueles mais adaptados ou neutros, para a partir dessas informações planejar um trabalho clínico.

Percebemos, a partir dos estudos realizados, que apesar da intervenção com pessoas com esquizofrenia ser mais demorado e mais difícil (levando-se em consideração tanto a topografia quanto a funcionalidade dos comportamentos emitidos), o trabalho feito segue os mesmos princípios que os demais feitos pelo analista do comportamento. Por conta de todo o preconceito que envolve as pessoas com esquizofrenia, muitos estudos estão sendo realizados somente agora, como podemos perceber levando-se em conta a bibliografia recente utilizada. Entretanto, Skinner, em seu trabalho “O que é comportamento psicótico” enfatizava os princípios teóricos que envolvem a análise dessa população específica, e cabe aos analistas do comportamento atualmente desmistificar cada vez mais as possíveis formas de intervenção, para assim melhorar a qualidade de vida dessas pessoas e de todos os que se relacionam com elas.

Referências

Skinner, B.F. (1959/1999) *Cumulative Record*. Cambridge, MA: B. F. Skinner Foundation. Parte IV, pp.303-321.

Follette, W., Naugle, A. E. & Linnerooth, P. J. (2000). Functional Alternatives to Traditional Assessment and Diagnosis. In: M. J. Dougher (Ed.) *Clinical Behavior Analysis: Theory, Research, and Treatment*. Reno, NV: Context Press.

Miranda, E. (2005). *A Esquizofrenia sob a Perspectiva dos Princípios da Análise do Comportamento*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiás, Brasil.

Lundin, R. W. (1977). *Personalidade: uma análise do comportamento*. São Paulo: EPU.

Britto, I. A. G. de S., Rodrigues, M. C. A., Santos, D. C. O., Ribeiro, M. A. (2006). Reforçamento diferencial de comportamentos verbais alternativos de um esquizofrênico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 08 (01), 073-084.

ANÁLISE DOS EFEITOS DA INSTRUÇÃO SOBRE REFORÇAMENTO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO PROFESSOR

Anthônia de Campos¹
Mariana Amaral¹
Solange B. Mezzaroba²

A crise educacional é hoje um tema tão analisado e tão divulgado que parece haver pouco de novo a se dizer a respeito. A educação é entendida como uma instituição social semelhante a outras como o governo e a religião. A educação é analisada por Skinner, (1974) a partir de uma característica específica: o fato de esta agência responder pelo estabelecimento de comportamentos que serão vantajosos para o indivíduo e para os outros em algum momento futuro. É a agência que tem condições de produzir a variação necessária á sobrevivência da cultura preparando, formal e sistematicamente, indivíduos aptos a construir uma cultura com maiores chances de sobrevivência e a lidar de modo eficiente com o controle exercido pelas demais agências. As críticas na forma como o behaviorismo radical tem sido concebido, apresentadas pelo próprio Skinner, já em 1974, leva-nos a crer que a abordagem poderia estar sistematicamente sendo desconsiderada como uma alternativa na análise e resolução de problemas comportamentais. De acordo com Zanotto 2000, muitos dos trabalhos identificados como princípios da análise do comportamento, assim como muitos aspectos mencionados na críticas feitas à abordagem aplicada à educação, não expressam, ou expressam de maneira simplista, os princípios e os conceitos formulados por Skinner, nem contêm as marcas de suas propostas para o ensino. Muitos consideram a análise Skinneriana do processo de ensinar, uma limitação ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. O que parece ser passado é de um modo geral, ou um resumo da teoria, ou procedimentos dela derivados sob a forma de receitas, que acabam virando fetiches. A difundida representação errônea do behaviorismo na literatura científica e popular pode também ter contribuído para que a compreensão do comportamento fosse sistematicamente ignorada ou negada. O ensino de psicologia da educação da forma como vem sendo apresentado, dificilmente permitirá ao futuro professor um conhecimento verdadeiro da proposta educacional Skinneriana, que possa subsidiar seu trabalho em sala de aula. Para Skinner (1972), o ensino pode ser definido como um arranjo de contingências de reforçamento sob as quais o comportamento muda. A explicitação de objetivos de ensino em termos comportamentais possibilita ao professor identificar, de maneira mais precisa, as mudanças ocorridas em seus alunos, avaliar o quanto eles aprenderam e o que falta para ser aprendido. Possibilita, ainda, esclarecer ao

¹ Acadêmica do Curso de pós-graduação em Análise do Comportamento Aplicada no Centro Universitário Filadélfia – UniFil, e mestranda em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina- UEL.

E-mail: anthoniadc@yahoo.com.br

² Docente do Curso de pós-graduação em Análise do Comportamento Aplicada no Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Mestre em Psicologia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987) e Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista- Campus Marília (2006).

próprio professor a sua tarefa, dando-lhe melhores oportunidades de reconhecer e responsabilizar-se por acertos e erros de sua atuação. Segundo Luna (2003), o importante não é simplesmente oferecer ao professor um conjunto de procedimentos de ensino, ao contrário, o que importa é levá-lo a entender, pelo recurso à análise das contingências, os fundamentos, possibilidades e limites de tais procedimentos. Os educadores precisam conhecer quais são os princípios da teoria proposta pela análise do comportamento e de que forma eles podem revertê-los em procedimentos aplicáveis. Apenas com este conhecimento científico é que o professor poderá selecionar e definir comportamentos a serem ensinados e planejar as contingências mais eficazes para que o aluno aprenda. Neste sentido a preparação embasada na análise do comportamento envolveria necessariamente o planejamento pelo professor de procedimentos de ensino que levassem o aluno aprender, evitando o fracasso. O presente estudo teve como objetivo verificar quais os efeitos da instrução sobre reforçamento, através do procedimento de vídeofeedback e da realização de aulas teóricas, nas práticas educativas do professor. O estudo envolveu duas professoras de séries iniciais, 1ª e 3ª séries respectivamente. Os dados foram coletados na própria escola onde as professoras lecionavam. Como procedimento foram realizadas 04 (quatro) sessões de filmagem em sala de aula para o estabelecimento de linha de base. As filmagens tinham duração de 40 (quarenta) minutos cada, e foram realizadas sempre no mesmo dia e horário da semana, e durante a realização de atividades semelhantes. Foi elaborado um protocolo de registro, que continha as categorias comportamentais (observadas na linha de base) das docentes a serem estudadas. Foram selecionadas 16 categorias, a fim de garantir concordância entre as observadoras e melhor precisão dos dados. Estas foram: Pedir por favor, agradecer, elogio genérico, elogio descritivo, fazer perguntas, delegar responsabilidades, ajudar, instruir, parafrasear / imitar / concordar, dar condições se..., então..., verificar a tarefa, dar ordens, criticar comportamentos, criticar a criança, fazer pela criança e explicitar as regras. Cada categoria foi previamente descrita para não gerar discordância nos registros. Neste protocolo foram registradas as frequências de cada categoria comportamental. Após a realização de cada filmagem, o material foi analisado pelas pesquisadoras, que realizaram o registro da frequência dos comportamentos. Na etapa de intervenção, foi realizado um treinamento das aplicações do reforçamento com as duas professoras. Isto foi realizado através de breves exposições teóricas sobre o tema, realização de instrução programada e posteriormente do vídeofeedback, no qual as docentes observaram seus próprios comportamentos e discutiram com as pesquisadoras, de acordo com o que aprenderam sobre reforçamento, se seus comportamentos em cada ocasião foram ou não adequados, e quais são as possíveis alternativas comportamentais e suas prováveis conseqüências. Outros estudos relacionados à interação pais e filhos, mostraram a efetividade do uso de vídeofeedback. Ray e Saxon, (1992) utilizaram um procedimento no qual, os pais foram gravados em vídeo interagindo com seus filhos em situações naturais ou arrançadas, e

posteriormente assistem a si mesmos junto com o terapeuta de quem recebem feedback sobre seu desempenho e sobre as mudanças necessárias. Segundo os autores, o videofeedback permite que os pais visualizem seus próprios padrões interacionais, levando-os a compreender os modos pelos quais eles podem manejar o comportamento de seu filho de modo diferente e produtivo. No presente estudo tal procedimento foi adotado também, por permitir que o professor observe seus próprios comportamentos e conheça o princípio de reforço proposto pela análise do comportamento, através de suas próprias vivências. Posteriormente foram realizadas mais 02 (duas) sessões de filmagem em sala de aula, também com duração de 40 (quarenta) minutos cada, e realizadas sempre no mesmo dia e horário da semana, e durante a realização de atividades semelhantes. Após a realização de cada filmagem, o material foi analisado pelas pesquisadoras, que realizaram o registro da frequência dos comportamentos. Os dados obtidos foram analisados estatisticamente para verificação de diferenças significativas entre as frequências pré e pós-intervenção. Também foram analisados de forma descritiva, apresentando-se as figuras com as médias de cada etapa e descrevendo-se as eventuais diferenças em termos percentuais e/ou em número médio de respostas em cada etapa nas categorias avaliadas. Verificou-se que embora o comportamento de elogiar tenha aumentado de frequência, as professoras continuaram reforçando os comportamentos que consideravam inadequados. Concluímos que a intervenção apresentou poucos efeitos na didática do professor em sala de aula. Outros estudos em ambiente escolar poderiam dedicar um tempo maior para a fase de intervenção, realizando várias intervenções e observando seus efeitos. Levantou-se a hipótese que a instabilidade dos dados pode estar também relacionada, com a apresentação apenas de contingências de reforçamento, na fase de intervenção. Talvez estudos que incluíssem contingências de punição, poderiam ter resultados mais significativos. As entrevistas permitiram obter indicadores em relação ao conhecimento das professoras sobre os princípios da análise do comportamento. Observou-se que as professoras tinham um conhecimento errado, visto que, ficaram surpresas quando descobriram que o reforço negativo não era o mesmo que punição, o que confirma a difundida representação errônea do behaviorismo radical na literatura científica e popular. Algumas limitações do estudo precisam ser aqui consideradas. Uma dificuldade encontrada foi em relação à coleta de dados. Quando falamos do comportamento do professor em sala de aula estamos tratando de uma relação que envolve efeitos nos comportamentos dos alunos. A interação é um fenômeno que traz dificuldades quando precisamos medi-lo. Para melhor garantir a precisão dos dados foi utilizado um instrumento com categorias, a fim de viabilizar a observação e registro mais fidedigno entre os observadores. Entretanto, a categorização nos afasta do comportamento e nos aproxima da topografia. Outras formas de registro precisam ser pensadas e testadas. O fazer pesquisa em ambiente escolar nos trás desafios que precisam ser superados. Por fim, consideramos que os pressupostos da análise do comportamento para a educação podem intervir neste sistema e

desenvolver mudanças efetivas. Mas para isso, precisamos antes de tudo encontrar melhores formas de mostrar estes pressupostos para os profissionais que atuam nele, assim como sua importância para a área. Precisamos analisar as contingências onde e quando elas acontecem.

Referências:

- Luna, S. V. (2003). *Contribuições de Skinner para a Educação*. Em: Placco, V. M. N. (org.). *Psicologia e Educação: revendo contribuições*. São Paulo: Educ/Fapesp.
- Skinner, B.F. (1972). *Tecnologia do ensino*. (R. Azzi, Trad.). São Paulo: E.P.U e EDUSP. (Originalmente publicado em 1971)

DA MÁQUINA DE ENSINAR AO COMPUTADOR: CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DE METODOLOGIAS INFORMATIZADAS PELO VIÉS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Annamaria Coelho de Castilho¹
Maria Júlia de Lemes Ribeiro²

Ensinar para análise do comportamento significa planejar contingências que propiciem a conseqüenciação necessária para a aprendizagem por parte do aluno. De acordo com Zanotto (2004, p.43) a análise do comportamento, ao priorizar a relação sujeito-ambiente e explicá-la com conceitos como comportamento operante e contingências de reforço, possibilita ao planejamento do ensino, conhecer as situações que levariam o aluno a aprender.

Ensino programado pode ser definido como aquele “que visa basicamente o arranjo de contingências eficazes de ensino respeitando o ritmo individual de cada aluno” (RODRIGUES, 2001, p.4). Máquinas de ensinar são aparelhos construídos de acordo com este princípio. Vale ressaltar as seguintes palavras de Skinner (1972, p. 27, grifo do autor):

Os recursos audio-visuais suplementam e podem mesmo suplantar aulas, demonstrações e livros didáticos. Ao fazê-lo suprem uma função do professor: apresentam as matérias ao estudante e, quando o fazem bem, tornam-nas tão claras e interessantes que o estudante aprende.[...] Existe um real perigo de que fique totalmente negligenciado se o uso de equipamento, destinado a simplesmente *apresentar* as matérias, se tornar generalizado. O aluno está se tornando cada vez mais um mero receptáculo passivo da instrução.

Matos (1992), considerando esta pontuação de Skinner, afirma que o computador “é a máquina de ensinar ideal” (p.162). Ele personaliza e individualiza o ensino, baseando-se no ensino programado e permite uma exposição a novas contingências que não seria possível sem ele (RODRIGUES, 2001, p.4).

Os computadores de hoje prestam-se muito mais adequadamente à tarefa de apresentar material de ensino (isto é, situações hierarquizadas e seqüenciadas de aprendizagem) do que as primitivas máquinas de ensinar, que avançavam linearmente ao toque de alavancas com a ocorrência de respostas certas. (MATOS, 1992, p. 161)

Sobre as diferenças da máquina de ensinar para o computador, Matos (1992) destaca os seguintes avanços do último: subprogramas que cumprem pré-requisitos detectados por meio dos erros do aluno durante o uso de um programa; possibilita repetições com variações para aumentar a generalização e discriminação; permite a repetição de partes do programa após certo desempenho; aos mesmos conteúdos mas em contextos diferentes (maior variabilidade de exposição a contingências) e momentos em que o programa apresenta os resultados, encaminha o usuário para pontos adiante (p.162).

¹ Aluna do Curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. **Contato:** annamcdc@gmail.com

² Professora doutora do Curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, coordenadora do Laboratório de Inclusão Digital.

Podemos pensar também na questão do tempo e capacidade de armazenamento. Com a rápida capacidade de processamento, o tempo entre resposta e reforço é de milésimos de segundo e, com isso, uma conseqüenciação tão imediata, favorece a instalação ou manutenção de resposta. Já a capacidade de armazenamento permite uma maior fidedignidade dos dados, uma vez que possibilita guardar os mais variados e detalhados registros.

Para ilustrar as contribuições de metodologias informatizadas tomemos o programa Mestre® de Goyos e Almeida (1994), que funciona a partir de tarefas montadas pelo usuário, sendo utilizada a metodologia da equivalência de estímulos. Nesta proposta, pelo menos 2 conjuntos de estímulos são apresentados e por discriminações condicionais o aprendiz vai estabelecendo as relações (GOYOS, 2004). O procedimento é denominado “Matching to sample” (MTS), ou escolha de acordo com modelo: “um sujeito deve escolher, entre estímulos de comparação, aquele que é emparelhado com um modelo apresentado” (JÚNIOR e SOUZA, 2006, p.48).

Na tela inicial há 7 opções: imagens, sons, criar tarefas, acesso as tarefas, relatórios, ajuda e saída do programa (GOYOS, 2004). Os ícones sons e imagens permitem o usuário ver quais estímulos estão disponíveis, adicionar e excluir os que desejar (GOYOS, 2004). Já a parte de criação de tarefas é o local que se elaboram as lições a serem acessadas pelo aluno, é possível criar novas tarefas, adicionar elementos às já existentes e também eliminá-las (GOYOS, 2004).

Alguns estudos evidenciam a eficácia desta metodologia, como Ribeiro (1997), que teve como objetivo capacitar professores a utilizar o software para seus alunos com dificuldades de leitura. Foram colaboradores 9 professores e 16 alunos de Ensino Fundamental (RIBEIRO, 1997). O resultado foi de 100% de acerto em todos os passos, exceto um aluno que apresentou 90% (RIBEIRO, 1997). Além de possibilitar o acesso a uma metodologia informatizada o estudo auxiliou também os alunos com sua dificuldade de leitura (RIBEIRO, 1997). No que diz respeito ao ensino do manuseio do software para os professores, muito mais que capacitá-los ao uso, possibilitou uma rica discussão sobre as dúvidas em conceitos básicos de análise do comportamento aplicados ao programa. Sete dos nove professores acreditam que o programa pode ser utilizado na aquisição e recuperação da leitura e escrita (RIBEIRO, 1997). Oito destes nove, notaram diferenças na leitura e escrita de seus alunos (RIBEIRO, 1997).

Outros estudos de relevância foram os de: De Leon (2003, como citado em GOYOS, 2004); Freire (2000, como citado em GOYOS, 2004); Araújo (2004, como citado em GOYOS, 2004); Medeiros, Fernandes, Pimentel e Simone (2004), etc..

Observamos, com estes e outros estudos, que os comportamentos acadêmicos em toda sua complexidade podem ser ensinados passo a passo, de acordo com o ritmo do aprendiz. Ribeiro

(1997) assinala ainda que conseguiria realizar sua pesquisa sem o computador, no entanto, a apresentação dos estímulos visuais e sonoros, a velocidade da consequenciação, a atratividade do material, a possibilidade de controle das variáveis intervenientes seriam alguns dos aspectos muito dificultados sem o uso da informática.

Referências

- Goyos, Celso. (2004) Mestre: um recurso derivado da interface da Análise Comportamental com a informática para aplicações educacionais. In Hübner, M. M. C., Marinotti, M. (Ed.). *Análise do comportamento para educação: contribuições recentes* (pp. 285-305). Santo André: ESETec Editores Associados.
- Júnior, R. R. T., Souza, M. A. O.de. (2006) *Vocabulário de análise do comportamento: um manual de consulta para termos da área*. Santo André: ESETec Editores Associados.
- Marinotti, M. (2004). Processos comportamentais envolvidos na aprendizagem de leitura e da escrita. In Hübner, M. M. C., Marinotti, M. (Ed.). *Análise do comportamento para educação: contribuições recentes* (pp. 205-223). Santo André: ESETec Editores Associados.
- Matos, M. A. (1992). Análise de contingências no aprender e no ensinar. In Alencar, E. S. de. *Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem* (pp. 141-165). São Paulo: Cortez Editora.
- Medeiros, J.G., Fernandesm A. R., Pimentel, R. & Simone, A. C. S. (2004). A função da nomeação oral sobre comportamentos emergentes de leitura e escrita ensinados por computador. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 249-258.
- Ribeiro, M. J. L.(1997). *Dificuldades de leitura: capacitação de professores para a utilização de uma metodologia de ensino informatizada*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Londrina, 1997).
- Rodrigues, M. E.(2001). Algumas considerações sobre informática educativa e análise do comportamento. *Psicologia Argumento*, 28, 55-61.
- Skinner, B. F.(1972). *Tecnologia do ensino*. São Paulo: Edusp.
- Zanotto, M.de L. B. (2004). Subsídios da análise do comportamento para a formação de professores. In Hübner, M. M. C., Marinotti, M. (Ed.). *Análise do comportamento para educação: contribuições recentes* (pp. 33-47). Santo André: ESETec Editores Associados.

SENTIMENTO DE CULPA: EXPLICITAÇÃO DE UM PROCESSO COMPORTAMENTAL

Luciana Moskorz¹
Aline Vettorazzi¹
Olga M. Kubo²

É inegável o avanço do conhecimento produzido pelos analistas de comportamento sobre seu objeto de estudo e de intervenção. Múltiplas dimensões que compõem o comportamento dos organismos têm sido estudadas nos mais variados contextos e âmbitos nos quais esse fenômeno se manifesta. Há, nesse universo de conhecimento, um conjunto de informações sobre o que é denominado de “sentimentos e emoções” que merece ser destacado, principalmente ao se considerar a função desses tipos de fenômenos no trabalho do analista de comportamento, em especial na intervenção em contextos clínicos. Dentre esses fenômenos, é de especial interesse examinar o chamado “sentimento de culpa” sob a perspectiva da Análise do Comportamento.

Existem dados sobre “sentimento de culpa” produzidos por diferentes processos de conhecer, seja pelo processo religioso, filosófico, científico, ou de senso-comum com variados graus de confiabilidade dessas informações sobre tal fenômeno. Os estudos de Freud sobre “sentimento de culpa” no começo do século XX, por exemplo, indicam tal sentimento como um dos responsáveis pelo mal estar por ele observado na sociedade da época, consolidando, em sua teoria, a culpa como um dos alicerces da civilização ocidental. Freud tratava a culpa como um conflito entre instâncias internas, que se desenvolvia no âmbito “intra-psíquico”, com pouca ênfase nas relações do sujeito com o ambiente. Na perspectiva da Análise do Comportamento a ênfase da análise da “culpa” está nessas relações: a “culpa” surge como decorrência de expectativa de punição por alguém que infringiu norma ou regra instituída por agências controladoras (governo, igreja, escola, família, etc.), pela antecipação de uma infração ou pela incapacidade de atingir padrões de “bom comportamento” de acordo com referenciais dessas agências controladoras. Dessa forma, “sentir-se culpado” não se refere apenas as punições impostas pela comunidade, mas aos processos desenvolvidos pela pessoa quando qualifica de certo ou errado aquilo que fez. A maioria dos autores estudados concorda que, para a ocorrência do sentir-se culpado, é necessário que o sujeito reconheça ter feito algo considerado inadequado para a sociedade onde está inserido. Guilhardi (2002) complementa a discussão com outras etapas que compõem o processo de sentir-se culpado, como: ter uma história de vida de contato com contingências coercitivas na qual envolvam punição por comportamentos inadequados; e prever a perda (por meio de generalização) ou perder efetivamente reforçadores positivos ao emitir um comportamento considerado inadequado.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Contato: lumoskorz@yahoo.com.br

Dada a complexidade do processo de “sentir-se culpado”, tal como evidenciado pela análise de Guilhardi (2002), e a quantidade de conhecimento produzido por meio de diferentes formas de conhecer sobre esse processo, foi objetivo do trabalho complementar a análise apresentada pelo referido autor, a partir de informações identificadas em fontes não comportamentais e explicitar os comportamentos que compõem a classe geral denominada “culpar-se”.

Método

1. Fontes de informações: foram consultadas para identificar os comportamentos constituintes do ‘sentir-se culpado’: dicionários não-especializados da Língua Portuguesa; dicionários especializados em Psicologia e Psicanálise; volumes XIX e XXI das obras completas de Freud; Guilhardi (2002) e outros artigos de periódicos especializados em Psicologia nacionais e estrangeiros de diversas abordagens.

2. Procedimento: a partir das classes de comportamentos característicos do processo de “sentir-se culpado” apresentadas por Guilhardi (2002) no artigo “*Análise comportamental do sentimento de culpa*”, estas foram organizadas em três possíveis cadeias ou seqüências comportamentais. As lacunas identificadas nas cadeias ou nas seqüências foram orientadoras da procura de informações em outras fontes de forma a supri-las. As informações contidas nas fontes foram selecionadas de acordo com a definição de comportamento, na forma de perguntas: (a) com que aspectos do meio se relaciona quem se sente culpado?; (b) que aspectos constituem os resultados ou conseqüências desse tipo de atuação? e (c) quais as classes de respostas que alguém apresenta e que são responsáveis pela mudança dos aspectos do meio existentes para os que caracterizam as “condições conseqüentes”? Após isso, o conjunto de informações foi organizado de forma a caracterizar o que compõe o processo de “culpar-se” e nomear cada comportamento componente da cadeia ou da seqüência comportamental envolvida no processo.

RESULTADOS

Os três conjuntos de comportamentos identificados como componentes do processo de “sentir-se culpado” organizados em cadeias ou seqüências comportamentais foram: (1) História de aprendizagem necessária para desenvolver o comportamento “culpar-se”, composto por 17 subclasses de comportamentos; (2) Características do processo de “culpar-se”, composto por seis subclasses; (3) Comportamentos que restituem fontes de reforçadores positivo, composto por cinco subclasses. No conjunto (1) aparecem como subclasses relacionadas a aprendizagens feitas na infância na interação com seus cuidadores [por exemplo, “identificar relação entre necessidades supridas e cuidados dos cuidadores”, “notar sinais que indiquem a ausência dos cuidadores”, “distinguir entre seus comportamentos aqueles que são conseqüenciados positivamente de comportamentos que são punidos”, “Notar o alto grau de controle dos cuidadores sobre seus

comportamentos”], bem como subclasses que se referem à transferência de controle de estímulos de comportamentos dos cuidadores para as agências sociais de controle, condição essa que possibilita o desenvolvimento do processo de culpar-se. No conjunto (2) há subclasses que se referem a comportamentos de julgar se algo que foi feito pela própria pessoa é adequado ou não. Compõem esse conjunto subclasses como: “reconhecer que emitiu comportamento inadequado de acordo com classes de respostas que foram punidas no passado, auto-regras, regras, processos de generalização, relações de equivalência, observação de comportamentos e discriminação”; “rever (por meio de uma generalização) uma perda de reforçadores positivos, ou perder efetivamente reforçadores positivos providos do agente controlador”. No último conjunto (3) são encontradas subclasses que se referem a comportamentos que possibilitam restituir fontes de reforçadores positivos, ou emitir comportamentos efetivos de contracontrole.

DISCUSSÃO

A importância da explicitação dos comportamentos que compõem o processo de “culpar-se” reflete-se na mudança de referencial de ‘sentimento de culpa’ como entidade motivadora interna para a noção de um processo comportamental complexo que depende fundamentalmente da história de aprendizagens do sujeito. Mesmo o exame de obras, como a psicanalítica, nas quais a ênfase na relação do indivíduo com o meio fica prejudicada pelo uso de expressões metafóricas e verbos substantivados, foi possível identificar características comportamentais que definem o processo de culpar-se. Essa mudança conceitual possibilitará auxiliar profissionais em diferentes campos, principalmente aqueles da saúde, na projeção de condições de prevenção ou de ensino que possam minimizar os efeitos aversivos do ‘sentir-se culpado’ tanto na esfera individual como social. Reiterando o que Guilhardi (2000, citado por Guilhardi, 2002) destaca “(...) palavras como “alegria”, “felicidade”, “bem-estar” etc., continuarão a ser queridas, mas serão substituídas pela descrição de contingências que produzem sentimentos a que tais palavras se referem (...) No entanto, mais importante que a ausência dessas palavras será a ausência das contingências aversivas que lhes deram origem” (p.199).

Referências

- Baumeister, R.F.; Stillwell, A.M. & Heatherton, T.F. (2007). Guilt: an interpersonal approach. *Behavior Research and Therapy*, 45 (10), 2387-2396.
- Freud, S. (1974). O futuro de uma ilusão, o mal estar na civilização e outros trabalhos. In J. Strachey (Ed. and Trans.), *Obras Completas* (Vol. 21, pp.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1927-1931).
- Guilhardi, H. (2002). Análise Comportamental do Sentimento de Culpa. Em A.M.S.Teixeira, M.R.B. Assunção, R.R.Starling e S.dos S. Castanheira (orgs.) *Ciência do comportamento: conhecer e avançar* (volume 1). Santo André (SP): ESETec, 173-200.
- Skinner, B.F. (2003). *Ciência e Comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes.

ALGUNS APONTAMENTOS DO TRABALHO COM ADOLESCENTES SOB O ENFOQUE DA TEORIA COMPORTAMENTAL

Natiele Prochnau¹

A adolescência é uma fase que media a infância e a idade adulta, iniciando-se na puberdade e terminando com a aquisição da identidade, autonomia, integração com a sociedade e elaboração de projetos de vida (PAPALIA; OLDS, 1998). É comum considerar como adolescentes as pessoas que encontram-se na faixa etária de doze a vinte anos de idade. Ao referir-se à este grupo etário, tanto leigos quanto especialistas lembram de mencionar que os mesmos percorrem um período de grandes transformações físicas e psicológicas. Essas transformações, tendem a incomodar e assustar o adolescentes e as pessoas que o cercam (BANACO, 2001).

Várias teorias psicológicas tentam explicar os motivos dessas dificuldades que os adolescentes apresentam, buscando verificar sua veiculação com a tradição cultural e científica e procurando no interior das pessoas as causas dos comportamentos delas. Essas teorias descrevem “a causa” dos comportamentos destes adolescentes ditos em “conflito” nas mudanças fisiológicas, hormonais e na transição para a idade adulta. A análise do comportamento, por sua vez, não acredita nestas explicações, pois o conflito deve estar no ambiente antes de estar no interior da pessoa. Deste modo, o problema está na relação do adolescente como o seu mundo (BANACO, 2001). Neste sentido, esta teoria busca entender os motivos que levam o indivíduo a apresentar tais comportamentos, vivendo dentro de certas situações e em dado momento, além das variáveis que mantém tais comportamentos (LOPES; LOPES; LOBATO, 2006).

O presente trabalho pretende apresentar os resultados de um levantamento bibliográfico no que diz respeito à atuação do analista do comportamento na terapia com adolescentes visando explanar os pontos principais no trabalho com adolescentes e levantar principais queixas que levam os adolescentes à terapia.

Banaco (20001) expõe que a primeira preocupação de um terapeuta comportamental deve ser a relação com o cliente de modo a maximizar os resultados da terapia para o comparecimento do mesmo nas sessões subseqüentes. Neste ponto, cabe ressaltar, que a motivação, em geral, vem dos pais e não do adolescente em si, priorizando, ainda mais, uma interação motivadora ao adolescente, esclarecendo que tanto ele, quanto as demais pessoas envolvidas são consideradas clientes e que o comportamento considerado problemático ocorre porque “alguém ou algo” o desencadeou, devendo-se assim, promover alterações comportamentais duradouras.

¹ Faculdade Assis Gurgacz; e-mail para contato: nati.na@hotmail.com

Outro ponto é a mudança de repertório de comportamentos que visam a ocorrência de alterações no adolescente e pessoas envolvidas, reduzindo-se a carga punitiva e fazendo com que aumente a probabilidade do adolescente retornar a sessão. Ainda na sessão inicial outro esclarecimento que deve ocorrer refere-se às reuniões durante o processo terapêutico com as pessoas envolvidas e o sigilo de informações obtidas em sessão que serão feitas somente com o adolescente, onde o mesmo saberá das informações colhidas, novamente estabelecendo a confiança do adolescente no terapeuta, já que o mesmo “estará ao seu lado” (BANACO, 2001).

Considerando-se que a terapia comportamental leva como base as aprendizagens do indivíduo e os casos particulares (LOPES; LOPES; LOBATO, 2006), não há motivos para enquadrar o indivíduo em um modelo médico de diagnóstico psiquiátrico já que aferir que um comportamento é patológico é ir contra à premissa de que todo comportamento é selecionado e mantido pelo ambiente (BRAGA; VANDENBERGUE, 2006).

A psicoterapia embora seja mais uma agência controladora, juntamente com o governo, a lei, a religião, o controle econômico e a educação (SKINNER, 2000), ainda assim, deve posicionar-se de modo diferente, estabelecendo-se como uma audiência onde os comportamentos ora punidos, agora passam a receber outro tratamento, propiciando-lhe a oportunidade de ter o domínio de sua vida, quebrando regras e fugindo dos contextos sócio-verbais alienadores (VANDENBERGHE; PEREIRA, 2005).

A transparência entre cliente e terapeuta sinaliza o que desperta nos outros com seus comportamentos; ser modelo de expressão, sentimentos socialmente aceitos, assertividade, relação extra-sessão e dar a percepção ao adolescente de que ele também é capaz de provocar bons sentimentos. A terapia pode servir também para os adolescentes obterem informações necessárias referentes ao que necessita para se comportar melhor, tornando-se, dessa forma, reforçadora (BANACO, 2001).

O terapeuta ao manter uma posição demasiadamente técnica, neutra e impessoal corre o risco de diminuir a probabilidade de expressão com a mesma abertura do cliente em outras sessões. Neste ponto, a auto-revelação do terapeuta que consiste em compartilhar suas próprias experiências, crenças, emoções e sentimentos em relação ao que acontece na terapia mostra-se como uma estratégia reforçadora dos comportamentos do cliente (VANDENBERGHE; PEREIRA, 2005).

Por fim, cabe ressaltar as queixas de adolescentes mais comumente levadas ao consultório e algumas contingências mantenedoras deste comportamento. A adicção a drogas, onde os pais temem que seu filho use drogas, pois, por vezes, o jovem a experimenta por curiosidade ou pela oportunidade, sendo sugerida a orientação nas várias fases de consumo da droga e sinalização dos

efeitos da mesma no usuário; descobrimento da vida sexual dos filhos, seja através da gravidez indesejada ou questões morais da família, além do homossexualismo, cabendo ao terapeuta descrever e prever as conseqüências deste comportamento; dificuldade na escolha profissional e independência dos pais, já que nada do que estudam é reforçador, ou mesmo o aprendizado não é reforçador para eles (BANACO, 2001).

Referências

- BANACO, R. **Psicologia Comportamental e Cognitiva**: pesquisa, prática, aplicações e problemas. V.1. São Paulo: Livro Pleno, 2001.
- BRAGA, G. L. B.; VANDENBERGHE, L. Abrangência e Função da Relação Terapêutica na Terapia Comportamental. **Estudos de Psicologia**, Campinas, n.23 (3), p. 307-314, 2006.
- LOPES, E. J.; LOPES, R. F. F.; LOBATO, G. R. Algumas Considerações Sobre o Uso do Diagnóstico Classificatório Nas Abordagens Comportamental, Cognitiva e Sistêmica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, n.1 (11), p.45-54, 2006.
- PAPALIA, D. C.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento Humano**. 7.ed.; Porto Alegre: Loyola, 1998.
- VANDENBERGHE, L.; PEREIRA, M. B. O Papel da Intimidade na Relação Terapêutica: uma revisão teórica à luz da análise clínica do comportamento. **Psicologia: Teoria e Prática**, n.7 (1), p.127-136, 2005.

PREVENÇÃO DE PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO NA ESCOLA: A CONSULTORIA COLABORATIVA ESCOLAR E O TREINO DE COMUNICAÇÃO FUNCIONAL

Aline Maira da Silva¹
Lucilene Regina Silveira²

No contexto da inclusão escolar, um importante papel do psicólogo é atuar junto aos problemas de comportamento. Muitos problemas de comportamento originam-se de interações sociais realizadas pela criança ou jovem. Dessa maneira, pessoas que fazem parte do ambiente dessas crianças e jovens podem arranjar condições que causam ou apóiam comportamentos indesejáveis e inapropriados (Kauffman, 2005).

Tendo em vista que crianças com dificuldades comportamentais podem apresentar uma diminuição na capacidade para aprender e, conseqüentemente, não se beneficiar do ambiente escolar o processo de consultoria colaborativa escolar pode ser realizado com o objetivo de auxiliar familiares e professores a intervir em relação aos problemas de comportamento.

De acordo com Kampwirth (2003), a consultoria colaborativa escolar é um processo no qual um consultor escolar trabalha, em uma relação igualitária e não hierárquica, com o consultante, auxiliando-o em seus esforços para tomar decisões e executar planos que devem atender os interesses do aluno.

Considerando as conseqüências negativas da ocorrência de problemas disciplinares nas escolas e os resultados promissores apontados pela literatura estrangeira baseada em intervenções envolvendo a consultoria colaborativa, o objetivo do trabalho foi verificar os efeitos de uma intervenção, baseada no modelo de consultoria colaborativa escolar, voltada para minimizar problemas comportamentais

Participaram do estudo uma menina de sete anos, aluna do primeiro ano do ensino fundamental e sua professora. O estudo foi conduzido em uma sala de aula de uma escola municipal de ensino fundamental de uma cidade do interior do estado de São Paulo.

Para medir o efeito da intervenção realizada foi utilizado o instrumento *Teacher's Report Form/6-18* (Achenbach & McConaughy, 2004), que faz parte do Sistema de Avaliação Empiricamente Baseado do Achenbach (ASEBA), sendo que a versão brasileira do instrumento foi elaborada pelo Laboratório de Terapia Comportamental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. O TRF/6-18 avalia a competência social e problemas de comportamento em

¹ Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós Graduação em Educação Especial.

² Prefeitura Municipal de Araraquara.

Contato: alinemaira@yahoo.com.br

indivíduos de 6 a 18 anos, a partir de informações fornecidas pelos professores (Laboratório de terapia comportamental/USP, 2006).

O inventário é composto por 126 itens, sendo 13 itens relativos à avaliação do desempenho acadêmico e de características adaptativas e 113 itens referentes à avaliação de problemas de comportamento. Em relação aos 113 itens, os professores devem classificar os comportamentos problemas de acordo com três níveis: falso ou comportamento ausente (escore=0), parcialmente verdadeiro ou comportamento às vezes presente (escore=1) e bastante verdadeiro ou comportamento frequentemente presente (escore=2).

O inventário foi aplicado junto à professora da aluna antes do início da intervenção e um mês após a implementação da mesma. Os escores obtidos com a aplicação do TRF 6-18 foram analisados por meio do software Assessment Data Manager – ADM.

Após a aplicação do TRF 6-18, foi realizada avaliação funcional efetivada por meio de sessões de observação do comportamento da aluna em sala de aula. A avaliação funcional do comportamento é um processo sistemático de identificação de comportamentos problema e dos eventos que aumentam a probabilidade de ocorrência ou não de comportamentos inadequados e que mantêm os comportamentos com o passar do tempo (Sugai et al., 1999).

De acordo com os resultados obtidos por meio da avaliação funcional, foi possível concluir que a função dos comportamentos disruptivos apresentados pela aluna era obter a atenção da professora. Em vista disso, foi realizado o treino da comunicação funcional que consiste no ensino de uma resposta comunicativa específica que irá substituir o comportamento problema. Com a emissão da resposta comunicativa ensinada, o indivíduo deve alcançar os mesmos resultados que alcançaria com a emissão do comportamento problema, ou seja, ambos os comportamentos (o adequado e o problema) devem ter a mesma função para o indivíduo (Carr et al., 1999).

Juntas, psicóloga e professora, escolheram como resposta comunicativa específica a ação de levantar um cartão vermelho para obter a atenção da professora. Para implementar a intervenção, a professora reuniu todos os alunos e mostrou um envelope com as fichas vermelhas, explicando que eles poderiam usar essas fichas para pedir ajuda, explicações, mostrar suas atividades e caderno, etc.

A professora explicou que, quando acabassem as fichas, eles não poderiam mais solicitar atenção e que, por isso, eles precisariam usá-las quando realmente precisassem. Cada aluno recebeu, inicialmente, dez fichas vermelhas. Na segunda semana de intervenção, o número de fichas entregues aos alunos foi reduzido para sete e, atualmente, são entregues cinco fichas. Os alunos aceitaram bem essa proposta e ela foi inserida na rotina da turma.

Os resultados apresentados referem-se à soma dos escores dos itens do TRF/6-18 referentes aos problemas de comportamento apresentados pela aluna antes e depois do treino da comunicação funcional.

Antes da intervenção, a aluna apresentava escores elevados nos seguintes comportamentos: ansiedade (choro, nervoso, receio, ansiedade para agradar os outros, preocupação - escore=8); queixas somáticas (problemas físicos sem causa conhecida do ponto de vista médico - escore=3); problemas sociais (dependência, ciúme, falta de coordenação, problemas de fala - escore=5); problemas de pensamento (movimentos nervosos/tiques - escore=2); problemas de atenção (falta de concentração, inquietação, desorientação, dificuldade em seguir instruções, impulsividade, dificuldade para aprender, dificuldade de esperar a sua vez para falar, desatenção, produções escolares desorganizadas - escore=17); comportamento agressivo (discutir, exigir que prestem muita atenção nela, ataque físico direcionado as pessoas, facilidade para frustração, teimosia, mudanças repentinas de humor, birra - escore=9).

Após um mês de intervenção, com a reaplicação do TRF/6-18, foi possível observar que a aluna deixou de apresentar queixas somáticas e problemas de pensamento. Além disso, houve reduções significativas nos seguintes comportamentos: ansiedade (escore=4), problemas sociais (escore=1) e problemas de atenção (escore=12). Embora menos significativa, também foi observada redução no comportamento agressivo (escore=8).

Segundo relato da professora,

(...) ela está aprendendo a esperar para ser atendida e percebendo que, além dela, os outros alunos também precisam de atenção e precisam ser respeitados. Avaliando a proposta, acredito que foi possível ajudá-la a se controlar, melhorando sua capacidade de conviver em grupo na sala de aula, respeitando as regras, os colegas e a professora.

Foi possível observar, por meio dos resultados apresentados, que a intervenção foi efetiva ao reduzir de maneira significativa os índices de comportamento internalizante e externalizante apresentados pela aluna. Tais resultados indicam não apenas a efetividade do treino de comunicação funcional, estratégia reconhecidamente eficaz na literatura, mas principalmente o sucesso da aplicação do modelo de consultoria colaborativa escolar na realidade brasileira.

Referências

- Achenbach, T. M., & McConaughy, S. H. (2004). *School-based practitioners' guide for the Achenbach System of Empirically Based Assessment (ASEBA)*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth & Families.
- Carr, E., Dunlap, G., Horner, R., Koegel, R., Turnbull, A., Sailor, W., et al. (2002). Positive behavior support: Evolution of an applied science. *Journal of Positive Behavior Interventions*, 4 (1), 4-20.
- Kampwirth, T. (2003). *Collaborative consultation in the schools: Effective practices for students with learning and behavior problems*. New Jersey: Pearson Education.
- Kauffman, J. (2005). *Characteristics of emotional and behavioral disorders of children and youth*. New Jersey: Pearson Educational.

O CÂNCER E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: UM ESTUDO DE CASO

Tayana Fleury Orlandini¹
Leilah Sant'Ana Sabião¹

Entende-se por suporte emocional o ato de se doar, de tolerar e de compreender. Segundo Hunter, Davis e Tunstal (2006) é definido como um procedimento de intervenção de comunicação verbal e não verbal relativo a preocupação e cuidado, que envolve comportamentos de ouvir, confortar e tranquilizar em que se faz primordial a empatia. Segundo os mesmos autores, pesquisas demonstraram que em casos de câncer o suporte emocional é de grande importância.

Este estudo foi baseado em um atendimento psicoterápico a uma mulher de 20 anos com câncer no cérebro e na medula. Devido a este último, a cliente perdeu a sensibilidade e movimentação das pernas. Este era o segundo câncer enfrentado por ela, visto que três anos antes do atendimento, havia retirado outro tumor no cérebro e, por decorrência deste processo, ficou algumas semanas sem conseguir enxergar.

As sessões psicoterápicas ocorreram duas vezes por semana, por um período de aproximadamente um ano. Os atendimentos, na maioria das vezes, foram realizados no hospital devido ao longo período de internação.

Nestas sessões o procedimento de intervenção utilizado foi o suporte emocional. Durante o atendimento a terapeuta ouviu os relatos da cliente e as crenças relacionadas a enfermidade e ao futuro incerto, buscando manipular variáveis que possibilitassem a compreensão de algumas auto-regras, relacionadas a doença e ao relacionamento familiar. Ademais, a terapeuta auxiliou a cliente a discriminar e manipular possíveis contingências que possibilitassem reforçadores positivos.

A cliente estava enfrentando diversas situações novas, bastante tristes e frustrantes, o que demandava a aprendizagem de comportamentos novos para que ela se tornasse apta a enfrentar estas novas situações. A terapeuta possibilitou instruções educativas quanto a doença enfatizando aspectos relacionadas a alguns sonhos da cliente, que não poderiam ser realizados, como por exemplo, ser mãe. Além disso, apresentou possibilidades futuras que poderiam ser fonte de reforçamento positivo – enfatizando que com o decorrer do tempo novos sonhos surgiriam, e que estes sim seriam realizados, como por exemplo, fazer um curso de inglês, já que a cliente tinha grande ânsia por aprender. Era necessário mostrar que os obstáculos impostos pela vida poderiam se transformar em diferenciais positivos.

Ademais, nestas sessões, a terapeuta, por muitas vezes apenas ouviu e confortou a cliente,

¹ Universidade Estadual de Londrina.
Contato: tayana_tay@hotmail.com

adotando uma postura diferencial frente a tudo o que a cliente havia relatado relacionado à sua história de vida. De acordo com a cliente, quando criança, sua mãe a abandonou e seu pai casou-se com outra mulher. Sua madrasta ao invés de cuidar dos enteados, apenas brigava e batia nas crianças. Assim, observou-se que por toda sua história de vida, ocorreram episódios de desamparo e abandono. O suporte emocional foi primordial como procedimento de intervenção para escutar e compreender a cliente, que já havia sido tão desamparada em sua história de vida.

A cliente respondeu de forma satisfatória ao procedimento utilizado, visto que havia alguém que a ouvisse, compreendesse e apoiasse. Algumas classes de melhora puderam ser observadas em relação às auto-regras, principalmente aquelas relacionadas com a impossibilidade de andar, visto que com o passar das sessões a cliente começou a discriminar que poderia realizar atividades normais, mesmo não podendo caminhar. Além disso, com relação às crenças pertinentes à madrasta, verificou-se que a cliente passou a perceber a disfuncionalidade destas, já que muitas vezes a madrasta comportava-se visando o bem-estar da enteada.

No entanto, a cliente faleceu após, aproximadamente, um ano de atendimento e nesse período já apresentava pensamentos frequentes de que sua morte chegasse logo, pois segundo relatava, já havia desistido da batalha.

Assim, verificou-se que o suporte emocional foi de grande importância, no sentido de que ajudou a cliente a enfrentar e entender contingências aversivas relacionadas à sua condição. Entretanto, é importante perceber que outras fontes de reforçamento e suporte são necessárias em doentes terminais, como por exemplo, o suporte familiar. Segundo Hunter *et al.* (2006) o suporte emocional da família possibilita uma perspectiva positiva quanto ao futuro, já que o paciente sente que pode dividir seus anseios com outras pessoas, aumentando sua auto-estima e sua satisfação com a vida.

Este tratamento requisitou tanto da cliente como da terapeuta, que precisava estar sempre disposta a ouvir e compreender o que estava ocorrendo na vida da paciente. Era necessário acolhe-la e demonstrar que ela tinha alguém com quem contar, que desta vez tinha apoio, amor e compreensão, o que não encontrou em grande parte de sua vida.

Conhecer o processo de adoecer e os sentimentos vivenciados pelo doente e sua família permite que o terapeuta direcione maneiras de ajudar o doente a enfrentar a situação, e também, reparar relações familiares (Ferreira, Chico, Hayashi, 2005).

Aqueles que possuem força e amor para estar ao lado de um paciente com tamanho sofrimento se conscientizam da singularidade de cada indivíduo. O que permite tomar consciência da finitude do ser humano e que cada um de nós vivemos uma biografia única. (Kübler-Ross, 1998)

Referências

- Ferreira, N.M.L.; Chico, E.; Hayashi, V.D. (2005, maio/jun) Buscando Compreender a Experiência do Doente com Câncer. *Revista de Ciências Médicas*, p. 239-248.
- Hunter, M.J.; Davis, P.J.; Tunstall, J.R. (2006, maio) The Influence of Attachment and Emotional Support in End-Stage Cancer. *Journal of the Psychological, Social and Behavioral Dimensions of Cancer*, p.431-444.
- Kübler-Ross, E. (1998) Terapia com Doentes em Fase Terminal. *Sobre a Morte e o Morrer* (pp. 275-282). São Paulo: Martins Fontes.

A INFORMAÇÃO SOBRE CONTINGÊNCIAS ENVOLVIDAS NO USO DE DROGAS COMO UM ASPECTO PARA A PREVENÇÃO DESSE COMPORTAMENTO¹

Ana Priscila Batista²

Juliana Silva Castro³

Fernanda Raphaella Mariano César³

O uso de drogas pode ser definido como um padrão comportamental que ocorre em alta frequência (Souza & Abreu-Rodrigues, 2007). Portanto, tratando-se de comportamento, é entendido como interação entre o organismo e o ambiente, sendo passível de análise funcional.

Silva, Guerra, Gonçalves e Garcia-Mijares (2001) descrevem que qualquer substância (droga) nada mais é do que um estímulo, ou seja, um evento ambiental, sendo capaz de exercer qualquer função como qualquer outro estímulo. A droga pode: ter a função de estímulo reforçador; ter a função de estímulo discriminativo para diferentes probabilidades de obtenção de outros reforçadores; ter função induzida por esquema de reforço (comportamento adjunto); criar ou manter a função eliciadora de outros estímulos. Os autores concluem que todas essas funções exerceriam controle em conjunto sobre o comportamento de auto-administração de droga, sendo que esse comportamento teria uma probabilidade maior de ocorrer em função da droga como um estímulo reforçador, do contexto em que ocorre, de respostas eliciadas por estímulos pareados com a droga ou de respostas eliciadas pela retirada da mesma.

Um conceito importante, relacionado à adicção, é o de impulsividade. Segundo Miller e Ronick (2001), a impulsividade é uma das características básicas da adicção, pois os indivíduos que usam drogas geralmente se engajam em comportamentos que trazem conseqüências imediatas, e que, após algum tempo, produzem conseqüências negativas. Além destes, freqüentemente ocorre uma diminuição da frequência dos comportamentos que trazem conseqüências positivas a longo prazo na vida do indivíduo. A partir dessa perspectiva, Souza & Abreu-Rodrigues (2007) concluem que o comportamento impulsivo ocorre devido aos efeitos imediatos que a droga traz.

Dessa forma, entende-se que uma alternativa de intervenção seria o desenvolvimento de estratégias que propiciassem o desenvolvimento de repertório de auto-controle, o que, segundo Skinner (1998), acontece quando o indivíduo emite a resposta de manipular as variáveis ambientais (resposta controladora) das quais uma outra resposta (resposta controlada) é função. Assim, pode-se dizer que, para que um indivíduo possa emitir a resposta controladora, ele precisa discriminar as variáveis das quais seu comportamento é função, o que implica no desenvolvimento de um repertório de auto-conhecimento (Tourinho, 2006). A partir disso, observa-se a importância do

¹ Esse trabalho faz parte de um Projeto da UNICENTRO aprovado pelo Programa Universidade sem Fronteiras, promovido pela SETI – Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, do Governo do Paraná.

² Docente do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

³ Discente de graduação do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

Contato: juzinha_scastro@hotmail.com

conhecimento das variáveis das quais um determinado comportamento é função para que contingências sejam manipuladas de forma que comportamentos mais adequados possam ser emitidos no ambiente em que o indivíduo se insere.

Em relação à auto-administração de drogas, sabe-se de que se trata de um comportamento determinado por inúmeras variáveis, algumas descritas anteriormente. A prevenção de tal comportamento implica na manipulação de contingências que resulte em uma diminuição da probabilidade de ocorrência desse comportamento. Dessa forma, o conhecimento sobre drogas, as funções que exercem, as contingências em que se inserem, as conseqüências imediatas do uso, bem como as conseqüências a longo prazo, é uma das variáveis que pode ser manipulada na tentativa de prevenção a auto-administração de droga. A partir dessa perspectiva, esse trabalho foi desenvolvido com vistas a transmissão desse tipo de informações aos alunos de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental de um Colégio Estadual, de um município no interior do Paraná.

Foi realizada uma palestra para cada uma das quatro turmas de alunos de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental de um Colégio Estadual de um município no interior do Paraná. Duas alunas do curso de psicologia realizavam a palestra em sala de aula. As seguintes informações foram transmitidas com linguagem adequada às características da população em questão: 1) conceitos de drogas lícitas e ilícitas, tolerância, abstinência e dependência; 2) contingências envolvidas no uso de drogas (álcool, cigarro, inalantes, maconha, cocaína e crack) relacionadas ao organismo, à família, à escola/trabalho e à sociedade e 3) benefícios encontrados em atividades que não envolvem o uso de drogas. Após a exposição das informações por meio de slides e de alguns vídeos, os alunos tiveram a oportunidade de tirar dúvidas e, para finalizar, foi solicitado que realizassem uma avaliação das informações obtidas.

A palestra foi avaliada positivamente pela diretora e pelos professores do Colégio, que apresentaram relatos de concordância com o programa aplicado. As avaliações dos alunos, na maioria, também foram positivas e demonstraram concordância com o programa aplicado, ou seja, a relevância da abordagem de tal tema da forma como foi exposto, sendo que, em alguns casos, os alunos também relataram o comprometimento com o não uso de drogas. Entretanto, sabe-se que, apesar dessas afirmações, o conhecimento obtido é apenas uma das variáveis que poderá influenciar o comportamento de auto-administração de drogas e que diversas outras variáveis estarão em vigor e também exercerão influência para que esse comportamento ocorra ou não. Segundo Noto & Galduróz (1999), a utilização do repasse de informações científicas sobre as drogas é uma das estratégias de prevenção, sendo que, para ampliar a eficácia desse tipo de estratégia, é importante que esteja associada a outras atividades.

Pode-se concluir que as avaliações e os relatos de concordância sugerem como positiva a continuidade dessa forma de trabalho, já que a informação sobre contingências envolvidas no uso

drogas pode ser considerada como uma das variáveis que pode ser manipulada na tentativa de prevenção a auto-administração de droga. Sabe-se que outras contingências também devem ser manipuladas para que a prevenção tenha maior eficácia. Assim, novas propostas já estão sendo analisadas e poderão ser desenvolvidas, no sentido de manipular um maior número de variáveis com vistas a tentar diminuir ainda mais a probabilidade de consumo de drogas por essa população.

Referências

- Noto, A. R. & Galduroz, J. C. F. (1999) O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil. *Ciência e saúde coletiva*, 4 (1), 145-51.
- Souza, A. S. & Abreu-Rodrigues, J. (2007). Réquiem para um sonho: uma visão comportamental da impulsividade e adicção. Em: Farias, A. K. C. R. & Ribeiro, M. R. (Orgs.) *Skinner vai ao Cinema*. Santo André: ESETec.
- Silva, M. T. A., Guerra, L. G. G. C., Gonçalves, F. L. & Garcia-Mijares, M. (2001). Análise funcional das dependências de drogas. Em: Guilhardi, H. J. (Org.). *Sobre comportamento e cognição*, v. 7. Santo André: ESETec.
- Miller, W. R. & Rollnick, S. (2001). Entrevista Motivacional: Preparando as pessoas para a mudança de comportamentos adictivos. Porto Alegre: Artmed.
- Skinner, B. F. (1998). *Ciência e Comportamento Humano*. 10^a. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Tourinho, E. Z. (2006). *O autoconhecimento na psicologia comportamental de B. F. Skinner*. 2^a ed. Santo André: ESETec.

HISTÓRIA COMPORTAMENTAL COM HUMANOS: O EFEITO DO CUSTO DA RESPOSTA¹

Thaís Bianchini²
João Paulo Pereira de Souza¹
Tatiany Honório Porto¹
Luiz Alexandre Barbosa de Freitas¹
Carlos Eduardo Costa¹

Weiner (1964) apresentou resultados que sugerem que a história de exposição a um FR afetou o comportamento posterior sob uma contingência de FI. Os resultados de Weiner (1965) indicam que a persistência comportamental foi observada mesmo quando uma contingência de custo foi adicionada a um programa de FI (i.e., quando as respostas emitidas durante o intervalo entre reforços produziam perda de pontos). Em contrapartida, os resultados de Costa, Soares, Becker e Banaco (2006) sugerem que a adição do custo em uma contingência de FI, após uma história de FR, produziu um desempenho em baixa taxa de respostas (i.e., a probabilidade da persistência comportamental foi reduzida com a introdução do custo). Esses resultados discrepantes sugerem que o efeito do custo da resposta em pesquisas com seres humanos precisa ser mais bem investigado.

Cinco universitários participaram deste experimento. Foi utilizado o ProgRef v3.1 (Costa & Banaco, 2002), que consiste em uma tela cinza, contendo um retângulo no centro inferior da tela que corresponde ao botão de respostas (ver Figura 1). A tarefa consistia em pressionar o botão de resposta com o botão esquerdo do *mouse*.

Quando a exigência do programa de reforço era cumprida, aparecia no canto superior direito da tela uma figura identificada como “*smile*”. O participante deveria, então, clicar sobre outra barra, situada no canto superior direito (botão de resposta de consumação) acima da figura do *smile*. Ao fazer isso, a figura desaparecia e 100 pontos eram creditados no contador de pontos localizado acima do botão de respostas.

¹ Trabalho apresentado no XVII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental, realizado em Campinas-SP de 28 a 31 de agosto de 2008.

² Universidade Estadual de Londrina. **Contato:** thais_bianchini@hotmail.com

Apoio Financeiro: Fundação Araucária

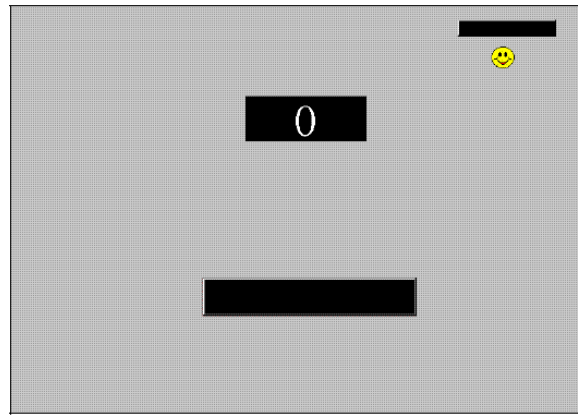


Figura 1. *Layout* da tela do *software* ProgRef v3.1.

Cada sessão tinha duração de 30 minutos. A Tabela 1 apresenta um resumo do procedimento experimental.

Tabela 1. Resumo do procedimento experimental utilizado.

	FASE 1	FASE 2
Programa	FR 60-FR 60	FI 15s – FI 15s (-1)
Custo	0 (zero)	Nenhum custo no Componente 1 1 ponto no Componente 2
Cor do botão	Azul no Componente 1 Amarelo no Componente 2	Azul no Componente 1 Amarelo no Componente 2
Conseqüência	100 pontos	100 pontos

Os participantes foram expostos, durante a Fase 1 (seis sessões), a um programa *mult* FR 60-FR 60 e, na Fase 2 (6 sessões) a um *mult* FI 15s - FI 15s custo -1. Na Fase 2, em um dos componentes FI foi adicionada uma contingência de custo (e.g., respostas emitidas durante o intervalo entre reforços no FI produziam perda de 1 ponto cada). Durante a Fase 1, a cor do botão de respostas era azul, e na Fase 2, era amarelo.

A Figura 2 indica que, com exceção do P2, todos os participantes emitiram altas taxas de respostas em ambos os componentes do múltiplo FR-FR na Fase 1. As taxas de respostas foram sempre superiores a 200 R/min para P1, P4 e P5; superiores a 150 R/min para P3 e superiores a 65 R/min para P2. Quando a contingência de reforço mudou, as taxas de respostas do componente com custo diminuiram logo na primeira sessão da Fase 2 para todos os participantes, com exceção de P2. As taxas de respostas no componente sem custo foram mais resistentes à mudança, mas tenderam a diminuir com a exposição continuada às contingências (com exceção de P1).

Tomados em conjunto, os dados sugerem que o efeito da história foi mais provável de ocorrer quando a contingência presente não envolvia custo. Todos os participantes diminuíram a taxa de respostas no componente com custo, mas apenas dois participantes (P3 e P4) emitiram baixas taxas de respostas no componente sem custo no início da transição da Fase 1 para Fase 2. O participante P5 respondeu em taxas mais baixas em relação a Fase 1, somente nas três sessões finais do componente sem custo.

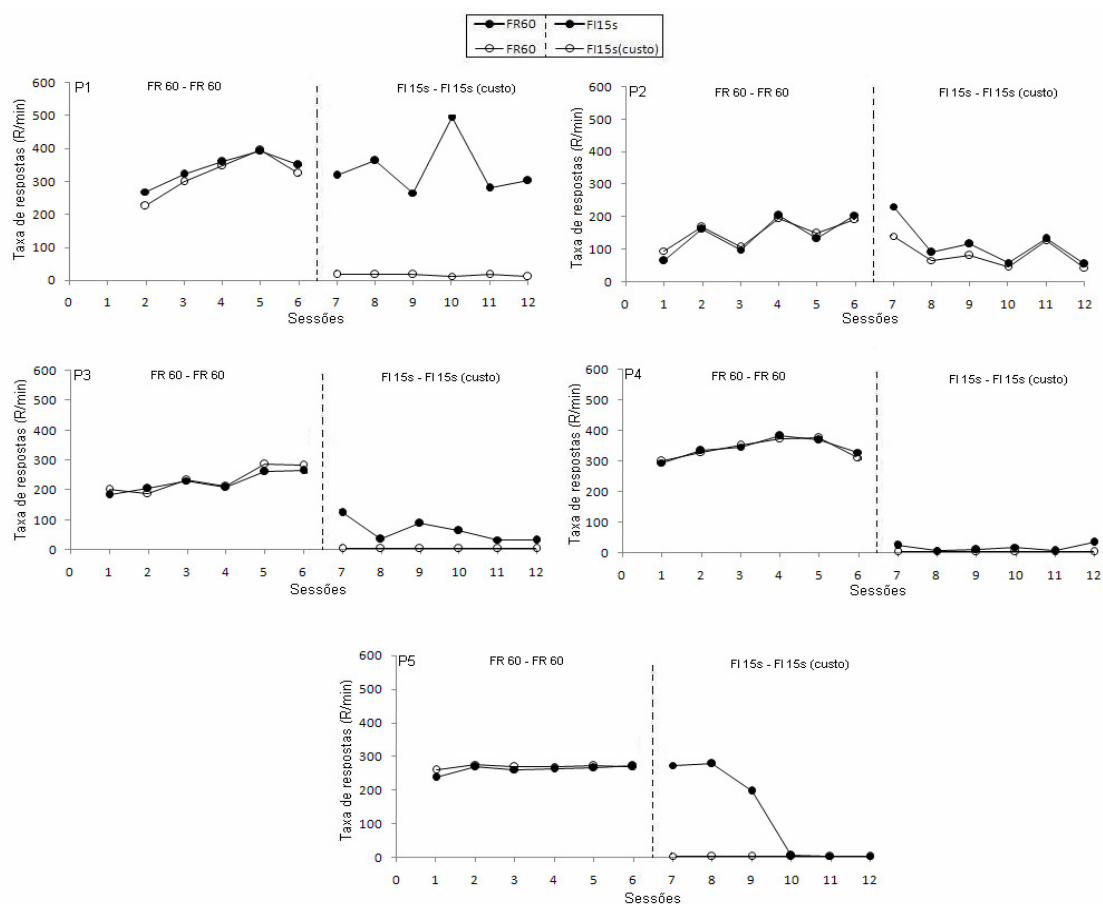


Figura 2. Taxas de respostas emitidas pelos participantes durante as seis sessões da Fase 1 e as seis sessões da Fase 2. A taxa de respostas de P1 é apresentada a partir da segunda sessão, devido a perda de dados da primeira sessão.

Referências

- Costa, C. E., & Banaco, R. A. (2002). ProgRef v3: sistema computadorizado para coleta de dados sobre programas de reforço com humanos - recursos básicos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 4(2), 173-192.
- Costa, C. E.; Soares, P. G.; Becker, R. M.; Banaco, R. A. (2006). O custo da resposta como uma variável controladora dos efeitos de história em humanos. In: Anais do XV encontro da

Associação de Psicoterapia e Medicina Comportamental., Brasília – DF.

- Weiner, H. (1964). Conditioning history and human fixed-interval performance. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 7(5), 383-385.
- Weiner, H. (1965). Conditioning history and maladaptive human operant behavior. *Psychological Reports*, 17, 935–942.
- Weiner, H. (1969). Conditioning history and human fixed-interval performance. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 7, 383-385.

A PSICOEDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DISCRIMINAÇÃO DE CONTIGÊNCIAS PARA A ESPOSA DE UM PORTADOR DE TRANSTORNO BIPOLAR

Eloana Zanco¹¹
Sarah Cristina Kusma²
Edi Cristina Manfrói²

Os familiares de um sofredor psíquico geralmente sofrem uma sobrecarga emocional que aumenta os níveis de estresse causando desgaste nas relações familiares. O Transtorno Bipolar, de acordo com o CID-10, é caracterizado por dois ou mais episódios nos quais o humor e o nível de atividade do sujeito estão alterados. Este distúrbio caracteriza-se por oscilações de humor, ora elevado com aumento da energia e atividade (hipomania ou mania) ora rebaixado com redução dos mesmos (depressão). Knapp e Isolan (2007) afirmam que a terapia cognitivo-comportamental (TCC) é um tratamento bastante utilizado para o Transtorno Bipolar, sendo uma terapia breve e estruturada, orientada para a solução de problemas, que envolve a colaboração ativa entre o paciente e o terapeuta para atingir objetivos estabelecidos. A psicoeducação é uma técnica da TCC que possui importância fundamental para amenizar as tensões no âmbito familiar. Segundo Yacubian; Neto (2001) e Knapp; Isolan (2007) a função da psicoeducação é ensinar aos familiares sobre a doença, tratamentos, necessidades do sofredor psíquico, prevenção de recorrências e convivência harmônica. Outros tópicos abordados incluem a identificação precoce de sintomas prodrômicos, a coibição de abuso de drogas e o manejo de situações provocadoras do estresse e ansiedade. Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência de um atendimento clínico em um Serviço de Psicologia. O foco encontra-se na utilização da psicoeducação como técnica de intervenção para a cliente em relação ao esposo com Transtorno Bipolar.

Foram realizadas 17 sessões individuais com a cliente, uma sessão para coleta de dados com a filha da mesma e uma com o marido, diagnosticado com o Transtorno Bipolar. Após este diagnóstico, a terapeuta preparou um material científico contendo informações gerais sobre a doença, como: definição, incidência, etiologia, características, curso, conseqüências no cotidiano, contribuição da família e tratamento. Na nona sessão foi aplicada a técnica da psicoeducação com a utilização do material previamente preparado. A partir da leitura, a cliente recordava e associava as características topográficas do transtorno com os comportamentos passados e atuais do marido.

I., sexo feminino, 48 anos, dona de casa, casada, mãe de dois filhos procurou o Serviço de Psicologia devido às dificuldades que estava enfrentado em sua separação conjugal. A cliente

¹ Acadêmica do oitavo período de Psicologia da Faculdade de Pato Branco – FADEP.

² Mestranda em Psicologia pela UFSC e supervisora do estágio em Terapia Comportamental da Faculdade de Pato Branco – FADEP

Contato: eloanazanco@hotmail.com

queixava-se de estar passando por uma crise de identidade devido à convivência com o marido, o qual ela dizia ser autoritário, agressivo e muito instável emocionalmente.

Durante as primeiras sessões terapêuticas, a cliente reclamava constantemente dos comportamentos do marido. Dizia já ter decidido separar-se, mas não conseguia pedir para ele sair de casa. A cliente atribuía ao marido grande parte de sua infelicidade, dizendo que durante o casamento passou por várias situações que desencadearam sentimentos de aversão, frustração e perda do interesse sexual pelo esposo. Entretanto sentia muita pena dele, chegando em alguns momentos a sentir-se culpada pelos fracassos do marido.

Para entender a cadeia comportamental do casal, agruparam-se na tabela abaixo as queixas da cliente relacionadas ao marido e as conseqüências na vida dela decorrentes destas contingências.

Comportamentos do marido	Conseqüência no comportamento da cliente em função das respostas do esposo
Agressão verbal à família e pessoas próximas; hiperatividade; elevada capacidade de persuasão; logorréia; uso de álcool e nicotina; uso excessivo de medicamentos e tranqüilizantes para dormir; humor instável (euforia e depressão); interesse exagerado em temas e atividade sexual como relações extraconjugais; tentativas de suicídio; episódios de compras compulsivas; negócios mal-sucedidos; sentimento de grandeza; fuga de idéias; zanga-se e esquece com facilidade; delírios, entre outros.	Crise de identidade; subordinação ao marido; inassertividade; baixa auto-estima; perda do interesse pelas atividades sociais e ocupacionais; alta tolerância à frustração; sentimentos ambíguos (pena, culpa e aversão) em relação ao esposo; constrangimento ao estar em ambientes públicos com o marido; perda do interesse sexual; decisão pelo divórcio, mas, no entanto, não emitia respostas que condiziam com essa decisão.

A partir do relato verbal da cliente foi possível realizar a análise funcional das contingências às quais a mesma estava exposta. Os comportamentos encobertos descritos pela cliente em relação aos comportamentos do esposo apontavam para o diagnóstico de Transtorno Bipolar, que justificava os sentimentos dúbios dela em relação ao marido. A partir do diagnóstico, a psicoeducação foi uma alternativa terapêutica para que a cliente discriminasse as contingências às quais estava submetida e, assim, pudesse modificar os comportamentos encobertos (tristeza, angústia, depressão, culpa, etc.) e públicos (falta de assertividade, baixa auto-estima, etc.) desencadeados pelo convívio com um portador de Transtorno Bipolar.

Nas sessões seguintes à psicoeducação foi possível observar mudanças significativas na cliente que se libertou da culpa que possuía pelos comportamentos inadequados do marido. Entendeu que as contingências nas quais ela estava inserida pertenciam a uma cadeia de respostas emitidas pelo esposo que sofria de uma doença da qual ela não tinha culpa; e, percebeu a necessidade de tratamento psiquiátrico e psicoterapêutico para o marido. Após a psicoeducação, a cliente passou a se preocupar mais consigo (aumento da auto-estima), fazer planos para o futuro, como voltar a trabalhar, melhorar seu relacionamento social e com seus filhos. Em decorrência do processo de discriminação, a cliente tornou-se mais autônoma e divorciou-se.

Yacubian & Neto (2001, p. 2001) citam que medidas psicoeducacionais “ensinam os pacientes e suas famílias a lidarem com a doença psiquiátrica de maneira a ter um entendimento pragmático da doença, dos sintomas, das estratégias de manejo de comportamentos e de onde e quando procurar auxílio”. O uso da psicoeducação como ferramenta adicional no tratamento do Transtorno Bipolar, vem sendo reconhecido por diversas diretrizes de tratamento, uma vez que auxilia os familiares a gerenciar conflitos, estigmas e baixa auto-estima (Colom & Vieta, 2004).

Percebe-se a relevância científica da psicoeducação como uma técnica eficaz também para os familiares, fortalecendo o acervo de estratégias para atuação profissional do psicólogo.

Referências

- Colom, F. & Vieta, E. (2004). Melhorando o desfecho do transtorno bipolar usando estratégias não farmacológicas: o papel da psicoeducação. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 26. Recuperado em 9 maio, 2008, de SCIELO.
- Organização Mundial da Saúde; Organização das Nações Unidas. (2007). *Classificação Internacional de Doenças* (10^a rev.). Recuperado em 15 setembro, 2008, de http://virtualpsy.locaweb.com.br/cid_janela.php?cod=4.
- Knapp, P. & Isolan, L. (2007). Abordagens psicoterápicas no transtorno bipolar. *Revista de Psiquiatria Clínica*. Recuperado em 9 maio, 2008, de <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol32/s1/98.html>.
- Yacubian, J. & N, F. L. (2001). Psicoeducação familiar. In: *Revista Família Saúde e Desenvolvimento*. 2 (3). Recuperado em 9 setembro, 2008, de <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/refazed/article/viewFile/5047/3816>.

HABILIDADES SOCIAIS EM IDOSOS HIPERTENSOS

Angelo Horst¹
Roseli W. Ferreira
Décio Zanoni Júnior

A busca de uma qualidade de vida que permita as pessoas viverem mais tempo é uma das principais preocupações da atual constituição da sociedade. Nascemos e logo somos bombardeados por informações que vêm de todos os lados, entramos em contato com um mundo acelerado e só damos conta de que não estamos dando a devida atenção a nós mesmos depois que passamos a sentir as conseqüências disso em nosso próprio corpo, ou em nossa convivência com outras pessoas.

Constatamos que atualmente, a vida do idoso é mais valorizada do que em anos passados, onde a desatenção e o descaso eram marcadas por muito sofrimento físico e psicológico dos mesmos. Abandonados e esquecidos em asilos, maltratados, humilhados, eram vistos como um “pedaço de trapo velho que não dá mais remendo nenhum”, como se houve muito em ditos populares. Este estigma ainda subsiste, principalmente no mundo mental do idoso.

Tendo em vista essa situação, é de suma importância que possamos dar uma atenção especial as pessoas de terceira idade. Por ser um período de fragilidade na saúde, onde mudanças corporais afetam tanto o físico como o psicológico, muitos idosos se retraem e deixam de aproveitar essa fase da vida. O preconceito e a representação social do idoso também ajudam para que isso ocorra, pois a sociedade não dá o devido valor à velhice e consideram, muitas vezes, como pessoas sem utilidade.

Estudos e pesquisas voltadas para a terceira idade podem ajudar num maior aperfeiçoamento das habilidades sociais dos idosos. Um aumento do número de pessoas idosas nas últimas décadas ocasionou a explosão dos trabalhos científicos referente ao envelhecimento e esta realidade exige estudos e planejamento que visem garantir melhor qualidade de vida na velhice. Ter uma idade avançada não é sinônimo de uma vida perdida, pelo contrário, uma vida rica de experiências que precisamos valorizar.

Os programas lançados pelo Ministério da Saúde, nas unidades básicas de saúde, além de trazer benefícios de interação com os grupos voltados especificamente para a terceira idade, através de oficinas e atividades variadas, tratam as patologias associadas ao envelhecimento, sendo a mais comum à hipertensão arterial, que traz sérios comprometimentos à saúde.

Diante desta realidade, os papéis dos profissionais de saúde ganham mais relevância científica e social, principalmente nesta faixa etária. Neste sentido faz-se mister discutir a

¹ Contato: angelohorst@gmail.com

complexidade dos relacionamentos do idoso com o meio social, familiar e na saúde, a partir da descrição das habilidades sociais dos idosos hipertensos.

MÉTODO

Instrumentos: IHS – Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette, 2001)

Local: Unidades de Saúde do Bairro Boqueirão – Curitiba-PR

Participantes: A amostra contou com 30 idosos hipertensos, sendo 17 idosos do sexo feminino e 13 idosos do sexo masculino, com idade média aproximada de 62 anos, sendo estes selecionados por conveniência.

RESULTADOS

Das 5 classes de perguntas que compõe o IHS-Del-Prette (fator 1, 2, 3, 4 e 5), o único fator que indicou a necessidade de treinamento em habilidades sociais para as mulheres foi o fator 3, com perguntas relacionadas a conversação e desenvoltura social enquanto que para os homens o fator 1 com perguntas relacionadas a enfrentamento e auto-afirmação com risco.

O Índice de Habilidades Sociais, para as mulheres foi 90, o que significa um bom repertório de habilidades sociais. Notou-se que a média do Índice de Habilidades Sociais para os homens está abaixo do repertório mediano: 86, 17. Segundo o IHS-Del-Prette, esse resultado necessita de indicação para treinamento em habilidades sociais, quando os déficits se tornam fonte de problemas. Como não foi possível fazer uma adaptação do IHS-Del-Prette para os idosos hipertensos, os resultados obtidos servem para comparação entre os homens e as mulheres.

DISCUSSÃO

Os resultados nos demonstram que as idosas hipertensas tem um repertório de habilidades sociais mais apurado que os idosos hipertensos. Segundo Del Prette e Del Prette (2001), a média necessária, do índice de habilidades sociais, para que não seja indicado treinamento, para o indivíduo, deve ser acima de 81,75. No caso das mulheres, temos uma média de 90, o que significa um bom repertório de habilidades sociais.

Conforme Carneiro e Falcone (2004), citando Freire (2000) “sabe-se hoje que a velhice não implica necessariamente doença e afastamento, que o idoso tem potencial para mudança e muitas reservas inexploradas. Assim, os idosos podem sentir-se felizes e realizados e, quanto mais atuantes e integrados em seu meio social, menos ônus trarão para a família e para os serviços de saúde” (p. 120). Dessa forma, pode-se afirmar que as idosas hipertensas tiveram um bom repertório de habilidades sociais devido à atuação das mesmas nas próprias Unidades de Saúde. Além de

programas preventivos à hipertensão, as unidades oferecem atividades de integração entre os idosos, como palestras, dinâmicas de grupo, atividades artísticas e etc.

Analisando os resultados t (valores fatoriais) das 5 classes de perguntas que compõe o IHS-Del-Prette (fator 1, 2, 3, 4 e 5), o fator que indicou a necessidade de treinamento em habilidades sociais, no caso das mulheres foi o fator 3, com perguntas relacionadas a conversação e desenvoltura social. Conforme o IHS-Del-Prette, nessa classe de perguntas, a média deve estar acima de 5,81 para o repertório de habilidades sociais ser considerado bom. No caso das mulheres, a média foi de 5,75.

Outro fato importante e que deve ser mencionado, é a média do fator 5 das idosas hipertensas. Segundo o Protocolo do Hipertenso da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba (2004) “as complicações provenientes da doença englobam os riscos hipertensivos, resultantes diretamente da elevação persistente da pressão arterial, e os riscos ateroscleróticos, o que a caracteriza como um dos principais fatores de risco cardiovascular” (p. 06), então subentende-se que o controle de respostas emocionais fortes pode ser uma profilaxia da doença. As perguntas voltadas para o fator 5 do IHS-Del-Prette, tratam justamente disso, do autocontrole da agressividade. A média das idosas hipertensas nas perguntas desse fator foi superior a esperada, sendo considerado um bom repertório de habilidades sociais (acima da mediana) quando se trata de auto controle: 1,38, quando a indicação para treinamento em habilidades sociais desse fator está na média de 0,42. De certa forma, este resultado pode ser atribuído ao risco que situações agressivas pode causar um aumento da pressão arterial, e por conta disso, o repertório de respostas nessa situações é bom, justamente por se tratar de uma prevenção.

Com relação à análise dos escores obtidos dos homens, notou-se que a média do índice de habilidades sociais, diferentemente da média obtida das mulheres, está abaixo do repertório mediano: 86, 17. Segundo o IHS-Del-Prette, esse resultado necessita de indicação para treinamento em habilidades sociais, quando os déficits se tornam fonte de problemas. O repertório mediano da amostra masculina está em torno de 96, algo que não pode ser encontrado no resultados dos idosos hipertensos.

Diferentemente do que aconteceu com os resultados femininos, dos 5 fatores que englobam as perguntas, o único fator que demonstrou um repertório abaixo da média para os homens foi o fator 1, com perguntas relacionadas a enfrentamento e auto-afirmação com risco. Segundo Del Prette e Del Prette (2001), citando Alberti & Emmons, 1981; Lange & Jakubowski, 1971; e Wolpe, 1976; “a assertividade é uma das principais subclasses de desempenho socialmente competente e pode ser definida como o exercício dos próprios direitos e a expressão de qualquer sentimento, com controle da ansiedade e sem ferir os direitos do outro” (p. 12), e aqui notou-se que os homens não

são assertivos em situações como devolver mercadoria defeituosa, declarar sentimento amoroso, discordar do grupo, lidar com críticas injustas, apresentar-se a outra pessoa, entre outras.

Conclui-se, a partir da análise dos dados, que as idosas hipertensas têm um bom repertório de habilidades sociais, enquanto que os idosos hipertensos têm déficits e comprometimentos das mesmas, que podem estar associados a dificuldades e conflitos nas relações interpessoais, contribuindo, assim, como fator estressante para o aumento da doença. A intervenção poderá ser feita através de uma maior atenção dada aos idosos, visto que os homens apresentaram déficits de habilidades sociais. Também, poderão ser desenvolvidos mais programas nas Unidades de Saúde, como atividades grupais, atividades lúdicas, encontros, visitas com os idosos, pois uma boa sociabilidade é fator determinante no processo de envelhecimento sadil.

Referências

- CARNEIRO, R. S; FALCONE, E. M. O (2004). Um estudo das capacidades e deficiências em habilidades sociais na terceira idade. *Psicologia em Estudo*, v.9, n. 1, 119-126.
- DEL PRETTE, A; DEL PRETTE, Z. A. P. (2001). *Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette): manual de aplicação, apuração e interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- DEL PRETTE, A; DEL PRETTE, Z. A. P. (1999). *Psicologia das Habilidades Sociais: Terapia e Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- GARCIA PINTOS, C. C. (1997). *A família e a terceira idade: orientações psicogerontológicas*. São Paulo: Paulinas.

HISTÓRIA COMPORTAMENTAL COM HUMANOS: O EFEITO DO CUSTO DE DIFERENTES MAGNITUDES SOBRE A TAXA DE RESPOSTAS

João Paulo Pereira de Souza¹

Thaís Bianchini¹

Luiz Alexandre Barbosa de Freitas¹

Tatiany Honório Porto¹

Carlos Eduardo Costa¹

Segundo Skinner, “as variáveis [das quais o comportamento é função] estão fora do organismo, em seu ambiente imediato, e em sua história ambiental” (Skinner, 1953/1966, p. 31). Dentre as variáveis presentes no ambiente imediato dos organismos, o custo da resposta configura-se como uma variável de grande importância. Alguns estudos (e.g., Weiner, 1965; 1969) que procuraram analisar os efeitos da história de condicionamento sobre contingências presentes indicaram que a introdução de custo para as respostas que ocorriam durante o intervalo entre reforços (IRI) em um programa de FI não foi suficiente para reduzir a taxa de respostas produzida por uma exposição anterior a um programa de FR. Entretanto, é possível que a introdução de custos de respostas com diferentes magnitudes possa produzir efeitos distintos sobre o comportamento anteriormente reforçado. O objetivo da presente pesquisa foi verificar o efeito de diferentes custos de resposta em um esquema múltiplo FI 15 s (custo 1) - FI 15 s (custo 10) após uma história de exposição a um programa múltiplo FR 60-FR 60.

Participaram cinco universitários. Foi utilizado o ProgRef v3.1 (Costa & Banaco, 2002). A Tabela 1 sumaria o procedimento experimental.

Tabela 1. Resumo do procedimento utilizado

	FASE 1	FASE 2
PROGRAMA	FR60-FR60	FI 15 s (-1) – FI 15 s (-10)
CONSEQÜÊNCIA	Pontos trocados por dinheiro	Pontos trocados por dinheiro
CUSTO (perda de pontos)	0 (zero)	1 ponto no componente 1 10 pontos no componente 2
SESSÕES	8 sessões	8 sessões
DURAÇÃO	30 minutos	30 minutos
COR DO BOTÃO	Azul no Comp. 1 Amarelo no Comp. 2	Azul no Comp. 1 Amarelo no Comp. 2

¹ Universidade Estadual de Londrina.

Apoio Financeiro: Fundação Araucária

Trabalho apresentado no XVII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental, realizado em Campinas-SP de 28 a 31 de agosto de 2008.

Para obter pontos, os participantes deveriam clicar com o cursor do *mouse* sobre um botão de respostas que aparecia na tela. Ao final de cada sessão, os pontos obtidos eram trocados por dinheiro (R\$ 0,03 a cada 100 pontos). O experimento teve duas fases, com oito sessões de 30 minutos cada. Na Fase 1, um múltiplo FR 60 - FR 60 estava em vigor. Nesse esquema os dois componentes eram idênticos, ou seja, era reforçada a sexagésima resposta emitida após o início do componente ou após o ultimo reforço. Na Fase 2, um múltiplo FI 15 s (custo 1) – FI 15 s (custo 10) estava em vigor. No Componente 1, cada resposta emitida antes que a contingência fosse cumprida incorria na perda de 1 ponto. No Componente 2, cada resposta emitida antes que a contingência fosse cumprida incorria na perda de 10 pontos. Nas duas fases do experimento, os componentes se alternavam a cada 5 minutos com *time-out* de 5 segundos.

Os resultados indicaram que, na Fase 1, quatro dos cinco participantes responderam em taxas altas e bem próximas entre si em ambos os componentes (acima de 185 R/min). Apenas P4 emitiu taxas de respostas distintas entre os componentes na Fase 1 (a variação da taxa de respostas foi maior nas três últimas sessões dessa fase).

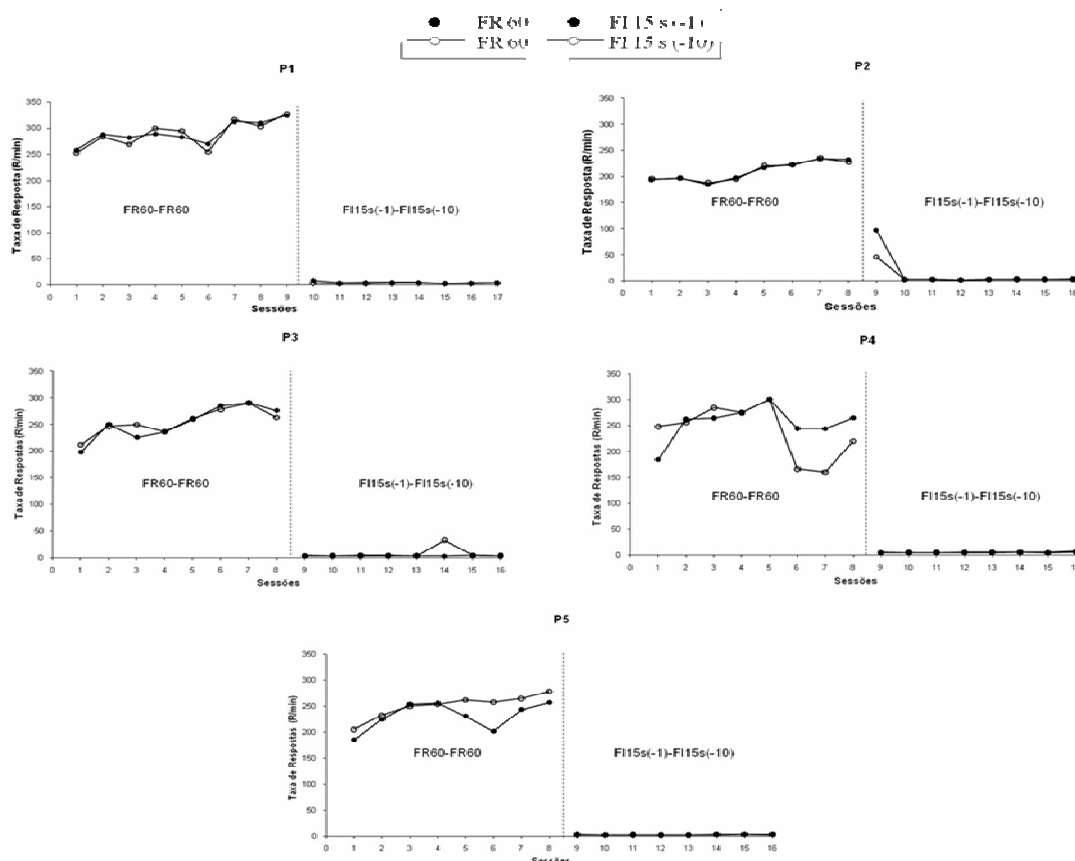


Figura 1. Taxas de respostas emitidas pelos participantes durante as oito sessões da Fase 1, de exposição ao programa FR 60 – FR 60 e as oito sessões da Fase 2, de exposição ao programa FI 15 s(-1) – FI 15 s (-10). O participante P1 realizou uma sessão a mais na Fase 1.

Quando a contingência de reforço mudou, a taxa de respostas diminuiu em ambos os componentes logo na primeira sessão da Fase 2. Para todos os participantes, exceto P2, a taxa de respostas foi abaixo de 8 R/min em todas as sessões da Fase 2.

De modo geral, os resultados sugerem que a introdução de custo (perda de pontos) para as respostas emitidas durante o IRI, em um programa de FI, pode diminuir a probabilidade da persistência comportamental. Esses resultados diferem daqueles apresentados por Weiner (1965; 1969), em que os participantes mantiveram altas taxas de resposta mesmo quando a contingência mudou para uma na qual manter altas taxas de respostas implicava na perda de muitos pontos. Aparentemente, a magnitude no custo da resposta não teve efeito diferencial na redução da taxa de respostas na Fase 2, exceto para P2 na primeira sessão após a mudança de contingência.

Referências:

- Costa, C. E., & Banaco, R. A. (2002). ProgRef v3: sistema computadorizado para coleta de dados sobre programas de reforço com humanos - recursos básicos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 4(2), 173-192.
- Skinner, B. F. (1966). *Science and Human Behavior*. Toronto: Macmillan. Obra originalmente publicada em 1953.
- Weiner, H. (1965). Conditioning history and maladaptive human operant behavior. *Psychological Reports*, 17, 935-942.
- Weiner, H. (1969). Conditioning history and human fixed-interval performance. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 7, 383-385.

EFEITOS PSICOMÉTRICOS DE APLICAÇÕES SUCESSIVAS DO INVENTÁRIO DE HABILIDADES SOCIAIS EM ATLETAS ADOLESCENTES

Ana Paula Garcia¹
Francieli Hennig¹
Carlos Roberto de Oliveira Nunes¹
Max Jacques¹
Gabriela Frischknecht¹

As habilidades sociais podem ser definidas como o conjunto dos desempenhos apresentados pelo indivíduo diante das demandas de situações interpessoais (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 1999). O comportamento socialmente habilidoso refere-se à expressão, pelo indivíduo, de atitudes, sentimentos, opiniões, desejos, respeitando a si próprio e aos outros, podendo levar à resolução dos problemas imediatos e diminuição da probabilidade de ocorrência de problemas futuros (CABALLO, 1996).

A avaliação das habilidades sociais constitui uma etapa importante do treinamento de habilidades sociais. Instrumentos psicométricos têm sido desenvolvidos para a estimação rápida e precisa destas habilidades em populações adultas (DEL PRETTE et al, 1998; PASQUALI & GOLVEIA, 1990), mas há carência destes instrumentos para adolescentes e crianças.

Em âmbito esportivo, acredita-se haver, principalmente em modalidades coletivas, grande importância destas habilidades para a manutenção de relações interpessoais consistentes e alcance dos objetivos esportivos.

Um time de Handebol é composto por 14 atletas, sendo sete titulares. Os objetivos principais do jogo são marcar o maior número de gols e evitar que a equipe adversária marque, utilizando-se de técnicas e táticas coletivas e individuais muito variadas (ZAMBERLAND, 1999). A prática da modalidade envolve intenso contato físico direto com oponentes e parceiros, gerando desgastes psicológicos e físicos.

Este trabalho objetivou avaliar os efeitos de aplicações repetidas, em intervalos de uma semana, do Inventário de Habilidades Sociais – criado e validado para populações adultas - em atletas adolescentes de Handebol Feminino.

MÉTODO

Participantes: 21 atletas voluntárias, das categorias cadete e juvenil, integrantes do FURB/FMD/Handebol, com idades variando entre 13 e 17 anos.

Instrumentos: Inventário de Habilidades Sociais (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2001), composto por 38 questões. Foram retiradas duas questões sobre a prática de atividades sexuais, por

¹ Universidade Regional de Blumenau (FURB). **Contato:** apgarcia@al.furb.br

não se relacionarem aos objetivos específicos do trabalho trabalho e terem sido consideradas inadequadas para a avaliação da amostra.

Procedimentos: O IHS foi aplicado três vezes com as participantes, em intervalos de uma semana entre as aplicações, que ocorreram coletivamente, com a presença de todas as atletas, e foram conduzidas de acordo com os critérios constantes no manual de aplicação, apuração e interpretação (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 2001).

O IHS foi aplicado no período de três semanas, sendo que nenhuma intervenção para desenvolver habilidades sociais foi executada com as atletas. Elas já vinham tendo atividades semanais conjuntas de treinamento há, pelo menos, quatro meses.

Através da aplicação de teste t para amostras relacionadas, foi verificado que não houve diferença significativa entre os escores obtidos na primeira e na segunda avaliação ($p= 0,589$), nem entre a primeira e a terceira avaliação ($p= 0,152$). Houve diferença significativa entre os escores obtidos na segunda e na terceira avaliação ($p= 0,005$), bem como na comparação entre as médias das duas primeiras avaliações com os valores da terceira avaliação ($p= 0,022$).

O IHS é dividido, para fins de análise do construto, em cinco fatores: Enfrentamento e auto-afirmação com risco (F1); Auto-Afirmação na expressão de sentimentos positivos (F2); Conversação e desenvoltura social (F3); Auto-exposição a desconhecidos e situações novas (F4); Autocontrole da agressividade (F5). Não houve correlações significantes entre as idades das atletas e os fatores (F1, F2, etc.) ou os escores totais de pontuação em qualquer das três avaliações realizadas ($p > 0,05$).

Análises, através do caçulo de correlação de Pearson, mostraram correlações positivas e significativas, variando de 0,647 ($p= 0,002$) a 0,890 ($p < 0,000$), entre os conjuntos de escores relativos a cada fator nas três avaliações realizadas; isto é, F1 nas três avaliações, F2 nas três avaliações, e assim por diante. Houve correlações aparentemente mais fortes entre os cinco fatores em cada uma das três avaliações realizadas, com correlações variando entre 0,956 e 0,995 (ambos, $p < 0,000$); isto é, F1, F2, F3, etc. na primeira avaliação, F1, F2, F3, etc. na segunda avaliação e F1, F2, F3, etc. na terceira avaliação.

A análise de consistência interna do instrumento resultou nos valores de Alfa de Crombach de 0,6478 na primeira avaliação, 0,7290 na segunda e 0,7722 na terceira.

Os resultados aqui apresentados sugerem que as atletas de Handebol de diferentes idades, entre 13 e 17 anos, responderam de forma similar ao instrumento. Elas apresentaram aprimoramento dos padrões de resposta ao inventário, o que é inferido: (a) pelo aumento gradativo dos índices de confiabilidade interna (Alfa de Crombach) ao longo das aplicações sucessivas; e (b) pelas diferenças estatísticas encontradas entre os resultados da terceira avaliação em relação às duas primeiras.

As correlações entre os resultados obtidos ao longo de aplicações sucessivas (entre 0,64 e 0,89) foram aparentemente menores do que aquelas obtidas em populações de adultos jovens (0,90), isto é, universitários (BANDEIRA et al, 2000). Acredita-se que com a continuidade sucessiva de aplicações deste inventário com adolescentes, a estabilidade temporal seja aprimorada, o que está sendo testado em pesquisa atual.

Referências

- BANDEIRA, M.; COSTA, M.N.; DEL PRETTE, Z.A.P; DEL PRETTE, A. & GERK-CARNEIRO, E. **Qualidades psicométricas do Inventário de Habilidades Sociais (IHS): estudo sobre a estabilidade temporal e a validade concomitante.** Estudos de Psicologia, 5(2): 401-419, 2000.
- CABALLO, V. E. **O treinamento em habilidades sociais.** In V. E. Caballo (Org.), *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento* (pp. 361-398). São Paulo: Santos, 1996.
- DEL PRETTE, Z. A. P; DEL PRETTE, A.; BARRETO, M. C. M. **Análise de um inventário de habilidades sociais (IHS) em uma amostra de universitários.** [Psicologia: Teoria e Pesquisa](#),14(3):219-28, set.-dez, 1998.
- DEL PRETTE, Z.A.P. & DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- DEL PRETTE, Z.A.P. & DEL PRETTE, A. **Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette): manual de aplicação, apuração e interpretação.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- PASQUALI, L. & GOUVEIA, V. V. **Escala de assertividade de Rathus - RAS: adaptação brasileira.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 6 (3), 233-249, 1990.
- ZAMBERLAND, E. **Handebol.** 1ed. Londrina: Editora Treinamento Desportivo. 1999

GRUPOS TERAPÊUTICOS COM CUIDADORES DE RENAIIS CRÔNICOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Ana Cristine Ruppenthal¹
Maria Rita Zoéga Soares²
Nicole Calsavara Tomazella³
Tatiana Akemi Murate⁴
Daniele Cristine Cortiano⁵

Doenças crônicas comumente são fontes de estimulação aversiva. Os efeitos negativos de uma doença crônica podem ser potencializados com a necessidade de tratamentos dolorosos, invasivos e que tornam o paciente dependente dos cuidados de outras pessoas. A insuficiência renal constitui-se um exemplo destas doenças.

A Insuficiência Renal Crônica (IRC) é uma doença de alta morbidade e mortalidade e se caracteriza pela incapacidade de o rim realizar suas funções. Seu principal tratamento é a hemodiálise, um processo artificial para filtrar as substâncias indesejáveis acumuladas no organismo.

Em função de diversas complicações, é freqüente que portadores de IRC dependam de outras pessoas, geralmente familiares. Neste contexto, a família precisa se reorganizar e adaptar-se às novas necessidades e limitações do paciente (Carreira, 2003; Neri, 1993).

De acordo com Zarit (1986), a pessoa que possui principal responsabilidade do cuidado é conhecida como cuidador. Membro ou não da família, com ou sem remuneração, é ele quem cuida da pessoa doente ou dependente na realização de suas atividades diárias, tais como alimentação, transporte, higiene pessoal, medicação, acompanhamento de serviços de saúde ou outros serviços do cotidiano, (Floriani, 2004). Devido a razões culturais, é comum no Brasil que a mulher tenha o papel de cuidador, e isto é esperado pela sociedade, (Neri, 1993).

Quando o cuidador é um familiar, ele pode ter sua rotina de vida, alimentação e momentos e tipos de lazer alterados pelo impacto dos efeitos secundários e generalizados da doença (Guimarães, 1999). E isto pode aumentar a probabilidade, inclusive, do surgimento de doenças em algum membro da família (Carreira, 2003).

É comum o cuidador não perceber que está gradualmente se sobrecarregando em várias áreas (Neri, 1993; Floriani, 2004). E, como consequência, podem surgir efeitos emocionais, físicos,

¹ Mestranda em Análise do Comportamento (UEL), Especialista em Psicoterapia Comportamental (UEL) e em Qualidade de Vida e Saúde Mental no Hospital Geral (Unifesp). ana_cristine@yahoo.com.br

² Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP), Pós-Doutorada em Psicologia da Saúde (Universidade de Valencia – Espanha). Participa do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento (Universidade Estadual de Londrina). ritazoega@hotmail.com

³ Psicóloga graduada pela Universidade Estadual de Londrina.

⁴ Psicóloga graduada pela Universidade Estadual de Londrina.

⁵ Psicóloga graduada pelo Centro Universitário Filadélfia de Londrina (Unifil).

sociais, financeiros, exclusão social, isolamento, depressão, distúrbio de sono, uso de psicotrópicos e maior risco de infarto.

Uma das formas de intervenção muito eficiente passível de implementação nesta população é a psicoterapia em grupo. Segundo Yalom (2005), a psicoterapia de grupo é bastante efetiva e “é pelo menos igual à psicoterapia individual em sua capacidade de proporcionar benefícios significativos” (Yalom, 2005, p. 23).

Vinogradov e Yalom (1992) citam diversos mecanismos responsáveis pelas mudanças ocorridas no processo psicoterápico de grupo, entre os mais importantes estão universalidade, aprendizagem interpessoal (aprender a confiar, entender e aceitar), comportamento imitativo, socialização e compartilhar informações. Destacam a auto-revelação como fundamental para o sucesso do grupo. E também notam que o terapeuta, somado ao grupo, se constitui no instrumento de mudança grupal.

O objetivo do presente estudo foi relatar e avaliar os resultados obtidos após a aplicação de uma intervenção em grupo sob o enfoque da Análise do Comportamento para cuidadores de pacientes renais crônicos.

Participaram do projeto 30 cuidadores, divididos em seis grupos. Os encontros foram realizados numa clínica particular de hemodiálise localizada na cidade de Londrina, PR no período de agosto a dezembro de 2006, com duração média de uma hora e meia e frequência quinzenal, totalizando de 10 encontros. Os grupos eram abertos e heterogêneos, com discussão de temas de interesse e realização de atividades visando expressão de sentimentos, troca de experiências e resolução de problemas. Foram conduzidos por uma psicóloga da instituição e três estagiárias de Psicologia

Observou-se que os cuidadores apresentavam ou déficits ou excessos comportamentais na área de cuidados. Inicialmente, falavam apenas sobre a doença, em função de viverem intensamente os efeitos desta contingência, ou seja, resumiam sua vida a cuidar do doente. Muitos reclamaram da sobrecarga de ser o único cuidador. Também apresentavam falta de perspectiva em relação ao futuro e freqüentemente choravam durante as sessões. O tema morte era recorrente.

Aos poucos aumentaram os auto-relatos e a manifestação dos sentimentos, inclusive os negativos (raiva, medo e tristeza). Através de observações, feedbacks recebidos nos grupos e relatos dos participantes, foi possível observar aumento nos repertórios de auto-relato e de expressão de sentimentos, além de relatos de sensação de alívio ao expressá-los. Os grupos possibilitaram trocas de experiências e foi possível observar ampliação de repertórios comportamentais.

Acredita-se que os objetivos da terapia em grupo foram atingidos por ter possibilitado a troca e comparação de experiências entre os participantes que puderam conhecer formas alternativas de lidar com seus problemas e, conseqüentemente, melhorar sua qualidade de vida. Através de

observações e do relato dos participantes isso pode ser observado durante a realização destes grupos.

Corroborando a literatura, este trabalho demonstrou que a intervenção em grupo, além de efetiva, permite a participação de um número maior de pessoas, otimizando o processo e se constituindo em uma alternativa facilitadora do tratamento.

Referências:

- Carreira,L.; Marcon, S.S.. (2003). *Cotidiano e trabalho: concepções de indivíduos portadores de insuficiência renal crônica e seus familiares*. Ver Latino- Americana de Enfermagem, nov/dez, vol.11(6) p.823-831.
- Floriani, C.A.(2004) Cuidador e Familiar: sobrecarga e proteção. *In: Revista Brasileira de Cancerologia*, 50(4):341-345
- Guimarães, SS. (1999) Psicologia da Saúde e doenças crônicas. *In: Kerbauy, RR. Comportamento e Saúde: explorando alternativas*. Cap. 3. Santo André: ARBytes
- Néri, AL. (1993) *Qualidade de vida na idade madura*. Campinas: Papyrus.
- Zarit, S.H., Todd, P. A., & Zarit, J. M. (1986). Subjective burden of husbands and wives as caregivers: A longitudinal study. *The Gerontologist*, 26, 260-270.
- Vinogradov, S.; Yalom, ID. (1992). *Manual de Psicoterapia de Grupo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Yalom, I.D. (2006). *Psicoterapia de grupo: Teoria e Prática*. 5ª edição. Porto Alegre: Artmed.

DESEMPENHO EM FR COM HUMANOS: O EFEITO DA LOGÍSTICA DA SESSÃO EXPERIMENTAL¹

Laís Sthéfani da Cruz Silva*²

Heloiza Kruselke da Silva²

Íria Stein Siena²

Paulo Guerra Soares^{2,3}

Carlos Eduardo Costa²

Segundo Bernstein (1988) a maioria das pesquisas experimentais com humanos procuram replicar aspectos formais das pesquisas com não-humanos. Entretanto, tais pesquisas, são conduzidas sem qualquer controle das atividades dos participantes fora do ambiente experimental. Bernstein argumentou que quanto mais as sessões experimentais se aproximam umas das outras, menor a probabilidade de que variáveis estranhas ao procedimento experimental interfiram no resultado da pesquisa. Desse ponto de vista sessões mais longas poderiam ser preferíveis. Todavia, pode-se argumentar que sessões muito longas, cuja tarefa experimental seja extremamente repetitiva (como pressionar um botão), pode ser um problema, especialmente em contingências cuja taxa de respostas seja muito alta. Atualmente, a duração das sessões experimentais parece obedecer mais ao “bom senso” do experimentador, que procura levar em consideração a natureza repetitiva da tarefa experimental e a consequência programada, do que em informações empiricamente testadas (i.e., nenhum estudo parece ter avaliado empiricamente, até o presente momento, se sessões com durações diferentes afetariam de algum modo a taxa de respostas dos sujeitos). Um aspecto do procedimento experimental de estudos com humanos e não-humanos que ainda parece pouco investigado diz respeito à programação das sessões experimentais. Uma sessão de uma hora produziria os mesmos resultados que duas sessões de 30 minutos ou quatro sessões de 15 minutos? O presente trabalho teve como objetivo verificar o efeito do número e da duração das sessões experimentais sobre o desempenho de universitários quando expostos a três horas em um programa de reforço em FR.

Participaram 11 universitários. Foi utilizado o ProgRef v3.1 (Costa & Banaco, 2002). A tarefa foi clicar com o botão esquerdo do *mouse* com o cursor sobre um botão de resposta que aparecia na parte central inferior do monitor. Após o término de cada sessão, os pontos eram trocados por R\$ 0,05 cada. Todos os participantes foram expostos a um FR 80. Eles foram distribuídos em três grupos: os participantes do Grupo 1 foram expostos a 12 sessões de 15 minutos cada; os do Grupo 2 foram expostos a seis sessões de 30 minutos cada; os do Grupo 3 foram

¹ Trabalho apresentado no XVII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental, realizado em Campinas-SP de 28 a 31 de agosto de 2008.

² Universidade Estadual de Londrina.

* Bolsista PIBIC (IC/UUEL)

³ Faculdade Pitágoras – Campus Metropolitana

Contato: laissthefani@hotmail.com

expostos a três sessões de 60 minutos cada. As sessões eram realizadas de segunda a sextas-feiras (exceto feriados), pelo menos duas vezes por semana.

Foi observada maior diferença na taxa geral de respostas entre os participantes na primeira hora de sessão, independentemente do grupo ao qual pertenciam. A taxa de respostas variou de 154 a 282 R/min entre os participantes do Grupo 1; de 121 a 293 R/min para os participantes do Grupo 2 e de 175 a 285 R/min entre os participantes do Grupo 3 ao final da primeira hora de exposição ao FR 80.

Taxa de respostas relativamente baixa foi observada nos momentos iniciais das sessões de alguns participantes (P1; P2; P5; P8; P9 e P12). A taxa de respostas aumentou entre o segundo e quarto minuto de sessão para P8, P9 e P12; entre o oitavo e nono minuto para P1 e a partir do 30º minuto para P2 e P5. P9 parou de pressionar o botão de respostas nos cinco minutos finais da primeira hora de exposição (final da primeira sessão). Nas sessões seguintes o desempenho de P9 foi de alta taxa de respostas. Os demais participantes (P3; P6; P7; P10 e P11) tiveram um desempenho em taxa alta de respostas desde os minutos iniciais do experimento. Apesar de emitir taxa alta de respostas, algumas pausas ocasionais foram observadas nos registros de P11. Este padrão diminuiu quando se compara o desempenho da primeira hora com o da terceira hora de exposição desse participante. A partir da segunda hora, até o final da terceira hora de exposição ao FR, o desempenho foi de taxa alta de respostas para todos os participantes (acima de 168 R/min), independentemente de como as sessões foram programadas. Ao final da terceira hora de exposição ao FR a diferença na taxa geral de respostas entre os participantes foi menor do que aquela observada ao final da primeira hora (de 257 a 314 R/min entre os participantes do Grupo 1; de 231 a 312 R/min entre os participantes do Grupo 2 e de 248 a 307 R/min entre os participantes do Grupo 3).

Os resultados sugerem que todas as condições de programação da duração das sessões experimentais produziram um desempenho em taxas altas de respostas após o 30º minuto de exposição ao FR. À medida que a exposição ao FR continuou, as diferenças das taxas de respostas diminuíram. Estes resultados sugerem que não há, portanto, diferenças entre os grupos na última hora de exposição. Permanece em aberto a questão de se um aumento na exposição total ao programa de FR produziria uma redução ainda maior nas diferenças entre participantes (medida pelas taxas de respostas). Análises adicionais mais refinadas ainda precisam ser realizadas.

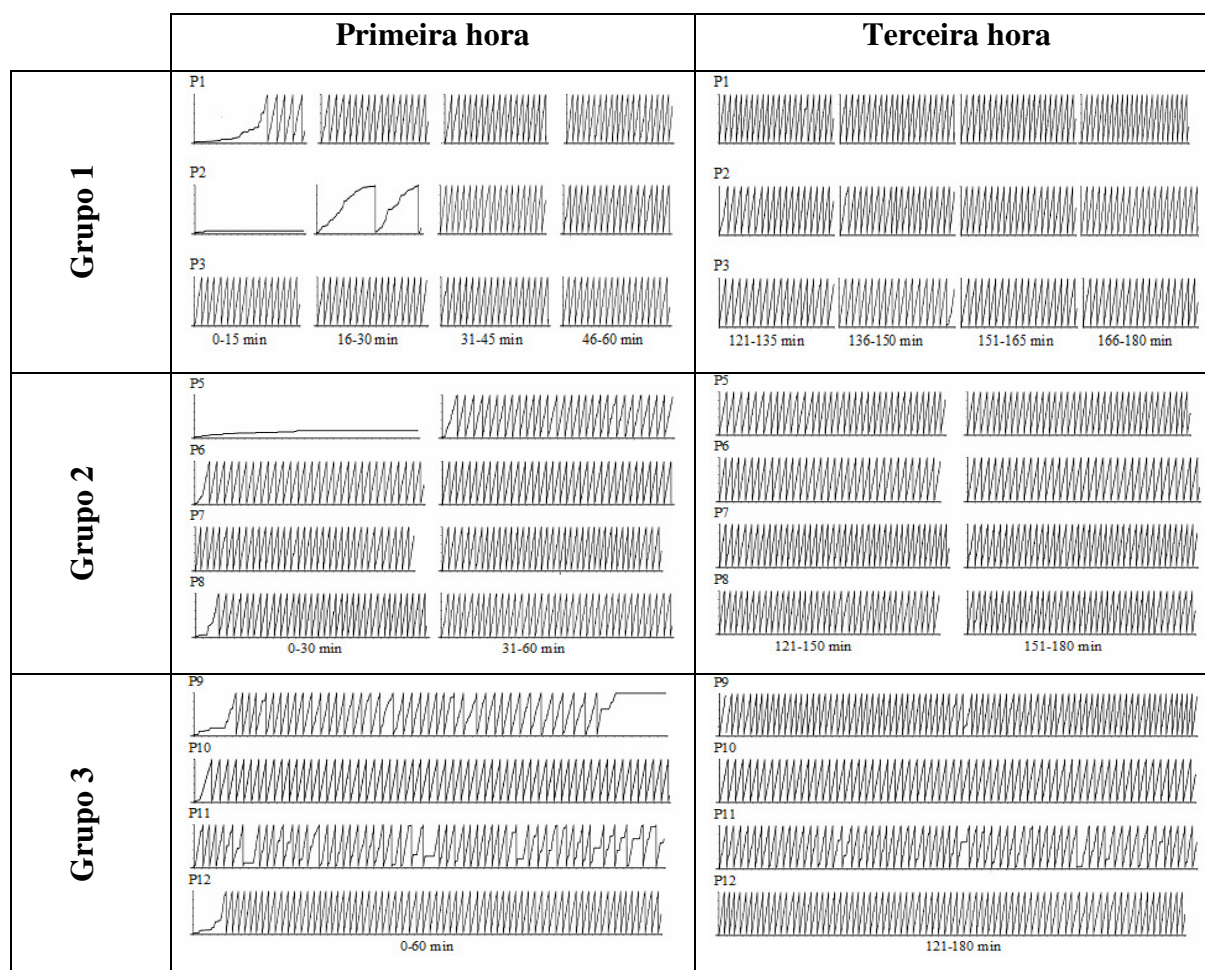


Figura 1: Registros cumulativos da primeira e terceira horas de exposição a um programa de reforço FR 80 dos participantes do Grupo 1 (sessões de 15 minutos) do Grupo 2 (sessões de 30 minutos) e do Grupo 3 (sessões de 60 minutos).

Referências

- Bernstein, D. J. (1988). Laboratory Lore and Research Practices in the Experimental Analysis of Human Behavior: Designing Session Logistics - How Long, How Often, How Many? *The Behavior Analyst*, 11(1), 51-58.
- Costa, C. E., & Banaco, R. A. (2002). ProgRef v3: sistema computadorizado para coleta de dados sobre programas de reforço com humanos – recursos básicos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 4(2), 173-192.

CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA UMA PROPOSTA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Liliane Ocalxuk¹
Fátima Raquel Szinwelski¹
Gustavo Vieira da Silva¹
Jean Carlo Kurpel Diogo¹
Adriana Vargas¹
Maria do Carmo Bueno¹
Luciana Albanese Valore²

O termo “inclusão” compõe o discurso de diversas esferas sociais e corporifica os objetivos dos mais variados setores da sociedade. Seu uso, entretanto, conforme afirma Aranha (2003), tem sido esvaziado de seu sentido e servido como modismo desprovido de significação social. A partir disso pergunta-se: na prática, o que pode ser feito para auxiliar a efetiva inclusão de pessoas com necessidades especiais (PNE's) na sociedade?

Perante a proposição de que, para o Behaviorismo Radical, o analista do comportamento é Agente Político por definição de sua prática - pois como observa Dittrich “Na verdade, o analista do comportamento é um agente político pelo simples fato de produzir mudanças sociais com conseqüências éticas” (2004, p. 177) - tem-se que o trabalho do psicólogo em relação a questões sociais, como no caso da inclusão, não se reduz a apenas um campo de atuação, o caráter social é intrínseco a sua prática: mesmo aquela que é restrita ao ambiente clínico não deixa de ser também social pelas conseqüências que produz. Desse modo, propõe-se, aqui, como uma ferramenta de inclusão, a orientação profissional (OP) de base analítico-comportamental para grupos, visando à facilitação da inclusão de PNE's.

Esta pesquisa abrange quatro áreas teóricas: Orientação Profissional, Intervenção Grupal, Inclusão de PNE's e Análise do Comportamento. Os textos utilizados para o estudo de cada uma delas foram escolhidos por conveniência, de acordo com sua disponibilidade e sua relevância na temática investigada. A elaboração da proposta desse trabalho e a interpretação dos textos das diferentes áreas foram feitas tendo como base teórica o Behaviorismo Radical.

Utilizou-se o método epistemológico que, para Abib (1996, citado por Dittrich, 2004), tem como principal característica a transdisciplinalidade. Seu objeto de estudo é o discurso escrito de inúmeras formas de conhecimento e seu objetivo é o *intercâmbio dinâmico* entre as áreas do conhecimento. Não há apenas intercâmbio da epistemologia com outras áreas da filosofia, mas também com disciplinas da própria ciência.

¹ Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: lilika_vip@yahoo.com.br

² Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Paraná

Uma OP de PNE's deve auxiliar no desenvolvimento do que Sasaki (1999) define como conceitos inclusivos: autonomia; independência e *empowerment*. **Autonomia** refere-se aos graus de controle nos vários ambientes físicos e sociais que a pessoa frequenta visando atingir certos objetivos. O conceito de **independência** refere-se à tomada de decisão individual e depende das informações oferecidas à pessoa juntamente com a sua autodeterminação e/ou prontidão para tomar decisões. Para Sasaki (1999), a autodeterminação e a prontidão são habilidades que podem ser apreendidas. Por sua vez, o conceito *empowerment*, “significa o processo pelo qual uma pessoa, ou um grupo [...], usa o seu poder pessoal inerente à sua condição – por exemplo: deficiência, [...] – para fazer escolhas e tomar decisões” (Ibid., p.38).

Segundo Yalom (2006), a experiência grupal pode propiciar: instilação de esperança, universalidade, compartilhamento de informações, altruísmo, comportamento imitativo, aprendizagem interpessoal, desenvolvimento de técnicas de socialização, coesão grupal, entre outros. Deste modo, no âmbito de um grupo, o indivíduo entra em contato com um espectro único de vivências, as quais não ocorreriam em uma experiência individual.

Podem-se observar singularidades em relação aos conceitos inclusivos e os fatores terapêuticos. O grupo terapêutico, para Yalom (2006), pode promover o autoconhecimento, que “permite que integremos todas as nossas partes, diminui a ambigüidade, permite um sentido de afirmação pessoal e domínio, e nos permite agir conforme nossos melhores interesses” (Ibid., p. 91). Por sua vez, os conceitos inclusivos referem-se à postura do indivíduo em relação aos outros e a si mesmo. Assim, propõe-se que os conceitos inclusivos sejam reunidos em um único termo: autoconhecimento. Conclui-se que, na intervenção grupal e no desenvolvimento de conceitos inclusivos, o objetivo comum é fomentar o autoconhecimento e que, para tanto, pode-se propor uma orientação profissional que tenha como base teórica a análise do comportamento.

O modelo analítico-comportamental do processo de OP, diferentemente de outros campos teóricos, não toma a vocação como algo inerente à pessoa. Para o Behaviorismo Radical, o comportamento humano, assim como sua vocação, é produto da relação entre três grupos de variáveis: filogenéticas, ontogenéticas e culturais. Para a análise do comportamento, a escolha por uma profissão é um comportamento que está inserido nos comportamentos chamados de tomada de decisão e que, como outro comportamento, é um operante que interfere no ambiente e pode ser aprendido (MOURA, 2004). Tomar uma decisão demanda conhecimento sobre habilidades e interesses, ou seja, demanda autoconhecimento e conhecimento sobre o meio – especificamente no caso de OP, conhecimentos sobre o meio profissional.

De acordo com Skinner (1953 / 2003) o comportamento de tomada de decisão compõe o repertório especial que prepara o indivíduo para o futuro, juntamente com os comportamentos de

autocontrole e de solução de problemas. Ainda descreve que, ao tomar uma decisão, o indivíduo manipula variáveis relevantes do meio, porém esse comportamento frequentemente não está presente no repertório de muitas pessoas. Para Skinner (1953 / 2003), o autoconhecimento é o repertório especial e, por vezes, pode não existir: “um homem pode não saber que fez alguma coisa, [...] pode não saber que está fazendo alguma coisa, [...] pode não reconhecer as variáveis das quais seu comportamento é função.” (p. 315-6).

Conclui-se que os comportamentos de tomada de decisão, de autocontrole e de solução de problemas compõem o autoconhecimento. E esses três comportamentos mostram semelhanças com os conceitos inclusivos de autonomia, independência e *empowerment*. Todos os seis termos referem-se à postura do indivíduo perante o meio externo e perante a si mesmo. Logo, uma proposta de OP para PNE's em uma abordagem analítico-comportamental que vise desenvolver autoconhecimento está fomentando também o desenvolvimento de conceitos inclusos, caracterizando-se como uma intervenção que propicia a inclusão.

Referência:

- Aranha, M. S. F (2003) *Inclusão Social da Criança Especial*. In: Souza, de A. M. C. (Org). A criança especial: temas médicos, educativos e sociais. São Paulo: Roca
- Dittrich, A. (2004) *Behaviorismo Radical, Ética E Política: Aspectos Teóricos do Compromisso Social (Vol. I)*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP.
- Moura, C. B. (2004) *Orientação Profissional Sob o Enfoque da Análise do Comportamento*. Campinas, Sp: Alínea Editora.
- Sasaki, R.K. (1999) *Os Novos Paradigmas*. P. 27-57
- Skinner, B. F. (2003) *Ciência e Comportamento Humano*. (J. C. Todorov & Rodolfo Azzi, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1953)
- Yalom, I. D & Leszcz, M. (2006) *Psicoterapia de Grupo: Teoria E Prática*. (R. C. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2005)

O USO DA TÉCNICA DE DISTRAÇÃO NO MANEJO DA ANSIEDADE: RELATO DE UM CASO CLÍNICO

Daniela Karine Ramos¹
Dirceu Salm²

Neste trabalho apresentamos o caso de uma paciente atendida na clínica-escola da Universidade do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), na cidade de Rio do Sul, SC, que tinha como queixa principal a Síndrome do Pânico e a ansiedade. O relato do caso é apresentado de forma assistemática, considerando os sentidos e significados dos fenômenos que se mostraram no espaço clínico durante a interação terapeuta-paciente. Além disso, tem uma abordagem qualitativa do fenômeno capturado no espaço da clínica psicológica. O fenômeno em questão refere-se ao sofrimento da paciente por não conseguir lidar adequadamente com sua ansiedade. O sofrimento psíquico trabalhado no processo terapêutico foi identificado a partir do relato da paciente durante as sessões e pelas reações emocionais desencadeadas durante a descrição de situações vivenciadas. Assim, foram considerados os comportamentos verbais e corporais da paciente e as observações do terapeuta. Para o registro das observações todas as sessões foram gravadas, transcritas e analisadas durante o processo de supervisão e discussão do caso.

Fernanda tem 32 anos, é estudante do curso de enfermagem e quando iniciou o processo terapêutico estava desempregada. Ela mora com os pais e tem como queixa principal: síndrome do pânico e ansiedade. A síndrome do pânico está sob controle e a paciente faz tratamento medicamentoso. Por isso a queixa relacionada à síndrome do pânico não é incluída na agenda das sessões desenvolvidas, nem se fez presente nos relatos da paciente. Desse modo, o trabalho terapêutico voltou-se, principalmente, para a queixa de ansiedade. Além disso, o trabalho sobre o desenvolvimento de habilidades sociais foi abordado durante o processo, tendo em vista que em momentos de forte ansiedade Fernanda tinha problemas de convívio social, segundo ela falava coisas que não gostaria e tinha problemas para se expressar adequadamente.

A ansiedade surge, principalmente, em situações nas quais Fernanda precisava expressar suas opiniões ou defender-se. Como exemplo, tivemos relatos de situações, nas quais ela encontrou pessoas do trabalho anterior que fizeram comentários maldosos sobre sua conduta profissional ou quando precisou dizer a colegas de sala de aula, com as quais fez um trabalho em grupo, que não iria mais fazer o trabalho sozinha e que todos precisavam colaborar.

Outro aspecto histórico importante da vida dessa paciente, é que a mesma fez uso de álcool por aproximadamente quatro meses, porém conseguiu parar de beber por iniciativa própria, sem

¹ Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade do Alto Vale do Itajaí. **Contato:** dadaniela@gmail.com

² Universidade do Alto Vale do Itajaí.

recorrer a uma instituição de apoio, contando com o apoio de seus pais. Justificou que recorria à bebida para conseguir lidar com as possíveis crises de pânico e com a ansiedade.

Esse fato remete a outra queixa relacionada ao fato de que, como foi usuária de álcool, passou a ser prejudicada quando buscava emprego, pois segundo ela quando passava como referência o antigo local de trabalho, eles informavam que ela era alcoólatra. E, segundo a paciente, quando vivencia esse tipo de situação ficava muito ansiosa e tinha pensamentos de que não ia conseguir emprego ou de que as pessoas não gostavam dela. Dentre as técnicas utilizadas, destacamos o treinamento assertivo, desenvolvido principalmente com o uso de encenação e relaxamento e a técnica de distração, para conter a ansiedade e conseguir tomar as decisões mais adequadamente.

De acordo com Angelotti (2001), a técnica de distração é recomendada em diversos casos e configura-se como uma estratégia pontual e simples para lidar com situações em que exigem certo controle da ansiedade. A técnica consiste em fazer com que o paciente tente desviar o foco de atenção dos sintomas da ansiedade, logo que eles surgem, buscando perceber ou visualizar objetos, ou falar com outras pessoas, com o objetivo de ignorar os sintomas que se está sentindo (ANGELOTTI, 2001).

Para tanto o paciente é treinado a utilizar recursos que direcionem sua atenção para outros estímulos não relacionados com a situação de ansiedade (SOPESKI et al 2008), Esta técnica age fazendo com que o paciente consiga libertar-se das sensações desagradáveis, justamente em um momento crítico, onde não se consegue trabalhar os pensamentos automáticos.

Sopeski (2008) cita alguns recursos que podem ser utilizados na técnica, são eles:

- a) descrever o mais detalhadamente um objeto, como uma maçaneta ou uma pessoa presente no ambiente;
- b) conversar sobre outro assunto com alguém presente ou telefonar para alguém;
- c) executar alguma tarefa prática como organizar uma gaveta, dobrar roupas, limpa a mesa, entre outras atividades;
- d) ler algo em um jornal, revista, livro ou outro material disponível;
- e) iniciar uma atividade lúdica como palavra-cruzada, jogo no celular ou no computador.

Durante o treinamento auxiliou-se Fernanda a identificar o que ela gostava de fazer e quais pensamentos e imagens poderiam ser utilizados para minimizar a ansiedade, combinou-se que sempre quando se sentisse ansiosa, por antecipar alguma situação que iria enfrentar ou por alguma coisa que tivesse acontecido em seu ambiente social usaria a técnica.

Desse modo, Angelotti (2001) expõe que o fato de ligar para outra pessoa, buscar conversar ou então ler um livro, cantarolar uma música, realizar as tarefas de casa ou ainda olhar um jardim, também ajudam o paciente mudar o foco de atenção e traz resultados satisfatórios. Após certificar-

se de que a paciente já estava pronta para manusear a técnica, o terapeuta instruiu a paciente a utilizá-la no momento em que identificasse que estava ficando ansiosa, como uma tarefa de casa, e que trouxesse os resultados na sessão seguinte. Após analisar os resultados e identificar que estes foram satisfatórios, o uso desta técnica foi mantido.

Para ilustrar o uso da técnica pela paciente a seguir transcrevemos parte de uma sessão, na qual o terapeuta estava instruindo e reforçando a paciente com relação ao uso da técnica da distração:

Terapeuta: E quando essas crises surgem o que você costuma usar como estratégia para se livrar dos sintomas?

Paciente: Eu pego o telefone e ligo para alguém.

Terapeuta: E isso acaba ajudando você?

Paciente: Sim, mas não reclamo do que estou sentindo, pois não quero incomodar eles com isso.

Terapeuta: E, geralmente, você liga para quem? Para uma pessoa da família ou para um amigo?

Paciente: Geralmente, para amigos, o que normalmente dá certo.

Terapeuta: E se isso não funcionar que outra estratégia você poderia usar, a partir do que conversamos na sessão anterior sobre a técnica da distração?

Paciente: Eu posso sair, fazer alguma coisa, caminhar, se estou em casa posso limpá-la.

Assim, após construção em conjunto de como a técnica seria aplicada, Fernanda teve como tarefa de casa utilizar a técnica em situações na qual se sentisse ansiosa e que tivesse que dar uma resposta em um ambiente social.

Na sessão seguinte Fernanda relata que ao ter que apresentar um trabalho em grupo na sala de aula utilizou a técnica no momento anterior a sua apresentação. Além disso, relata que estava se sentindo ansiosa, pois teria ir voltar na empresa na qual trabalhou para pegar uns documentos e que, possivelmente, teria que ficar esperando para ter um conversa com sua ex-colega de trabalho com quem teve problemas de relacionamento. A antecipação dessa situação estava a deixando ansiosa, pois elas poderiam se desentender novamente. A seguir transcrevemos essa parte da sessão:

Terapeuta: E se uma crise de ansiedade novamente surgisse o que você faria?

Paciente: Eu tentaria me distrair de alguma forma:

Terapeuta: E se você tivesse que aguardar um momento antes de entrar para conversar, isso a deixaria ansiosa?

Paciente: Bastante:

Terapeuta: Teria alguma forma de você se distrair enquanto espera?

Paciente: Talvez conversar com a atendente, tomar um café, ler um livro ou uma revista.

Terapeuta: E isso a ajudaria?

Paciente: Acho que sim.

Terapeuta: Você toparia fazer isso quando for à empresa?

Paciente: Sim.

A partir desse relato conseguimos identificar que o uso dessa técnica poderia auxiliar a paciente a lidar com sua ansiedade, como ocorreu antes da apresentação do trabalho. Nessa situação ela optou por ficar lendo uma revista para desviar o foco e, também, conversou com colegas de

classe sobre uma viagem de estudos que faria. Como consequência ela sentiu-se mais capaz de lidar com as situações de ansiedade e mesmo confiante com relação ao processo terapêutico, tendo em vista que a paciente conseguiu dar uma resposta mais adequada à situação que gerava ansiedade e teve como consequência melhor desenvoltura social. Por fim, o relato da paciente sugere que, dentre as técnicas utilizadas, os resultados mais significativos foram alcançados com o uso da técnica de distração, pois permitiu à paciente controlar sua ansiedade e melhorar suas habilidades sociais.

Referências

- ANGELOTTI, Gildo. (2004). Técnica de distração. In: ABREU, Cristiano Nabuco de GUILHARDI, Hélio José. *Terapia comportamental e Cognitivo-comportamental: práticas clínicas*. São Paulo: Roca.
- SOPEZKI, D.; FERREIRA, E.; PAIM, K.; ARAUJO, R. Terapia Cognitivo-Comportamental no tratamento do tabagismo. In: PICCOLOTO, N.; WAINER, R.; PICCOLOTO, L. *Tópicos Especiais em Terapia Cognitivo-Comportamental*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

A RELAÇÃO ENTRE O COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL E A INTERAÇÃO FAMILIAR EM ADOLESCENTES DE COMUNIDADE CARENTE

Venício Fernando Moura¹
Lidia Natalia Dobrienskyj Weber²
Gisele Regina Stasiak³

Atualmente, o interesse pelo problema do comportamento anti-social é muito grande, vista suas implicações intrafamiliares e sociais. Formiga e Gouveia (2005) caracterizam a conduta anti-social por comportamentos que desafiam a ordem social e infligem normas sociais, não causando um dano físico às pessoas e nem constituindo um delito.

Diversos estudos buscam compreender o papel da família, associada à função básica de prover as necessidades afetivas e a socialização da criança (Weber, 2005), relacionado ao desenvolvimento saudável ou não de crianças e adolescentes.

Esta pesquisa objetivou analisar as relações entre diversos aspectos da interação familiar e comportamentos anti-sociais em adolescentes oriundos de uma comunidade de baixo nível socioeconômico.

Participaram desta pesquisa 120 alunos, com idade entre 14 a 17 anos, sendo 73 do sexo masculino e 47 do sexo feminino, de uma escola pública da periferia de Curitiba. Os dados foram coletados através das Escalas de Qualidade de Interação Familiar (Weber, Viezzer & Brandenburg, 2003) e de um questionário sobre manifestação de comportamentos anti-sociais elaborado para o presente trabalho. Os instrumentos foram aplicados coletivamente após assinatura do termo de Consentimento Esclarecido e Informado. Os dados obtidos foram analisados através do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

Os resultados mostram que as seguintes dimensões da interação familiar apresentaram relação estatisticamente significativa e negativa com a manifestação de comportamentos anti-sociais: relacionamento afetivo com os pais, envolvimento parental, estabelecimento de regras, comunicação positiva, presença de modelo parental adequado, clima conjugal positivo e sentimentos positivos em relação aos pais. As dimensões punição corporal e clima conjugal negativo se mostraram significativa e positivamente relacionadas com a presença de comportamentos anti-sociais nos filhos.

A relação entre manifestação de comportamentos anti-sociais e o consumo de drogas pelos adolescentes apresentou resultado significativo. Consumo de drogas frequente e os

¹ Graduado em Psicologia pela UFPR.

² Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Experimental pela USP; Coordenadora do Núcleo de Análise do Comportamento (www.nac.ufpr.br), Professora da graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR.

³ Graduada em Psicologia pela UFPR e mestranda em Educação pela UFPR.

Contato: lidia@ufpr.br

comportamentos de mentir para as pessoas ($x^2=12,215$ gl=4 $p<0,05$), ameaçar "sempre ou quase sempre" os colegas ($x^2=28,708$ gl=4 $p<0,001$), agressões físicas ($x^2=16,866$ gl=4 $p<0,05$), envolvimento em brigas de gangues ($x^2=21,042$ gl=4 $p<0,001$), gazejar aulas ($x^2=31,300$ gl=4 $p<0,001$), furtar e roubar ($x^2=57,291$ gl=4 $p<0,001$) e pichar e destruir patrimônios públicos ou particulares ($x^2=30,109$ gl=4 $p<0,001$).

A estrutura familiar se mostrou significativamente relacionada com os atos de vandalismo, pichação e destruição de patrimônios ($x^2=18,177$ gl=4 $p<0,05$). A análise dos dados também demonstrou que tais comportamentos juntamente com as brigas de gangues se apresentaram mais frequentes entre os meninos. O envolvimento em brigas de gangue foi relatado por 39,7% dos meninos com alta ou média frequência e 12,8% das meninas ($x^2=10,365$, gl=2, $p<0,01$). Quanto ao comportamento de destruir propriedades, 34,2% dos meninos e 14,9% das meninas relataram já tê-lo feito com média ou alta frequência no último ano ($x^2=7,032$, gl=2, $p<0,05$).

Baseando-se nos resultados, pode-se concluir que uma boa qualidade da interação familiar funciona como fator de proteção aos adolescentes e proporcionar-lhes um desenvolvimento saudável mesmo em condição socioeconômica muito desfavorável. Ao contrário, a baixa qualidade na interação familiar, compreendida como privação de afeto e envolvimento, falta de monitoria e uso de mecanismos de coerção, destacou-se como fator de risco para comportamentos anti-sociais de adolescentes.

Referências

- Alvarenga, P. (2001). Práticas educativas parentais como forma de prevenção de problemas de comportamento. In H. J. Guilhardi (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição*, v.8 (pp. 54-60). Santo André: ESETec Editores Associados.
- Formiga, N.S., & Gouveia, V.V. (2005). Valores humanos e condutas anti-sociais e delitivas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7 (2), 134-170.
- Patterson, G.R., Reid, J.B., & Dishion, T.J. (1992). *Antisocial Boys*. Eugene, OR: Castalia Press.
- Weber, L.N.D. (2005). *Eduque com Carinho: Equilíbrio entre Amor e Limites*. Curitiba, Juruá Editora.

A AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL EM BEBÊS DE RISCO E OS TIPOS DE AMAMENTAÇÃO NOS QUATRO PRIMEIROS MESES DE VIDA

Renata Ajub Tirelli¹
Olga Maria Piagentin Rolim Rodrigues²

As ações preventivas têm como objetivo oportunizar o desenvolvimento de crianças, participando de programas de intervenção precoce que iniciam com a avaliação de desenvolvimento, as áreas deficientes do desenvolvimento destes bebês podem ser identificadas, sendo assim feita a intervenção que implica na parceria entre pais e os avaliadores para que um ambiente sadio e estimulador possa, desta forma, suprir carências e recuperar as deficiências observadas, estimulando assim os comportamentos que devem ocorrer na idade cronológica esperada. Quanto a amamentação, pode - se considerar que as vantagens nutricionais, psicológicas e imunológicas do leite materno já estão comprovadas e há evidências que crianças alimentadas com o leite materno podem apresentar um melhor desenvolvimento cognitivo no futuro, desta forma, a importância do aleitamento materno deveria ser seriamente promovida (Bueno & Teruya, 2004).

O presente projeto buscou identificar comportamentos típicos em cada área, a cada mês até o quarto mês de vida de 30 meninos e 30 meninas (as condições de risco se dividiram entre prematuridade, baixo peso, filhos de mães adolescentes ou HIV positivo); se existem diferenças na estabilização, normalização e aparecimento destes comportamentos considerando o sexo das crianças e verificar se existem diferenças no desempenho, tanto dos meninos como das meninas, nas áreas de desenvolvimento avaliadas, considerando o tipo de alimentação que é oferecida nos quatro primeiros meses de vida. Para a avaliação comportamental destes bebês, foi utilizado o Inventário Portage Operacionalizado (IPO) (Williams & Aiello, 2001). Participaram do projeto 60 crianças, sendo 30 meninos e 30 meninas, sendo estes identificados em uma Maternidade pelo Programa de Defesa da Vida, da Secretária Municipal de Saúde de Bauru, através do programa Banco de Leite e agendados para atendimento no CPA (Centro de Psicologia Aplicada, UNESP Bauru). Foram utilizados o Roteiro de Anamnese, protocolos para anotações do desempenho da criança específicos para as áreas de Socialização, Autocuidado, Cognição, Linguagem e Desenvolvimento Motor adaptados do "O Inventário Portage Operacionalizado" (Williams & Aiello, 2001), contendo 154 itens (desenvolvimento geral), sendo 13 para avaliação de linguagem, 18 para autocuidado, 30 para cognição, 34 para socialização e 59 para desenvolvimento motor; brinquedos e instrumentos que compõem o referido material. Os pais dos bebês nascidos a partir de agosto de 2007, identificados na Maternidade foram convidados a participar do projeto.

¹ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências, Bauru, bolsista PIBIC/CNPq. Contato: renata_ajub@hotmail.com

² Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, Bauru.

O desenvolvimento geral é avaliado a partir das somas dos resultados para cada uma das áreas específicas, considerando o aparecimento do comportamento, quando até 25% dos bebês o apresentaram, normalização, quando de 26 a 75% dos bebês apresentaram esse comportamento e, estabilização, quando mais de 75% dos bebês o apresentaram. Os resultados mostraram que não houve diferenças estatisticamente significativas na aquisição, estabilização e normalização dos comportamentos entre meninos e meninas, ainda que se tenha observado diferenças entre eles. Quanto ao tipo de amamentação (natural ou artificial) e sua influência no desenvolvimento pode ser observado que para as habilidades de linguagem, em que a análise estatística apontou efeitos principais da técnica de amamentação com crianças que foram submetidas à amamentação natural com maiores escores médios, maiores escores também foram observados nas crianças amamentadas artificialmente na área autocuidados. Não foram observados efeitos da amamentação ou do sexo das crianças nas outras áreas. É importante ressaltar que o sexo das crianças não foi uma variável relevante na explicação das variâncias. Os resultados obtidos mostraram estatisticamente que não existem diferenças entre estabilização, normalização e aparecimento de comportamentos entre meninos e meninas. No entanto, pôde-se constatar comportamentos, que de acordo com os resultados deverão ser avaliados mês a mês, considerando o gênero do bebê, o que deve facilitar a aplicação do Inventário Portage Operacionalizado desta forma, otimizando o tempo de aplicação e a objetividade da orientação aos pais. O conhecimento prévio dos comportamentos mais frequentes, nos quatro primeiros meses, possibilitaria o aumento do número de bebês avaliados em um trabalho preventivo e assim os comportamentos com alta probabilidade de ocorrer seriam avaliados em menos tempo e as orientações aos pais poderiam ser focadas nos comportamentos mais frequentes em defasagem; possibilitando um planejamento dos comportamentos que deverão ser mais estimulados e de encaminhamento para serviços especializados, caso necessário. O bom desempenho na área de linguagem para crianças que mamaram de forma artificial pode ser explicado pelo fato de que ao mamar no peito, a criança estimula um exercício físico contínuo que propicia o desenvolvimento da musculatura e ossatura bucal, proporcionando o desenvolvimento facial harmônico, direcionando o crescimento de estruturas importantes, como seio maxilar para respiração e fonação, desenvolvimento do tônus muscular, crescimento ântero-posterior dos ramos mandibulares, anulando o retrognatismo mandibular (Medeiros & Rodrigues, 2001). Uma hipótese para o bom desempenho na área de autocuidados se deve ao fato de que os bebês que mamaram da forma artificial, foram expostos também, a diferentes tipos de alimentação em um período mais precoce do que os outros bebês, outra hipótese se bebês terem sido expostos a diferentes situações de alimentação por cuidadores variados o que resultou na necessidade de adaptação a outras situações de independência da mãe

Pode-se concluir que existe uma grande importância na orientação aos pais quanto aos efeitos da amamentação natural para o desenvolvimento da linguagem nos bebês bem como orientações voltadas para a importância do aleitamento natural (apenas), até os 6 meses de vida, ou pelo menos até os quatro meses, quando possível, assim como o estabelecimento de uma rotina para a alimentação do bebê; a estimulação comportamental frequente destes bebês em seus lares por seus cuidadores também deve ser bem promovida e orientada.

Referências

- Bueno, L. G. S. & Teruya, K. M. (2004). Aconselhamento em amamentação e sua prática. *Jornal de Pediatria*, (v.80 n.5).Porto Alegre.
- Medeiros E. B. & Rodrigues M. J.(2001). A importância da amamentação natural para o desenvolvimento do sistema estomatognático do bebê. *Rev Cons Reg Pernamb*, 4(2):79-83.
- Williams, L.A. & Aiello, A.L.R.(2001). *Inventário Portage Operacionalizado*. São Paulo: Editora Mennon.

ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: CÂNCER DE MAMA E DISTÚRBIOS DE SONO¹

Maria Rita Zoéga Soares²
Tayana Fleury Orlandini²
Leilah Sant'Ana Sabião²

O câncer de mama tem apresentado um nível de incidência bastante elevado na população feminina mundial. Embora atualmente o tratamento disponível seja considerado com alto índice de sucesso, pacientes têm grande probabilidade de desenvolver estresse e outras desordens psicológicas. Os distúrbios de sono estão intimamente ligados ao câncer de mama, seja como fator de risco que contribui com o desenvolvimento da doença ou como consequência após a descoberta desta (Reich, Lesur & Perdrizet-Chevallier, 2007). A insônia é um sintoma muito comum durante o tratamento e afeta de 40 a 60% dos pacientes. Tal condição é considerada extremamente debilitante e freqüentemente acompanhada por altos níveis de estresse (Silberfarb, Hauri, Oxman & Schnurr, 1993). Embora reconhecidos como condicionantes sobre a manifestação do câncer e sobre o tratamento dispensado ao paciente, fatores de natureza psicológica ainda requerem delimitações operacionais mais precisas. Há necessidade de estudos sistemáticos que investiguem o papel de variáveis contextuais sobre o repertório comportamental de indivíduos expostos a procedimentos invasivos ou outras experiências que incluam contingências aversivas do tratamento (Ducci & Pimenta, 2003). Nesse sentido, órgãos de fomento e seus participantes devem realizar uma análise reflexiva e crítica do que vêm sendo publicado em termos de estratégias de intervenção, incluindo a busca por solução de problemas (Freitas, 1998). Assim, este estudo teve como objetivo revisar a literatura existente, nacional e internacional, relacionada à psicologia, o câncer de mama e os distúrbios de sono. Para tanto foi realizado levantamento bibliográfico de resumos de trabalhos publicados entre os anos de 2000 e 2008, dando ênfase aos aspectos metodológicos.

Este estudo consiste em uma pesquisa documental, na qual foram analisados resumos de artigos científicos, dissertações e teses referentes ao tema Psicologia, Câncer de Mama e Sono a partir de um levantamento em seis bases de dados: IndexPsi; IndexPsi Teses; LILACS; Scielo; Banco de Teses do Portal CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT, no período de 14/05/08 a 28/05/08, utilizando as palavras chaves “psicologia+câncer mama+sono”. Numa primeira seleção foram excluídos os resumos que haviam sido publicados no período anterior a 2000, resumos repetidos, aqueles que não apontavam a atuação de Psicólogos frente ao Câncer de mama e resumos incompletos. Para viabilizar a classificação, com ênfase em aspectos metodológicos dos resumos, foi utilizada uma ficha de avaliação, baseada em Domingos (1999).

¹ Trabalho também apresentado no encontro da ABPMC em 2008.

² Universidade Estadual de Londrina (UEL). Contato: ritazoeга@hotmail.com

Foi possível verificar, a partir de pesquisa em bases de dados, que poucos estudos têm sido desenvolvidos relacionando os distúrbios de sono em pacientes com câncer de mama. Assim, foram encontrados 96 resumos, a partir das palavras chaves, e foram selecionados para análise apenas 19 (20%).

Por meio da análise dos dados foi observado que o ano com o maior número de resumos publicados foi o de 2007 (21%), seguido pelos anos de 2002, 2003, 2004 cada qual com 16%. Em 2001 foram publicados 10,5% de resumos e em 2006 a mesma porcentagem. Nos anos de 2000 e 2005 foram publicados em cada um deles, 5% dos resumos selecionados. Verificou-se que a maioria dos resumos (14 resumos – 73% dos selecionados) não especificavam a abordagem teórica utilizada, sendo que nenhum resumo especificava a Análise do Comportamento como abordagem. Os aspectos metodológicos relacionados a objetivos, instrumentos e participantes também foram analisados. Dentre os resumos selecionados, 42% apresentaram objetivos claros, 47% traziam o objetivo implícito no texto e 11 % dos resumos não apresentavam o objetivo.

No Brasil, a inserção do psicólogo no contexto médico vem ocorrendo de maneira lenta e gradual, e ainda está longe de ser ideal; contudo, já se verificam avanços nessa direção. Com relação ao atendimento específico a pacientes oncológicos, o SUS – Sistema Único de Saúde – exige a presença de um especialista em Psicologia Clínica no Serviço de Suporte como um dos critérios para cadastramento de Centros de Atendimento em Oncologia. Essa obrigatoriedade já é consequência da experiência e observação dos resultados do que o trabalho em equipes interdisciplinares pode produzir (Gorayeb, 2001). O profissional que atua na área da saúde e adota o modelo comportamental aplica teoria e técnicas advindas da ciência do comportamento e, além disso, utiliza conhecimentos das áreas biológicas, buscando auxiliar profissionais da área da saúde a solucionar problemas. O presente estudo demonstrou que o número de resumos desenvolvidos relacionados ao tema “Câncer de mama e distúrbios de sono” foi considerado bastante restrito (19 resumos). O câncer de mama por ser uma doença com alta frequência em mulheres, deveria ser mais passível de pesquisas na área de Psicologia. Considera-se que pessoas que se submetem ao tratamento oncológico deveriam ter acesso a estratégias que possibilitariam a melhora da qualidade de vida. Psicólogos que trabalham com a análise do comportamento deveriam se preocupar em desenvolver tais estratégias e ao mesmo tempo divulgá-las para a comunidade científica.

Referências

Ducci, A. J.; Pimenta, C. A. M. Programas educativos e a dor oncológica. Revista Brasileira de Cancerologia, 2003, 49(3): 185-192.

- Freitas, M. H. A.(1998). Avaliação da produção científica: considerações sobre alguns critérios. Recuperado em: 22 de junho de 2008, de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/pee/v2n3/v2n3a02.pdf> .
- Gorayeb, R. (2001). A prática da Psicologia hospitalar. *In* M. L. Marinho & V. E.
- Reich, M., Lesur, A., C.Perdrizet-Chevallier. (2007). Depression, Quality of life and Breast Cancer: a Review of the Literature. *Breast Cancer Research and Treatment*, 10.1007/s 10549-007.
- Silberfarb, P. M.; Hauri, P. J.; TE Oxman, T. E.; Schnurr, P. Assessment of sleep in patients with lung cancer and breast cancer. *Journal of Clinical Oncology*, Vol 11, 997-1004.

ANÁLISE DA RELAÇÃO TERAPÊUTICA ATRAVÉS DA ESPECIFICAÇÃO DOS EPISÓDIOS VERBAIS.

Marcos Roberto Garcia¹
João Juliani²
Celso Aparecido Athayde Neto³
Livia Gabriela Selleti Massabki³
Marina Tropia Fonseca Carioba Arndt³

Muitos são os estudos sobre a linguagem e comunicação, entretanto nenhum é satisfatoriamente claro para entender a complexidade desse fenômeno. Skinner em sua publicação de 1957 traz uma nova proposta de análise para o entendimento do que tradicionalmente era estudado nos campos da linguagem e comunicação. Skinner, nesta obra, aborda esses fenômenos (comunicação e linguagem) como comportamento operante, e faz uso das mesmas leis já descritas em suas publicações anteriores, para o seu entendimento. Propõe uma organização deste comportamento em categorias funcionais. A obra apresenta consistência teórica e abre o campo para estudos experimentais. E este campo vem crescendo nas últimas décadas. Entretanto, a análise feita por Skinner (1957) pouco foi explorada experimentalmente pelos clínicos da Análise do Comportamento. O comportamento verbal, como qualquer operante, é modelado e mantido por suas conseqüências mediadas por uma comunidade verbal previamente treinada. Partindo deste pressuposto, identificar as variáveis que estão envolvidas neste processo poderá contribuir para a compreensão das relações entre pessoas, logo para a relação terapêutica. O terapeuta, como parte desta relação, muitas vezes, pune, modela, mantém e extingue comportamentos verbais sem identificar os procedimentos utilizados. Esta pesquisa objetivou (a) verificar os operantes verbais que ocorrem na interação cliente-terapeuta, (b) identificar a unidade de comportamento, (c) delimitar o episódio verbal na relação terapêutica, (d) verificar a utilidade do entendimento do fenômeno clínico através do paradigma do comportamento verbal.

Participou da pesquisa como sujeito uma cliente do Serviço de Psicologia da UniFil, com queixa relacionada a dificuldades no relacionamento interpessoal. A coleta de dados foi realizada através da filmagem da quarta e a quinta sessão. As falas do terapeuta e da cliente foram transcritas de acordo com a seqüência temporal e alocadas em episódios verbais.

O falante/cliente permaneceu aproximadamente 70% do tempo verbalizando durante as sessões. Estas verbalizações foram classificadas como tatos (95,6%) e mandos (4,4%). A maioria

¹ Mestre docente do curso de Psicologia da UniFil – Centro Universitário Filadélfia.

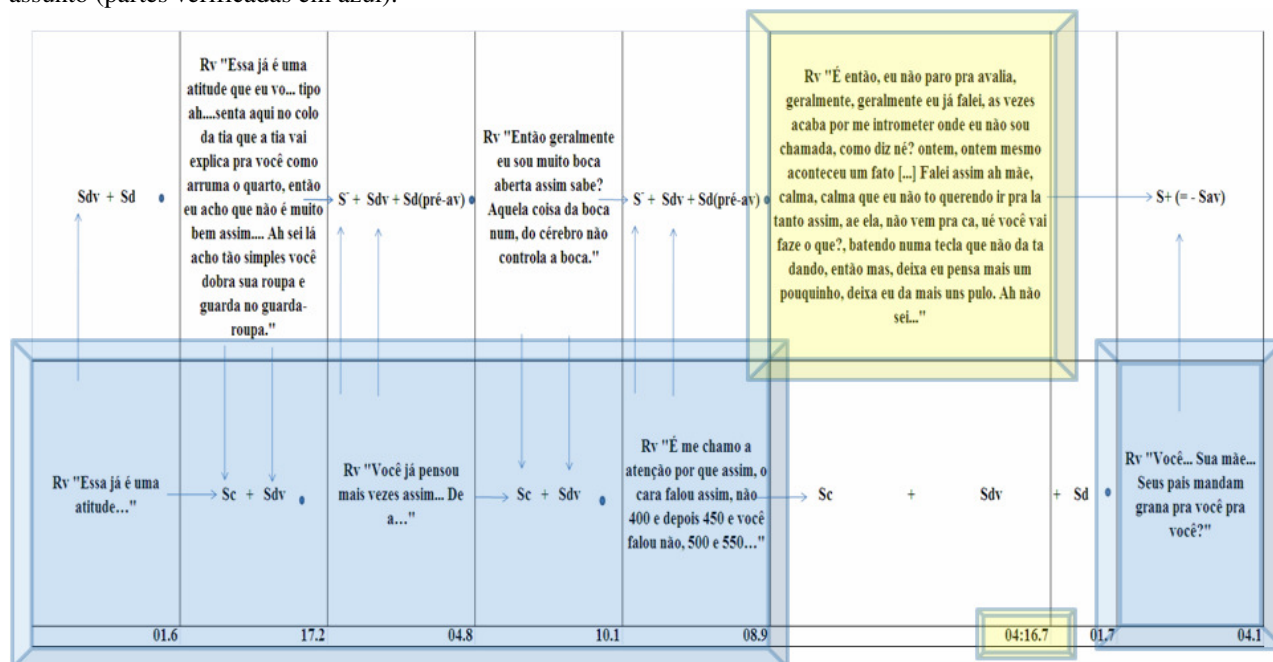
Contato: laboratorio.psicoexperimental@unifil.br

² Doutor docente do curso de Psicologia da UniFil – Centro Universitário Filadélfia

³ Discente do curso de Psicologia da UniFil – Centro Universitário Filadélfia

dos tatos eram controlados por estímulos específicos da vida cotidiana do falante/cliente, porém alguns eram controlados especificamente por conseqüências especiais caracterizando estes como tatos impuros. Tais operantes apareciam como descrições de situações da vida do falante/cliente, porém eram fortalecidos com respostas específicas do ouvinte/terapeuta. Como pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 - Exemplo de episódio de tato impuro o qual a parte em laranja mostra a resposta da cliente sendo controlado por situações específicas da sua vida cotidiana, porém reforçado por uma condição específica, no caso o terapeuta mudar de assunto (partes verificadas em azul).



Um outro dado importante a ser discutido consiste na baixa freqüência de mandos em relação à alta freqüência de tatos impuros, o que pode estar relacionado com as conseqüências emitidas pelo terapeuta frente as respostas de mando do falante/cliente. Os episódios verbais classificados como mando frequentemente eram perguntas que o falante/cliente emitia para o ouvinte/terapeuta, para que este esclarecesse suas respostas verbais emitidas imediatamente antes. Este operante, na relação, apareceu fazendo com que o ouvinte/terapeuta repetisse a pergunta anterior de maneira menos ampla e restringindo, assim, o campo de discussão sobre o assunto e permitindo ao falante maior tempo para editar a resposta.

O tratamento das verbalizações através da especificação dos episódios possibilitou descobrir os controles das respostas verbais e colocou o terapeuta em contato com variáveis importantes da relação terapêutica. Essas descobertas potencializaram mudanças no comportamento do ouvinte/terapeuta levando a modificação do comportamento do falante/cliente. O comportamento do ouvinte/terapeuta de relacionar eventos parecia que tinha função de estabelecer ocasião para a emissão de tatos impuros. Conclui-se que os recursos conceituais e teóricos de Skinner (1957) são

úteis no entendimento do fenômeno psicoterápico, podendo servir de tecnologia para terapeutas clínicos e também supervisores clínicos ao orientar futuros terapeutas.

Referências

SKINNER, B. F. (1957) *Verbal Behavior*. Engewood clifts, NJ: Prentice Hall.

RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE COMO ENFRENTAMENTO PARA A MORTE EM PACIENTES ONCOLÓGICOS.

Silvia Aparecida Fornazari¹
Renatha El Rafihi Ferreira²
Natália Mendes Ferrer da Rosa³

A religiosidade e a espiritualidade têm sido apontadas como variáveis relevantes no enfrentamento de contextos saúde-doença (Fleck, Borges, Bolognesi & Rocha, 2003). O câncer atinge altos índices de incidência, referindo-se a segunda causa de mortalidade no Brasil (Martins, 2001) O diagnóstico da neoplasia causa um forte impacto na vida de seus portadores (Carvalho, 2002). Para lidar com essa condição, as pessoas com câncer utilizam diferentes estratégias de enfrentamento, destacando-se no presente trabalho a espiritualidade e a religiosidade, que predominam em grande parte da população acometida de enfermidades (Ferreira & Fornazari, 2007).

O estudo analisou a funcionalidade do enfrentamento religioso na atribuição de significados para a morte em pacientes com câncer, e como tais contingências se inter-relacionaram.

Foram participantes da pesquisa, dez pacientes oncológicos, de uma instituição especializada, com idades de 25 a 55 anos, de nível socioeconômico diversificado. A coleta de dados deu-se através de entrevistas com roteiro preestabelecido, gravadas e transcritas. A análise dos dados foi realizada a partir do conteúdo do relato verbal dos participantes, em relação à funcionalidade dos comportamentos relacionados à religiosidade/espiritualidade no que se refere à morte. Compreende: 1. Caracterização da amostra (idade dos participantes, sexo, escolaridade, tipo de câncer, tempo de diagnóstico, tratamento e religião) 2. Análise do relato verbal a partir de cinco categorias específicas (Suporte emocional, Cura - transformação de vida -, Busca de significado, Contribuições no tratamento e Controle) e, 3. Características de religiosidade (ligação com um ser superior por intermédio de uma instituição religiosa) e espiritualidade (ligação direta com um ser superior). Os dados foram analisados de acordo com estudos anteriores e a partir dos referenciais teóricos da análise do comportamento.

As participantes são mulheres, em sua maioria (60%) com escolaridade superior completo, com variados tipos de diagnósticos oncológicos, etapas de tratamento e tempo relacionado à notícia da doença. Todas possuem uma ligação com um “ser supremo”, relatados em suas falas. As religiões aparecem de forma diversificada, predominando o cristianismo (60%) (presente nas

¹ Doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista –Araraquara/SP (2005) - Professor Adjunto da Universidade Estadual de Londrina/PR (Universidade Estadual de Londrina – UEL)

² (2) Mestranda em Análise do Comportamento (Universidade Estadual de Londrina – UEL)

³ (3) Graduanda do 5ª ano do curso de Psicologia - Pós-Graduanda em Análise do Comportamento Aplicada (Universidade Filadélfia de Londrina – UNIFIL).

Contato: silfornazari@yahoo.com.br

religiões católica -40% - e evangélica - 20%), seguidos por: não possuir uma religião, mas acreditar em Deus (30%) e budistas (10%). Todas as participantes relataram ter a crença antes de receber o diagnóstico do câncer, porém se aprofundaram e se apegaram a esta de forma mais assídua após o diagnóstico. Dado relevante que pode indicar que as pessoas se engajam mais em atividades religiosas/espirituais quando existe uma problemática em suas vidas.

As pacientes com maior número de falas religiosas apresentavam tempos de diagnóstico bastante diferentes entre si. O que pode indicar através dessa amostra, que o enfrentamento religioso na atribuição de significados para a morte aparece com forte presença em variados períodos da doença.

De acordo com o relato verbal das participantes, as categorias foram classificadas e analisadas: Busca de Significados (80%); Suporte Emocional (70%); Cura (Transformação de vida) (60%); Contribuições no tratamento (60%) e Controle (30%). A categoria Busca de Significado apresentou-se relevante neste estudo, pois demonstrou preocupação das participantes em buscar uma explicação para os eventos que as cercam e até mesmo para seu futuro a longo prazo, incluindo a possibilidade de morte; e ainda, o quanto esta estratégia pode ajudá-las a enfrentar a situação atual que lhes apresenta. A categoria Controle aparece em 30% das participantes. Aquilo sobre o que não se tem controle é fonte de ansiedade e preocupação. O controle pode ser entendido como uma atribuição de significado à religiosidade/espiritualidade, contribuindo para o enfrentamento da doença.

Para Skinner (1998) a religião apresenta-se como uma Agência de Controle que deriva de uma “conexão” com o sobrenatural, de forma a criar ou alterar certas contingências. De acordo com a história de reforço e punição de um indivíduo, a religiosidade/espiritualidade estará mais ou menos presente no modo como a pessoa irá vivenciar a doença. Aproximar-se desta agência religiosa, que por meio de um ser superior que tem o controle das contingências presentes, reforça, pune e “traz certezas” de um amanhã mais feliz, é de certa forma, “garantir” a felicidade a longo prazo.

A doença leva o ser humano a deparar-se com seus valores e com questões como a existência e a proximidade da morte. Nessa perspectiva a religião e a espiritualidade empreendem o esforço de significar essa nova demanda apresentada para o paciente, buscando compreender a própria doença, o sofrimento, a morte e a existência. (Hennezel & Leloup, 2000). Cabe ressaltar que o paciente oncológico deve ser compreendido em sua totalidade, e seus aspectos religiosos/espirituais devem ser considerados, para que este paciente seja respeitado em sua singularidade, bem como em suas crenças e valores. Visto que esse enfrentamento religioso pode apresentar-se como elemento a contribuir na adesão ao tratamento, no enfrentamento da problemática, na redução do estresse e ansiedade bem como em uma busca de significado para sua

atual situação. Respeitar a crença do indivíduo, e considerá-la, contribui também para uma melhor relação equipe profissional/paciente.

O sujeito tem o direito de ter qualidade de vida até seu último momento de existência. Através disso podemos refletir que, até mesmo no momento da morte, os profissionais devem atentar-se a maneiras de reduzir a ansiedade e o sofrimento desta etapa de vida, e a espiritualidade/religiosidade podem contribuir como uma importante aliada nesta fase.

Referências

- Carvalho, M. M. (2002). Psico-oncologia: história, características e desafios. *Psicologia. USP*, 13(1), 151-166.
- Martins, P.S. (2001). Barreiras psicológicas à prevenção do câncer: uma discussão analítico comportamental. Em Guilhardi, H.J. (Org), *Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade* (pp. 305-315). Santo André, SP: ESETec Editores Associados.
- Ferreira, R.E.R. & Fornazari, S. A. (2007) *A influência da fé na qualidade de vida em pacientes oncológicos*. Relatório final de Iniciação Científica não publicado, Assis:UNIP.
- Fleck, M. P. A., Borges, Z.N., Bolognesi, G.; Rocha, N. S. (2003), Desenvolvimento do WHOQOL, módulo espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais. *Revista Saúde Pública*, 37 (4), 446-455.
- Hennezel, M.& Leloup, J.Y. (2000), *A arte de morrer*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Skinner, B. F. (1998). *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes.

A ANÁLISE DOS SONHOS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE AUTOCONHECIMENTO

Barbara Sérvulo Herthel¹
Juliana Tramontini Marcatto¹

A busca pelo significado dos sonhos é uma questão latente que acompanha a história da humanidade. As várias formas de reflexão envolvidas na compreensão dos mesmos se referiam inicialmente a explicações místicas. Atualmente, as explicações são remetidas a causas inconscientes; neurofisiológicas ou ainda, a que cabe a este estudo: estudar os sonhos segundo as premissas do behaviorismo radical e sua utilização como instrumento de intervenção psicoterápica, partindo-se do pressuposto de que o analista do comportamento tem como objeto de estudo o comportamento. O comportamento é uma função biológica que está presente em todos os seres vivos e é analisado como o produto selecionado de uma evolução, através do qual o organismo interage com o ambiente. As explicações acerca do comportamento devem atribuir-lhe causas naturais passíveis de observação e descrição na linguagem das ciências físicas (Sant'Anna, 2001). Diferentemente do behaviorismo metodológico, Skinner não exclui eventos internos como pensamentos, sentimentos, sonhos, etc. de seu objeto de análise. O estudo desses eventos privados é fundamental para que o comportamento seja compreendido segundo esta perspectiva. (Matos, 2001). Nesse sentido, é possível que os sonhos sejam entendidos como fazendo parte da subjetividade humana, sem que a partir disso, haja alguma referência a conceitos mentalistas. O presente trabalho torna-se relevante na medida em que a comunidade acadêmica não oferece subsídios necessários para que o estudante de Psicologia se torne capacitado a analisar os sonhos a partir de um enfoque analítico comportamental. Este fato, em conjunto com a carência de literatura referente ao tema e de centros de treinamento para terapeutas comportamentais, acarretam dificuldades conceituais e, conseqüentemente, práticas. Frente a essa problemática, o terapeuta, muitas vezes, vê-se inclinado a buscar alternativas em outras abordagens. Entretanto, a partir de análise e reflexão bibliográficas contidas no presente estudo, foi possível valer-se do behaviorismo radical para compreender a subjetividade do indivíduo dentro de um contexto terapêutico.

Método

Materiais: foram utilizados livros e artigos científicos selecionados e extraídos das seguintes fontes: <www.scielo.com.br>; <http://scholar.google.com.br> e Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina. **Procedimento:** pesquisa bibliográfica e análise dos dados encontrados a partir das palavras-chave: sonhos; behaviorismo radical e autoconhecimento.

¹ Estudantes do 5º ano do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina.

Contato: bibaherthel@gmail.com

Resultados e Discussão

Ao valer-se da proposta teórica de Skinner, os sonhos devem ser vistos como comportamentos, mais especificamente como comportamentos encobertos, os quais estão sujeitos às mesmas leis que comportamentos manifestos e são modelados a partir dos três níveis de seleção por conseqüências: filogenética, ontogenética e cultural (Silva, 2000). Os comportamentos encobertos são construídos através da comunidade verbal que nos ensina a descrever e denominar nossos sentimentos e agir discriminativamente em relação ao ambiente externo e interno, ou seja, tais comportamentos são adquiridos de maneira pública, e passam a se manifestar privadamente após sua aquisição. Assim, compreende-se que os comportamentos encobertos são construídos a partir de contingências de reforçamento que fazem parte de nossa história ontogenética de interação. Dessa maneira, o organismo aprende a sonhar: (...) *“o organismo, durante o sono, também se comporta. Os sonhos podem ser conceituados como comportamentos perceptivos que ocorrem durante o sono. O relato verbal do sonho é um comportamento verbal, sob controle de estímulos verbais e ambientais, presentes no momento do relato”* (Guilhardi, 1998, p.3). Enquanto classificados como comportamentos encobertos, os sonhos fazem parte de uma classe comportamental perceptual específica, a do “ver”. O comportamento de sonhar deve ser analisado a partir da história de reforçamento de cada indivíduo, a qual ensinou o mesmo a se comportar discriminativamente em relação a estímulos presentes no “ver”. A partir do conhecimento das contingências atuais e históricas do comportamento do cliente, o terapeuta comportamental poderá utilizar-se dos sonhos como um recurso terapêutico, o que contribui para o desenvolvimento do autoconhecimento do cliente ao ajudá-lo a fazer uma descrição de seus sonhos, ou seja, descrever as contingências das quais seu comportamento é função. A partir do conhecimento da história de reforçamento presente na vida do cliente, o terapeuta irá levantar hipóteses acerca da classe comportamental a que o sonho pertence. Dessa forma, ele poderá pensar em variáveis que se relacionam com determinada classe e oferecer sua análise ao cliente. Entretanto, vale ressaltar que a hipótese apenas poderá ser aceita com o consentimento do cliente de que a mesma é válida (Guilhardi, 1998). Segundo Bachtold (1999) quando o cliente consegue analisar as contingências que controlam seu comportamento, como por exemplo, o comportamento de sonhar, pode-se dizer que ele possui um bom nível de autoconhecimento. É papel do terapeuta comportamental, portanto, criar subsídios para que o cliente possa ter a habilidade de discriminar seus próprios comportamentos e variáveis que o controlam, a fim de que esta habilidade o leve a modificar seu próprio comportamento e ampliar seu repertório. Assim, é possível concluir que a utilização da análise dos sonhos como recurso adicional, aliado a outros fatores, compõem o processo global da terapia e contribuem para o progresso do tratamento.

Referências

BACTHOLD, L. (1999) Os sonhos na terapia comportamental. *InterAÇÃO*. Curitiba. (p.21-34).

GUILHARDI, H. J. (1998). Um modelo comportamental de análise dos sonhos. Em Rangé, B. (org). *Psicoterapia Comportamental e Cognitiva dos Transtornos Psiquiátricos*. Campinas: Psy.

SILVA, M.F. (2000). Uma análise behaviorista radical dos sonhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. (p. 435-449).

CARACTERIZAÇÃO DE FUMANTES COM ABSTINÊNCIA PONTUAL APÓS INTERVENÇÃO PARA PARAR DE FUMAR

Juliana Tramontini Marcatto¹
Maria Luiza Marinho-Casanova²

O uso do tabaco é considerado atualmente a segunda maior causa de morte no mundo e a primeira causa de morte evitável. Por esta razão, a área da Psicologia da Saúde vem contribuindo com estudos para elaborar e avaliar programas para cessar o comportamento de fumar cigarros. Um Programa comportamental de baixo custo, sem uso de medicação que vem demonstrando bons resultados é o elaborado na Espanha por Becoña (1998). O Programa tem duração de seis sessões e as principais estratégias adotadas para o controle do comportamento de fumar decorrem da Análise do Comportamento.

O sucesso dos tratamentos tem sido avaliado a partir das porcentagens de abstinências, ou seja, a quantidade de pessoas que conseguem deixar de fumar após a intervenção. Nesse sentido, diferentes tipos de abstinência podem ser avaliados, como por exemplo, a abstinência pontual: critério de 7 dias ou 24 horas sem fumar desde o final do tratamento. Além de avaliar a eficácia dos tratamentos a partir das porcentagens da abstinência, entender os fatores preditivos da abstinência tem sido foco de algumas pesquisas, uma vez que as discussões geradas em torno dos mesmos podem contribuir para a eficácia de programas de intervenção que visam o parar de fumar. A literatura tem indicado como preditores do sucesso da cessação do comportamento de fumar os seguintes fatores: nível de escolaridade mais elevado, baixa dependência à nicotina e poucos fumantes no ambiente social (Nides et al., 1995). Assim, a presente pesquisa visou caracterizar participantes abstinentes pontuais após submissão a um Programa Comportamental para parar de Fumar e analisar a presença ou ausência dos fatores preditores indicados na literatura.

Participaram 15 fumantes, maiores de 18 anos, que concluíram um Programa comportamental de intervenção para cessar o comportamento de fumar cigarros. O Programa foi conduzido no Laboratório de Estudos Comportamentais com Humanos da Universidade Estadual de Londrina. Os dados foram coletados através de: a) entrevista semiestruturada; b) Teste de Fagerström e c) Medição do monóxido de carbono no ar expirado. Após a conclusão das 6 sessões da intervenção, identificou-se os participantes abstinentes, os não abstinentes e as características de ambos sub-grupos.

Dos 15 participantes, nove apresentaram abstinência pontual ao final da intervenção. Observou-se que seis dos participantes abstinentes eram do gênero feminino, oito tinham idade entre 25 e 44 anos; escolaridade média ou superior; nenhum era solteiro; seis apresentavam

¹ Universidade Estadual de Londrina. Estagiária de Iniciação Científica.

Contato: juliana_marcatto@hotmail.com

² Universidade Estadual de Londrina. Programa de Mestrado em Análise do Comportamento.

problemas de saúde por fumar. Nenhum deles tinha contato com fumantes em casa e 6 não tinham contato com fumantes no trabalho. O nível de dependência à nicotina era variado, sendo que 4 apresentavam dependência baixa.

Uma diferença identificada entre os participantes abstinentes e os não abstinentes do presente estudo foi a idade: todos os participantes não abstinentes tinham mais de 45 anos. Outras variáveis não demonstraram diferenciar participantes abstinentes de não abstinentes: sexo, escolaridade, estado civil, tempo como fumante, quantidade de cigarros consumidos diariamente, teor de nicotina do cigarro, existência de problemas de saúde por fumar, contato com fumantes em casa ou no trabalho e nível inicial de dependência à nicotina.

A literatura indica algumas características de fumantes que procuram tratamento para cessar o comportamento de fumar como preditores confiáveis de bons resultados com a intervenção. Os resultados obtidos com o presente grupo de intervenção não corroboram os dados apresentados na literatura. Segundo ela um dos preditores do comportamento de abstinência observado em indivíduos que obtiveram êxito em parar de fumar é o nível de educação mais elevado. Na presente pesquisa, embora oito dos nove participantes abstinentes possuíssem nível de escolaridade médio ou superior, observou-se que metade dos participantes não abstinentes também possuíam escolaridade média ou superior.

Com relação ao nível de dependência à nicotina, Nides et al. (1995) apontam também que altos níveis de dependência à nicotina se relacionam a maior dificuldade encontrada por fumantes em obter sucesso no abandono da substância. No presente estudo, observou-se que apenas quatro dos nove participantes abstinentes apresentavam dependência baixa em relação à nicotina no início do tratamento.

O suporte social também é apontado como sendo um importante preditor da abstinência do comportamento de fumar. A rede de apoio social envolve o estado civil do participante; contato com fumantes em casa e no trabalho, dentre outros. Dos participantes abstinentes neste estudo, nenhum era solteiro, nenhum tinha contato com fumantes em casa e apenas três tinham contato com fumantes no trabalho. Entretanto, mais da metade dos participantes não abstinentes também não tinham contato com fumantes em casa ou no trabalho.

Os resultados sugerem a importância da realização de pesquisas com número maior de participantes e análise estatística para se identificar correlação entre variáveis e verificar se os preditores apontados na literatura internacional são verdadeiros para a população brasileira.

Referências:

- Becoña, E. (1998). Tratamiento del tabaquismo. In V. E. Caballo (org), *Manual para el tratamiento cognitivo-conductual de los trastornos psicológicos* (Vol. 2) (pp. 123-160). México: Siglo Veintiuno.
- Nides, M. A., Rakos, R. F., Gonzales, D., Murray, R. P., Tashkin, D. P., Bjornson-Benson, W. M., Lindgren, P. & Connet, J. E.(1995). Predictors of Initial Smoking Cessation and Relapse Through the First 2 Years of the Lung Health Study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63(1), 60–69.

INVESTIGAÇÃO DOS HÁBITOS RELACIONADOS AO USO DA TELEVISÃO, INTERNET E JOGOS ELETRÔNICOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Lidia Natalia Dobrianskyj Weber¹

Cíntia Gemmo Vilani²

Cristina Lopes Pereira³

Gesicléia Fernanda de Lima³

Com o avanço das grandes tecnologias no Brasil, desde a década de 90, aumentou-se consideravelmente a presença de televisores, videogames e computadores nos lares brasileiros, independentemente da classe social. Um incentivo adicional ao uso destas tecnologias surge como consequência da preocupação com a violência, o que tem estimulado o comportamento dos pais de preferirem que seus filhos permaneçam em casa realizando qualquer tipo de atividade. Neste contexto, os comportamentos de assistir televisão, jogar videogame e acessar a internet tornaram-se hábitos incorporados na vida cotidiana de muitas crianças e adolescentes.

No entanto, para Weber (2001) o fato de a criança estar em casa, protegida da violência urbana, tem reforçado a atitude dos pais de deixarem as crianças totalmente livres, dentro de casa, para assistir e fazer o que e quanto quiserem. Esta falta de supervisão é preocupante, uma vez que muitos estudos indicam que a exposição às mídias eletrônicas possa, em certo grau, influenciar e modelar o comportamento da criança e do adolescente.

Uma pesquisa realizada por Silva (1999) indica que as crianças incorporam em suas brincadeiras elementos que assistiram na televisão, como o comportamento dos personagens, as roupas e as atitudes deles. Outro estudo aponta que a exposição à violência na mídia tem contribuído para o aumento do comportamento agressivo e de desensibilização da violência (Willis & Strasburger, 1998). Além disso, a exposição à televisão e internet tem influenciado o início precoce da vida sexual de adolescentes (Escobar-Chaves & cols, 2005).

Diante da relevância deste tema, a presente pesquisa teve como objetivos investigar o uso da televisão, internet e jogos eletrônicos por crianças e adolescentes e verificar se os hábitos comportamentais associados ao uso destas tecnologias diferem em relação ao gênero, idade e classe social.

Participaram da pesquisa 704 estudantes de escolas públicas e particulares, de ambos os sexos, com idade entre 10 e 18 anos. Todos os participantes responderam ao questionário elaborado para este estudo, composto por 72 questões abertas ou fechadas, sendo 12 sobre a vida pessoal do estudante, 28 sobre o uso da internet, 13 sobre o uso de jogos eletrônicos, 17 sobre o uso da televisão e duas relacionadas à comentários sobre o instrumento e a pesquisa. Os dados coletados

¹ Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná.

² Psicóloga graduada na Universidade Federal do Paraná.

³ Estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Paraná.

Contato: lidia@ufpr.br

foram analisados por meio do programa de estatística SPSS (Statistical Package for Social Studies) versão 11.0, utilizando o teste Qui-Quadrado.

Os dados indicam que, apesar de 81,0% dos participantes relatarem possuir acesso à internet, apenas 57,2% dos estudantes têm acesso em sua própria casa. A média de tempo de uso da internet é de 1 a 3 horas por dia, sendo que, comparados às crianças, os adolescentes acessam mais nos finais de semana ($\chi^2=18,068$; $gl=2$; $p<0,001$). As atividades mais freqüentes relacionadas à internet, entre os participantes desta amostra, são pesquisar para estudos, consultar o e-mail, visitar sites de jogos e programas de TV, baixar mp3 ou vídeos e acessar jogos em rede.

Quanto à classe social, verificou-se que os estudantes com maior poder aquisitivo acessam a internet em suas próprias casas ($\chi^2=70,104$; $gl=2$; $p<0,0001$), enquanto os demais estudantes acessam em casa de amigos, familiares, *lan houses*, colégios e outros locais de acesso à rede. Em relação ao gênero, o acesso à internet em *lan houses* é maior entre os meninos ($\chi^2=16,556$; $gl=1$; $p<0,001$), enquanto o acesso em colégios é realizado com maior freqüência entre as meninas ($\chi^2=9,517$; $gl=1$; $p<0,05$). Os dados revelaram uma relação significativa quanto ao uso da internet para estudo e pesquisa ($\chi^2=8,767$; $gl=1$; $p<0,05$), mostrando que as meninas usam mais a internet para este fim do que os meninos. Apesar de não existir diferença significativa entre a freqüência de acesso e o gênero, constatou-se uma tendência de uso mais freqüente entre os meninos.

Em relação aos jogos eletrônicos, 83,4% dos participantes relataram fazer uso de videogame ou jogos on-line, sendo que a freqüência de uso médio diário é entre 1 a 3 horas. Os jogos favoritos mais citados foram GTA, Mario Bross, Need for Speed, Mortal Kombat, Winning Eleven, Fifa, Driver, Gran Turismo, Tony Hawk, The Sims, Counter Strike. Este é um dado preocupante, pois em primeiro lugar de preferência encontra-se o jogo GTA, considerado o jogo mais violento da história, a ponto de ter sua comercialização proibida no Brasil e em diversos países.

Em relação à idade ou classe social, não foi encontrada diferença significativa na freqüência de uso. Em relação ao gênero, verificou-se que o comportamento de deixar de fazer outras atividades, como as desportivas ou escolares, para jogar videogame, é mais freqüente entre os meninos ($\chi^2=13,694$; $gl=1$; $p<0,001$).

Quanto ao uso da televisão, 98,3% dos estudantes relataram possuir pelo menos um televisor em casa, sendo que a freqüência de uso médio diário durante a semana é maior que 4 horas. Em relação à freqüência de uso, não foi verificada relação com a idade, o gênero e a classe social. Entre os programas preferidos mais citados estão a novela *Malhação*, os desenhos animados, o canal MTV, filmes e futebol.

Além da alta freqüência de uso, verificou-se que a maioria dos estudantes não desliga o televisor nem para realizar deveres escolares. De acordo com os dados, 32,2% afirmaram estudar sempre com a televisão ligada, 44,5% afirmaram estudar “às vezes” com a televisão ligada e apenas

21,3% não estudam com a televisão ligada. Quanto à prática de assistir televisão junto com a família, verificou-se que esta é mais comum entre as crianças ($\chi^2=21,734;gl=2; p<0,001$) e os estudantes de colégios particulares ($\chi^2=26,836;gl=4; p<0,001$). Foi encontrada também uma relação significativa entre o uso da televisão e a prática de esportes ($\chi^2=16,439;gl=2;p<0,001$). Os dados obtidos apontam que os estudantes que assistem mais televisão praticam menos atividades esportivas.

Por meio deste estudo, foi possível constatar a ampla disseminação das tecnologias pesquisadas entre crianças e adolescentes. Apesar de existirem algumas diferenças em relação ao local de acesso ou quantidade de uso, verificou-se entre os estudantes uma alta frequência de uso da internet, dos jogos eletrônicos e, especialmente, da televisão, que se encontra relacionada com a diminuição de atividades recreativas, como a desportiva.

Além disso, confirma-se a existência de pouco acompanhamento por parte dos pais quanto às mídias eletrônicas que os filhos acessam. Esta tese pode ser exemplificada pelo fato de os participantes estudarem com a televisão ligada ou a preferência elevada dos estudantes pelo jogo eletrônico GTA, cujo conteúdo violento é inadequado para crianças e adolescentes. Desta forma, conclui-se que são necessárias medidas protetivas, como por exemplo, orientação aos estudantes em relação aos efeitos prejudiciais das tecnologias audiovisuais, assim como também, um maior incentivo, por parte de pais e educadores, a comportamentos que sejam concorrentes ao uso da TV ou internet, como a prática de atividades esportivas ou recreativas.

Referências:

- Escobar-Chaves, S.L., Tortolero, S.R., Markham, C.M., Low, B.J., Eitel P., Thickstun P. (2005). Impact of the media on adolescent sexual attitudes and behaviors. *Pediatrics*, 116(1), 303-326.
- Silva, R.C. (1999). *A televisão sob o olhar da criança que brinca: a presença da televisão nas brincadeiras de uma creche comunitária*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Weber, L.N.D. (2001). A criança, a TV e os videogames. *Revista Elevação*, 90(6).
- Willis, E., Strasburger, V.C. (1998). Media Violence. *Pediatric Clinics of North America*, 45(2), 319-331.

CARACTERÍSTICAS DOS COMPONENTES DA CLASSE GERAL COMPORTAMENTO CRIATIVO IDENTIFICADAS A PARTIR DA LITERATURA DA ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO

Eduardo José de Souza¹
Olga Mitsue Kubo²

No senso comum criatividade é considerada um talento ou dom que determinadas pessoas possuem. Na literatura psicológica em geral criatividade é freqüentemente considerada como um traço de personalidade decorrente de habilidades cognitivas. Diversas descobertas a respeito do fenômeno criatividade foram realizadas por distintas perspectivas de estudo, cada uma delas enfatizando diferentes aspectos deste complexo fenômeno e utilizando uma linguagem específica para se referir a esses aspectos. Na perspectiva da Análise do Comportamento, criatividade é comportamento ou ao menos se refere a características do comportamento e como tal se refere às relações entre aspectos do que um organismo faz e aspectos de seu meio. O objetivo do trabalho foi de identificar as características de cada componente da classe geral denominada comportamento criativo a partir da literatura da Análise do Comportamento.

Foram selecionadas 20 fontes de informação por se referirem ao comportamento criativo em geral ou comportamento criativo relacionado ao comportamento de resolver problemas ou comportamento verbal. O procedimento utilizado consistiu em: (1) leitura das fontes de informação, (2) extração de trechos que se referiam à definição de comportamento criativo, criatividade, comportamento novo, ou características como originalidade, ineditismo e infreqüência, (3) organização dos trechos destacados de acordo com cada componente do comportamento: características da classe de estímulos antecedentes, características da classe de respostas e características da classe de estímulos conseqüentes e (4) agrupamento dos trechos em uma mesma categoria de acordo com a similaridade do processo comportamental ao qual o trecho se referia.

Na Tabela 1 estão presentes todas as categorias, criadas a partir dos trechos extraídos das obras examinadas. A partir dessa organização é possível explicitar as características da classe geral denominada comportamento criativo. Como característica da classe de estímulos antecedentes, é possível afirmar que esta se constitui por estímulos “novos”, cuja relação de controle é sutil, sendo estabelecida por um estímulo particular ou por uma combinação de estímulos. A classe de respostas do comportamento criativo é caracterizada por respostas infreqüentes, não emitidas por outros até então. As respostas encontradas são denominadas por meio de verbos como “variar”, “manipular”, “associar” e “combinar”. A classe de estímulos conseqüentes é caracterizada pela necessidade de que a resposta seja útil, segundo algum critério, para o indivíduo ou a sociedade.

¹ Graduando do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. cmte.edu@gmail.com

² Professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. ok@cfh.ufsc.br

Tabela 1. Características gerais dos três componentes que compõem a classe geral denominada comportamento criativo organizadas em categorias elaboradas a partir dos trechos das obras examinadas.

CLASSE DE ESTÍMULOS ANTECEDENTES	CLASSE DE RESPOSTAS	CLASSE DE ESTÍMULOS CONSEQUENTES
- Situação nova para o organismo	- Emitir respostas únicas, novas ou incomuns	- Utilidade do produto da resposta
- Estímulo novo ou incerto para o organismo	- Emitir respostas não empreendidas por outros até então	- Utilidade do produto da resposta para o indivíduo e a sociedade
- Controle por estímulo particular	- Combinar elementos de maneira nova	- Utilidade do produto da resposta ou que atenda critérios específicos
- Controle por combinação de estímulos	- Manipular variáveis que não seguem uma forma rígida	
- Controle sutil de múltiplas variáveis	- Criar elos de ligação pouco comuns entre aspectos do ambiente	
	- Associar elementos não freqüentemente associados	
	- Combinar respostas conhecidas	
	- Variar resposta	

Selecionar trechos de obras da Análise do Comportamento sobre comportamento criativo e organizá-los segundo a definição de comportamento (Botomé, 2001; Skinner, 1984), possibilitou sistematizar aspectos relevantes que caracterizam esse comportamento, explicitar propriedades que aparecem na literatura como definidor do comportamento criativo, assim como avaliar a adequação de termos usualmente utilizados para se referir ao comportamento criativo.

Termos como “novo” e “sutil” são utilizados para se referir ao comportamento criativo, no entanto tais termos são vagos e não especificam diretamente propriedades que constituem, caracterizam ou definem o comportamento, sendo inadequados para se referir ao comportamento criativo. A categoria “Emitir respostas não empreendidas por outros até então”, apresentada na Tabela 1, estabelece um referencial para avaliar a alta ou baixa freqüência de uma resposta que não é o desempenho do próprio organismo, ou seja, tal característica não é uma propriedade do comportamento, mas sim uma propriedade fornecida pelos referentes aos quais ele está sendo comparado. A categoria “Variar resposta” e as categorias formadas com verbos como “combinar” e “associar”, também presentes na Tabela 1 indicam a relevância do estudo da variabilidade comportamental para a compreensão do comportamento criativo. A utilidade da resposta foi o aspecto mais consistente no exame das obras selecionadas, a utilidade da resposta ou de seus

produtos é muito provavelmente uma característica definidora da classe de estímulos conseqüentes do comportamento criativo.

A partir da caracterização da classe geral comportamento criativo é possível planejar com mais precisão o ensino dessa classe, corroborando o que Hunziker (2006) afirma sobre a criatividade ser um comportamento que como qualquer outro pode ser aprendido.

Referências

- Botomé, S. P. (2001). Sobre a noção de comportamento. Em H. P. M. Feltes & U. Zilles (orgs.) *Filosofia: diálogos de horizontes*. pp. 687-708. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Hunziker, M. H. L. (2006). Comportamento criativo & Análise do Comportamento I: variabilidade comportamental. Em H. J. Guilhardi & N. C. Aguirre (orgs.) *Sobre Comportamento e Cognição: Expondo a Variabilidade*, pp. 156-165. Santo André: ESETec Editores Associados.
- Neuringer, A. (2002b). Operant variability: Evidence, functions, and theory. *Psychonomic Bulletin & Review*. 9 (4), 672-705.
- Skinner, B. F. (1984). *Contingências do reforço: Uma análise teórica*. Tradução de Rachel Moreno. São Paulo: Abril Cultural. (trabalho original publicado em 1969).

FEEDBACK E ASSERTIVIDADE NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

Franciane Péterle de Assis¹
Rebecca Domitilla Brinhosa¹

Quais são as características dos fenômenos psicológicos “*feedback*” e “assertividade” nas relações amorosas e sua repercussão na vida de um casal? Como uma comunicação assertiva pode transformar a relação conjugal? Estas são as principais questões que nortearam o desenvolvimento deste trabalho, cujo objetivo final é caracterizar os fenômenos *feedback* e assertividade no contexto das relações conjugais e identificar possíveis comportamentos que dificultam a comunicação assertiva e a emissão de *feedback* na relação com o par

Entende-se por habilidades sociais o repertório comportamental que os indivíduos apresentam para explicitar pensamentos e sentimentos, se adaptando de maneira adequada a diversas demandas interpessoais. Assim, as habilidades sociais vão sendo desenvolvidas conforme as relações que os indivíduos estabelecem com o meio, familiar e escolar primeiramente e depois com o contexto de trabalho. No contexto familiar existem vários tipos de relações, sendo aqui descritas apenas as relações conjugais, onde a qualidade desta depende da comunicação mantida entre os parceiros.

De acordo com Del Prette e Del Prette (1999, p.58), a comunicação é um processo mediador do contato entre as pessoas, ou seja, entender o outro, o que ele diz e se fazer entender, são situações que exigem habilidades para se comunicar. Comunicar em um contexto conjugal envolve, pois, compartilhar modo de vida, pensamento, atitude e comportamento. Assim, o sucesso de um casamento depende da maneira como o casal comunica seus sentimentos e emoções, utilizando para isso habilidades sociais de comunicação.

Entre as principais habilidades de comunicação interpessoal estão os conceitos de *feedback* e assertividade. *Feedback* não quer dizer elogiar ou criticar alguém, mas um “mecanismo de regulação” de desempenhos que geram determinados resultados e que é acionado em caso de desequilíbrio entre o processo (conjunto de desempenhos) e o produto (resultados), permitindo a correção, manutenção e melhoria da relação processo-produto. Assertividade é definida como a habilidade de expressar sentimentos, de forma sincera, sem constrangimentos e inclui uma série de ações que refletem a preocupação em respeitar o direito do outro, em falar da maneira adequada e em dispor-se a ouvir o que o outro tem a dizer. Assim, para as relações interpessoais, principalmente conjugais, declarar sentimentos bons é parte de um repertório assertivo socialmente bem sucedido.

¹ Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) e IBES /SOCIESC - Blumenau / SC
Contato: framvolei@hotmail.com

Na complexidade da vida conjugal, atuam um grande número de variáveis que, pela forma como interagem, podem oferecer os mais diversos estímulos à vida em comum, onde o casal deve procurar tornar-se cada vez mais comunicativo. Assim, fica evidente a relevância de estudos sobre os fenômenos “*feedback*” e “assertividade” nas relações amorosas, que acrescente novas informações sociais e científicas a respeito da importância de desenvolvê-los e de como sua prática pode repercutir na qualidade de vida de um casal.

Os participantes da intervenção foram 13 alunas e o professor de uma disciplina do curso de Psicologia de uma Faculdade localizada na cidade de Blumenau. As atividades foram realizadas na própria sala de aula das acadêmicas do curso de Psicologia. Os materiais utilizados para a realização da intervenção foram: slides para apresentação dos conceitos de *Feedback* e Assertividade; mesas e cadeiras; folhas com uma lista de apoio “componentes comportamentais não assertivos” para auxiliar os grupos na atividade; lápis e canetas; lousa branca; caneta pincel para lousa branca; vídeo “Os Normais – O Nada”.

O vídeo escolhido foi sugerido pelo professor da disciplina, por trazer cenas que ajudam a ilustrar uma relação conjugal cotidiana. O vídeo era de aproximadamente 8 minutos e trazia cenas de um casal com dificuldades de comunicação, onde a esposa sempre dizia não ter “nada” quando o marido perguntava se havia algum problema.

No dia 17 de junho de 2008, às 9h00min, procedeu-se a aplicação da intervenção com o objetivo de identificar possíveis comportamentos que estejam dificultando a comunicação assertiva e a emissão de *feedback* na relação com o par. Para isso foi planejado uma apresentação de 30 minutos a ser realizada com a turma de Psicologia. Os procedimentos do trabalho serão citados a seguir.

I – Foi feita uma breve exposição sobre os conceitos *feedback* e assertividade.

II – Os participantes foram separados em dois grupos de observação: um grupo observou a não emissão de componentes assertivos e de *feedbacks* do marido apresentados no vídeo, e o outro grupo observou a não emissão de componentes assertivos e de *feedbacks* da esposa. Os grupos foram orientados a assinalarem na Lista de Apoio, os comportamentos do casal observado.

IV – No final, com o auxílio dos grupos, as acadêmicas listaram os componentes assertivos da esposa e do marido e a emissão de *feedbacks*, que poderiam substituir a falta de emissão dos componentes assertivos e de *feedbacks* identificados no vídeo.

Conforme as necessidades sociais levantadas para o público delimitado – cônjuges - e os objetivos estabelecidos para a intervenção psicológica, observamos que, através do vídeo transmitido e a discussão realizada ao final foi possível levar as acadêmicas do curso a

identificarem possíveis comportamentos que dificultam a comunicação assertiva e a emissão de *feedbacks* na relação com o par, tais como: não falar diretamente à pessoa, assim como não manter contato visual, utilizar o tom de voz e a gestualidade alterados, e apresentar uma postura corporal com sinais de aborrecimento ou aversão e uma expressão facial de desprezo.

As relações conjugais são baseadas em um intercâmbio de interações entre os indivíduos envolvidos, o meio em que ambos, individualmente e coletivamente interagem e como esses processos ocorrem. De acordo com uma pesquisa feita por Dela Coleta (1989), no casamento o casal estabelece uma convivência intensa, cria uma intimidade que pode comprometer a relação, assim como pode levá-la a satisfação conjugal.

Entre os principais motivos do sucesso conjugal, destacam-se a compreensão e o diálogo entre os cônjuges. Por outro lado, os motivos relacionados ao fracasso conjugal estão em oposição às características de sucesso conjugal, sendo eles as discussões e as brigas. Ouvir, perceber, sentir, entender e principalmente comunicar-se de forma assertiva, tornam-se habilidades essenciais para o conhecimento de si, do outro e da relação estabelecida.

Referências

DEL PRETTE, A; DEL PRETTE, Z.A.P. (1999). *Psicologia das Habilidades sociais*. Petrópolis: Vozes.

DELA COLETA, M. F. (1989). *A medida da satisfação conjugal: adaptação de uma escala*. PSICO, 18 (2): 90-112.

DIFERENÇAS INDIVIDUAIS EM RATOS EM TESTES DE ANSIEDADE, DEPRESSÃO E LATERALIDADE

Paula Daniele Ferraresi¹
Anna Carolina Ramos¹
Heloísa Maria de Carvalho¹
Naiara Fernanda Costa¹
Silmara Batistela¹
Lucilla Camargo¹
Célio Estanislau¹

A lateralidade pode ser observada em diversos animais, e não somente na espécie humana. Muitas de nossas funções podem ser lateralizadas, incluindo os comportamentos encobertos, como os envolvidos em situações ansiogênicas. O labirinto em cruz elevado permite avaliar a ansiedade em ratos, por envolver sua exposição a um estímulo aversivo: braços abertos (corredores sem paredes) elevados a 50 cm do chão. Schwarting e Borta (2005) mostraram que o labirinto em cruz também pode ser utilizado para investigação de assimetrias comportamentais, dado que neste teste o animal faz escolhas de entradas à esquerda e à direita. Outros recursos em que pode ser verificada a lateralidade são o nado forçado e teste de remoção de fita adesiva, onde se verificam assimetrias comportamentais, respectivamente, na rotação durante o nado e ao retirar fitas afixadas nas duas patas dianteiras. O presente trabalho permitiu verificar a possibilidade de relações entre lateralidade e emoção em modelos animais, em relação às quais existem indícios advindos de estudos com humanos (Demaree et al., 2005).

Noventa e um ratos machos Wistar (60 dias) foram submetidos a testes de labirinto em cruz elevado, de nado forçado e de remoção de fita adesiva. Para o primeiro foi utilizado um labirinto de madeira em forma de cruz, com dois braços abertos e dois fechados por paredes laterais, elevado a 50 cm do solo para a realização de sessões individuais de 5 minutos. Foram analisadas a frequência de entradas e tempo em cada tipo de braço. Os braços de procedência e de destino ao longo da sessão foram registrados para a avaliação da lateralidade.

No teste de nado forçado foi usado um cilindro (altura: 45 cm, diâmetro: 30 cm) com água ($25 \pm 3^\circ\text{C}$) até à altura de 30 cm para a realização de sessões individuais de 5 minutos, realizadas 24 horas após um treino de 15 minutos. Foi registrado o tempo despendido no comportamento de flutuar e a frequência de giros em sentido horário e anti-horário. No teste de remoção de fita adesiva, cada uma das patas dianteiras do rato era envolta por um pedaço de fita adesiva, e então o animal era colocado numa gaiola experimental. Era registrado se o animal retirava a fita adesiva primeiramente da pata direita ou esquerda. Em cada sessão, este procedimento foi realizado quatro

¹ Universidade Estadual de Londrina.
Contato: paula_danif@yahoo.com.br

vezes, a intervalos de dois minutos. Foram realizadas três sessões com intervalo entre elas de 24 horas.

Para a análise dos dados, foram calculadas a média e o desvio padrão dos 91 sujeitos quanto ao tempo gasto e porcentagem de entradas nos braços abertos do labirinto. A partir destes valores, cada rato foi alocado em um de três grupos: Ansiedade Alta, Ansiedade Intermediária e Ansiedade Baixa. Os dados de lateralidade foram convertidos num escore de lateralidade obtido por meio da fórmula: $[(\text{escolhas à direita}) - (\text{escolhas à esquerda})] \times 100 / [(\text{escolhas à direita}) + (\text{escolhas à esquerda})]$. Os grupos foram comparados por meio de análises de variância (Anova) de uma via. Quando necessário, comparações *post hoc* foram feitas com o teste Fisher LSD. Em acréscimo, foi calculado o coeficiente de correlação entre os pares: tempo nos braços abertos (s) X flutuar no nado (s) e entradas nos braços abertos (%) X flutuar no nado (s).

A análise dos comportamentos dos sujeitos mostra uma distribuição normal quanto ao tempo e à porcentagem de entradas nos braços abertos. A comparação entre os grupos nas duas medidas mostrou diferenças significantes. Verifica-se na Figura 1 uma correlação positiva entre a porcentagem de entradas nos braços abertos e o comportamento de flutuar. Esta mesma figura mostra que foi encontrada correlação positiva entre o tempo gasto em flutuar e o de permanência nos braços abertos do labirinto.

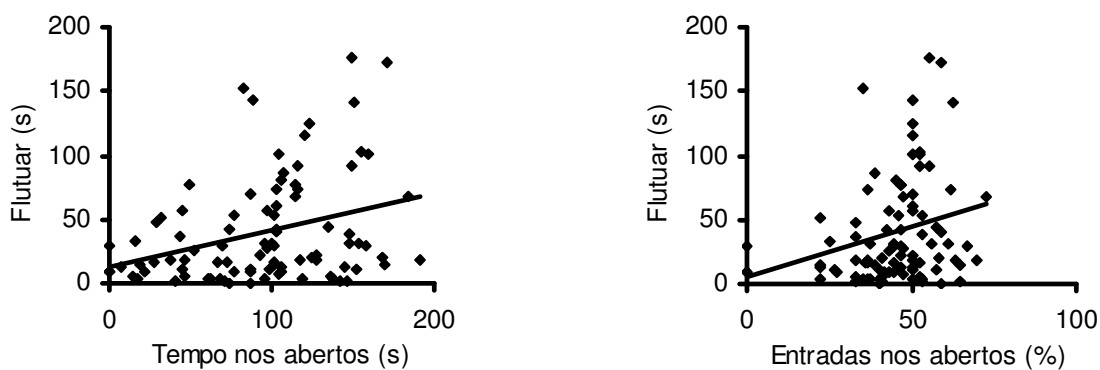


Figura 1 – Representação de dados sobre correlação positiva entre exploração dos braços abertos de um labirinto em cruz e comportamento de flutuar no teste do nado forçado. À esquerda, distribuição dos sujeitos quanto ao tempo gasto em flutuar e tempo gasto nos braços abertos ($r = 0,32$; $p < 0,05$). À direita, distribuição dos sujeitos quanto ao tempo gasto em flutuar e porcentagem de entradas nos abertos ($r = 0,26$; $p < 0,05$).

A correlação positiva entre o tempo gasto em flutuar e o de permanência nos braços abertos do labirinto sugere uma tendência de que animais que permaneceram por mais tempo nos braços abertos (menos ansiosos) despenderam mais tempo no comportamento de flutuar. Liebsch et al. (1998) encontraram correlação entre estas variáveis, porém, negativa: ratos menos ansiosos permaneceram por menos tempo flutuando do que os ratos mais ansiosos.

Alguns estudos sugerem que o hemisfério direito é responsável por emoções negativas e o hemisfério esquerdo pelas positivas, enquanto outros indicam que emoções negativas podem ser mais intensas em sujeitos lateralizados, independentemente do lado mais utilizado em tarefas (Branson e Rogers, 2006). Outros ainda mostram que a ansiedade pode estar relacionada a diferentes níveis de lateralidade (Estanislau e Morato, manuscrito em preparação). O presente estudo, no entanto, não encontrou efeitos da ansiedade sobre a lateralidade, mostrando que a ansiedade não afeta a lateralidade nas tarefas estudadas.

Os resultados indicam uma associação entre comportamentos exploratórios nos braços abertos do labirinto em cruz e o comportamento de flutuar no teste do nado forçado. Tal associação mostra uma tendência de que os mesmos animais que se expõem mais aos braços abertos, supostamente aversivos, apresentam um padrão comportamental mais passivo (flutuar) no nado forçado. Além disso, os resultados não sustentam uma associação entre ansiedade e lateralização comportamental.

Referências

- Branson, N.; Rogers, L. (2006) Relationship between paw preference strength and noise phobia in *Canis familiaris*. Em: *J. Comp.Psychol.* 120, 176-183.
- Demaree, H.A. (2005) Brain lateralization of emotional processing: historical roots and a future incorporating “dominance”. *Behav. Cogn. Neurosci. Rev.* 4, 3-20.
- Liebsch, G. et al. (1998) Behavioural profiles of two Wistar rat lines selectively bred for high or low anxiety-related behaviour. *Behav. Brain Res.* 94, 301-310.
- Schwartz, R., Borta, A. (2005) Analysis of behavioral asymmetries in the elevated plus-maze and in the T-maze. *J. Neurosci. Methods.* 141, 251-260.

CARACTERIZAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS INDISCIPLINADOS APRESENTADOS POR ALUNOS DE QUINTA SÉRIE DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS

Annie Catharine Wielewiski Bueno¹

Mariana Fuziy¹

Naiara Fernanda Costa¹

A educação como uma das agências que exercem função controladora do comportamento do homem, possui singularidades especiais, pois é a única que, como destaca Zanotto (2004) “tem condições de produzir a variação necessária à sobrevivência da cultura preparando, formal e sistematicamente, os indivíduos aptos a construir uma cultura com maiores chances de sobrevivência e a lidar de modo eficiente com o controle exercido pelas demais agências” (p.36).

Para garantir que os propósitos da educação sejam de fato alcançados, é necessário que a formação dos professores forneça as condições necessárias para que estes profissionais atuem adequadamente sobre o comportamento dos alunos de maneira a produzir os comportamentos esperados. “É necessário garantir ao professor a capacidade para analisar contingências que surgem em suas classes e planejar e estabelecer versões melhoradas” (Skinner, 1976, p.233).

Parece haver um déficit na formação dos professores, no que se refere ao conhecimento necessário para que o ensino seja realizado de modo eficiente e autônomo. E neste sentido, comportamentos indisciplinados surgem como um dos sinalizadores do fracasso escolar e têm sido apontados como um dos maiores problemas nas escolas, afetando a aprendizagem do aluno e comprometendo o desempenho do professor (Estrela, 1992).

Neste sentido, o objetivo do presente trabalho foi descrever o que professores e alunos consideram comportamentos indisciplinados, identificar o contexto em que estes comportamentos ocorrem, investigar as medidas utilizadas pelos docentes para lidar com os comportamentos indisciplinados dos alunos e as conseqüências delas derivadas.

MÉTODO

Participantes

Participaram da pesquisa as quatro turmas de quinta série do período vespertino (cento e vinte e quatro alunos) e oito professores que ministram aulas para estas turmas. A seleção da quinta série como participante do estudo foi realizada por indicação da diretora, que elegeu esta série como a que apresentava maior ocorrência de comportamentos indisciplinados.

Local

A pesquisa foi realizada em uma escola estadual localizada na Região Norte do município de Londrina, Estado do Paraná.

Procedimento

¹ Discentes do quarto ano de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina

A pesquisa foi realizada de acordo com os seguintes passos:

Revisão Bibliográfica

Foram realizadas consultas a artigos científicos e livros na área da Psicologia e Pedagogia, monografias e teses referentes a comportamento indisciplinar, além de revisões da Teoria do Behaviorismo Radical que orientou a análise do presente trabalho.

Confecção de instrumento

Foram elaborados questionários aos alunos e professores para a operacionalização do termo indisciplina, identificação do contexto em que os comportamentos ditos indisciplinados ocorrem, a investigação das estratégias de enfrentamento utilizadas pelos docentes e as conseqüências delas derivadas. O questionário dos alunos era composto por perguntas abertas e o dos professores por perguntas abertas e fechadas.

Aplicação de questionários aos alunos e professores

Foram distribuídos aos professores em grupo os questionários a serem preenchidos por eles em horários alternativos e entregues na secretária da escola. Aos alunos os questionários foram aplicados no período de aula pelos pesquisadores, na presença do professor.

Observações em sala de aula

Foram realizadas observações em sala de aula para que as variáveis levantadas nos questionários pudessem ser identificadas pelos observadores.

RESULTADOS

Os alunos que responderam ao questionário eram em sua maioria do sexo masculino (49%), com idade entre dez e quatorze anos. Os professores eram predominantemente do sexo feminino (75%), com idade entre quarenta e um e cinquenta anos, com onze a vinte anos de experiência docente e 62% deles iniciou sua atividade na escola pesquisada no ano de dois mil e oito.

Os comportamentos mais frequentemente apontados¹ pelos alunos como indisciplinados foram: “bagunçar” (38%), “Bater/Brigar/Agredir o professor/Machucar alguém” (29%) e “Falar palavrão/ Xingar” (13%). 50% dos professores deram respostas que se referiam aos comportamentos não apresentados pelos alunos os alunos tais como : “não senta”, “não obedece”, “não deixa o professor trabalhar”, ou ao que falta, como: “falta educação”, “falta respeito com os colegas e o professor”, etc. As respostas que referiam-se aos comportamentos apresentados pelos alunos, foram: fala e anda ao mesmo tempo em que o professor está explicando a matéria (12)%, fala alto (12%), brinca em sala, conversa, discute com outro aluno, abaixa a calça de outros alunos, grita, provoca o colega, fala palavrões, briga, mexe com os colegas, etc.

1 Os comportamentos não foram categorizados previamente, eles foram citados livremente pelos professores nos questionários. Para facilitar a análise dos dados os comportamentos com topografia semelhantes foram agrupados.

Segundo os alunos, a estratégia mais utilizada pelos professores para lidar com a indisciplina em sala de aula é mandar e/ou levar para a secretaria/diretoria (47,5%), seguida de “dar bronca ou gritar” (26%), dar advertência (23%) e “colocar o aluno para fora da sala” (10,5%). Segundo os professores as estratégias mais utilizadas são: colocar o aluno para fora da sala (37,5%), conversar/chamar a atenção (62%) e dar advertência (75%).

Entre as causas da indisciplina apontadas pelos alunos estão: “para passar de ano” (2%), “porque acham bonito bagunçar”(11%), “porque é o jeito deles”(6%), “porque fazem bagunça”(50%), “porque não gostam de estudar”(4%), “porque não têm educação”(15%), “porque o professor deixa”(3%), “porque são preguiçosos”(2%). Os professores atribuem as causas da indisciplina à desorganização social(12%), falta de educação(12%), carência, falta de limites(12%), falta de interesse(12%), etc.

DISCUSSÃO

Pôde-se identificar que 20% dos alunos têm idade que indicam multirrepetência e este é um fator de preocupação na escola. Tanto indisciplina como multirrepetência podem ser encarados como sinalizadores de que o ensino tem fracassado em atingir os objetivos aos quais se propõe, preparar cidadãos para o enfrentamento de situações futuras desconhecidas.

Freqüentemente os professores entendem, pelo contrário, que estas são as causas do problema e não seus sinalizadores, como afirma Marega (1999). A indisciplina quer seja entendida como causa, quer seja como consequência, agrava as dificuldades em possibilitar uma aprendizagem de qualidade, ponto de concordância entre alunos e professores, como observado através dos questionários aplicados.

Dessa forma, pode-se observar que o contexto se torna cada vez mais aversivo para o professor que não consegue cumprir suas metas e para os alunos que são submetidos intermitentemente a práticas coercitivas como tentativa de solucionar este problema. No entanto, as contingências de reforçamento intermitentemente fortalecem o comportamento (Skinner, 1976). Assim, as estratégias empregadas pelos professores na tentativa de cessar os comportamentos ditos indisciplinados se mostram inefetivas em longo prazo por serem apresentadas intermitentemente. . Dessa maneira, os problemas de indisciplina vividos no contexto escolar se agravam cada vez mais e os professores não vêem perspectivas de mudanças tão pouco se vêem como agentes capazes de promover transformações neste ambiente.

REFERÊNCIAS

Estrela, M. T. (1992) *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*. Portugal: Porto Editora.

- Marega, M. S. (1999). *Comportamento disciplinar do aluno: a opinião dos alunos de quinta série do ensino fundamental*. Monografia (Especialização em Psicologia Aplicada à Educação) – UEL/Londrina, Londrina.
- Skinner, B. F. (1976) *Ciência e Comportamento Humano*. 3ed. trad de João Cláudio Todorov e Rodolpho Azzi. São Paulo: Edart.
- Zannoto, M. L.B. (2004). Subsídios da Análise do Comportamento para a formação de professores. In: Maria Marta Costa Hubner e Miriam Marinotti (Orgs.). *Análise do Comportamento para educação: contribuições recentes*. Santo André: ESETec, p. 33-48.

PSICOLOGIA E CRIANÇAS COM CÂNCER: LEVANTAMENTO DE RESUMOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ENTRE 2000 E 2008

Mariana Amaral¹
Maria Rita Zoéga Soares²

O câncer é a segunda maior causa de morte por doenças no Brasil. A oncologia teve um grande desenvolvimento nas últimas quatro décadas e o aumento no número de casos de câncer pode ser atribuído, dentre outros fatores, ao aumento da ocorrência da doença na população mais jovem (Santos, Amaral & Domingos, 2006). O progresso no tratamento do câncer na infância também foi grande nas quatro últimas décadas, sendo que 70% das crianças com a doença, se diagnosticadas precocemente e tratadas em centros especializados, podem ser curadas e levar uma vida normal (Instituto Nacional do Câncer, 2008).

Dentre os profissionais que devem estar envolvidos na tarefa de oferecer cuidado integral à criança com câncer e sua família encontram-se os psicólogos, que visam atender as demandas básicas desta população, gerando uma maior adesão ao tratamento e diminuição do sofrimento enfrentado (Gregianin et al, 1997; Santos, Amaral & Domingos, 2006). Portanto, a Psicologia neste contexto - e em especial a Análise do Comportamento - tem muito a contribuir, e estudos nesta área deveriam ser alvo de pesquisas.

Buscando levantar o que a Psicologia vem produzindo na área nos últimos anos, o presente trabalho teve por objetivo realizar levantamento da produção científica relacionada ao tema Psicologia e crianças com câncer, entre os anos de 2000 e 2008.

Foram consultadas 6 bases de dados eletrônicas – LILACS, Index Psi, Pepsic, Biblioteca de Teses do Portal da Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT e Scielo. Para as buscas, foram utilizados os termos: “criança + câncer + psicologia” e “child + cancer + psychology”. Foram selecionadas produções que relatassem a atuação de psicólogos nos anos de 2000 a 2008. Os critérios para a seleção dos artigos, dissertações e teses consistiram em a publicação ter ocorrido no período de 2000 a 2008 e que remetesse a atuação de Psicólogos em relação ao câncer infantil. Não foram selecionados resumos repetidos, incompletos (base de dados não fornecia o resumo por completo), de outras áreas (Enfermagem, Medicina, etc.) ou que não descreviam ou sugeriam atuação da Psicologia ou não foram escritos por Psicólogos.

¹ Mestranda em Análise do Comportamento pela Universidade estadual de Londrina – UEL.

² Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP), Pós-Doutorado em Psicologia da Saúde (Universidade de Valência – Espanha). Participa do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento (Universidade Estadual de Londrina – UEL).

Contato: marianaamaral@hotmail.com

Para a análise dos resumos, foi utilizada uma ficha de avaliação, baseada em Domingos (1999), na qual constavam os seguintes itens: 1) identificação da base de dados em que foi selecionado o resumo; 2) ano de publicação para os artigos científicos e de defesa para teses e dissertações; 3) tipo de publicação (artigo científico, dissertação ou tese); 4) abordagem teórica; 5) objetivos do estudo; 6) sujeitos ou participantes (tipo, número e faixa etária); 7) instrumentos utilizados.

De 56 resultados das buscas, foram selecionados para análise 25 resumos: 12 artigos (48%), 8 teses de doutorado (32%) e 5 dissertações (20%). A base de dados com maior número de resumos foi o Banco de Teses do Portal da Capes (36%), seguida de LILACS (28%), Scielo (16%), IndexPsi e Pepsic (8% cada) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT (4%).

A maioria dos resumos não citava a abordagem teórica (60%) e a abordagem mais utilizada foi a Fenomenológica (20%), seguida da Análise do Comportamento (8%). Outras abordagens mencionadas foram a Psicanálise, Psicologia Social e Psicologia Cognitivo-Comportamental (4%). A maior parte dos trabalhos tinha como objetivo identificar comportamentos e sentimentos dos pacientes e da família em relação à doença (36%) e testar intervenções (24%). Os instrumentos mais utilizados nas pesquisas foram os questionários (32%) e grande parte dos resumos (28%) não relataram que instrumentos foram utilizados. Não foi indicado o número de participantes na maioria das pesquisas (28%), e quando informado, esse número variou entre uma a trinta e três pessoas. Dentre os participantes encontravam-se crianças durante ou após o tratamento do câncer (44%), pais (16%) e profissionais da psicologia (4%).

O psicólogo no contexto da saúde, especialmente em oncologia, pode atuar em diversos níveis - seja com a criança, a família ou a equipe de tratamento. Um dos principais objetivos deste profissional é facilitar a adaptação da criança e de sua família ao novo contexto em que estão sendo inseridas. Para tanto, o profissional deve avaliar diferentes aspectos, como o tempo de hospitalização, os tratamentos a serem utilizados, o comportamento dos pais e da criança, dentre outros (Ortiz, 1997). Considerando o vasto campo de atuação do psicólogo nesta área e as inúmeras possibilidades de intervenção, pode-se verificar que o número de estudos recentes de psicólogos a respeito do tema pode ser considerado reduzido em relação à relevância do assunto.

Embora a maioria das pesquisas selecionadas relate a identificação de comportamentos/sentimentos relacionados à doença e a avaliação de intervenções, os pesquisadores não relataram a metodologia utilizada e nem os participantes do estudo. Em psicologia da saúde é importante que a intervenção se baseie na identificação de padrões comportamentais relevantes. Assim, faz-se necessária a realização de estudos que avaliem procedimentos de intervenção, fundamentadas por evidências objetivas e cientificamente comprovadas (Gorayeb, 2001).

A Análise do Comportamento pode guiar pesquisadores na avaliação destes aspectos, através de estudos sistemáticos, com instrumentos apropriados que propiciem a análise dos eventos ambientais e dos comportamentos relacionados à doença, o que é de extrema importância para a compreensão da condição do paciente e para se propor estratégias de intervenção adequadas e efetivas. Constatou-se um número reduzido de produções com embasamento na Análise do Comportamento.

Além da necessidade de um maior número de estudos sobre o tema, verificou-se a importância de que autores elaborem melhor seus resumos. Informações como a abordagem teórica, o número de sujeitos e os instrumentos utilizados são de extrema importância no sentido de facilitar a busca por trabalhos.

Referências

- Domingos, N.A.M. (1999). *Produção Científica: Análise de resumos de dissertações e teses em Psicologia (1992/1996)*. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia, Pontifícia Universidade de Campinas-SP.
- Gorayeb, R. (2001). A prática da Psicologia Hospitalar. In: Marinho, M. L. & Caballo, V. E. *Psicologia Clínica e da Saúde*. Londrina: EDUEL.
- Gregianin, L. J.; Pandolfo, A. C.; Estulla, C.; Pereira, V. D. G. N.; Costa, C. C. & Wahrlich, V. (1997). Atendimento interdisciplinar da criança com câncer e sua família. In: Ceccim, R. B. & Carvalho, P. R. A. (Orgs). *Criança Hospitalizada: Atenção Integral como Escuta à Vida*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS.
- Instituto Nacional do Câncer (2008). *Estimativa 2008 – Incidência de câncer no Brasil e 2008*. Brasília: Ministério da Saúde / Instituto Nacional do Câncer.
- Ortiz, M. R. L. (1997). A psicologia hospitalar na atenção à criança e à família. In: Ceccim, R. B. & Carvalho, P. R. A. (Orgs). *Criança Hospitalizada: Atenção Integral como Escuta à Vida*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS.
- Santos, A. R. R.; Amaral, V. L. A. R. & Domingos, N. A. M. (2006). Avaliação da dor em pacientes com câncer: Contribuições para intervenções psicoterápicas. In: Miyazaki, M. C. O. S.; Domingos, N. A. M. & Valério, N. I. *Psicologia da Saúde – Pesquisa e Prática*. São José do Rio Preto: THS/Arantes.

HABILIDADES SOCIAIS INFANTIS – RELAÇÃO COM TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE NA VIDA ADULTA

Clemair de Lourdes Spezia Dalla Costa¹
Edi Cristina Manfroi²
Mônica Zatta Tonial¹

O presente relato de experiência objetiva refletir sobre a possível relação entre a ausência de habilidades sociais na infância como fator desencadeante na extensão para transtornos apresentados na vida adulta, a partir das semelhanças de dois atendimentos, sendo um adulto de 23 anos, casado, universitário de nível sócio econômico baixo que chegou para atendimento com a queixa de dificuldades de leitura e de uma criança com 09 anos, cursando a terceira série do ensino fundamental, de nível sócio econômico baixo apresentando a queixa de dificuldade de aprendizagem, suscitando a necessidade da integração das habilidades sociais desde a infância para um desenvolvimento saudável. O termo habilidades sociais, geralmente utilizado no plural, aplica-se às diferentes classes de comportamentos sociais do repertório de um indivíduo, que contribuem para a competência social, favorecendo um relacionamento saudável e produtivo com as demais pessoas (Del Prette & Del Prette, 2008, p. 31). Sendo assim, ao referenciar treino em habilidades sociais, as autoras encontram sustentação em Caballo (1996, p. 366) quando esclarece que o treinamento em habilidades sociais (THS) poderia ser definido como um enfoque geral da terapia orientado a aumentar a competência da atuação em situações críticas da vida, com a finalidade de melhorar sua competência interpessoal e individual nos tipos específicos de situações sociais. Também acrescenta o autor que esse treinamento vem de encontro com a abordagem comportamental na aquisição da resposta, através da aprendizagem de um novo repertório de respostas. Desta forma realizam-se algumas considerações sobre a importância do desenvolvimento de habilidades sociais desde a infância, pois é nesse período que se forma a base para muitos comportamentos que irão se manifestar no futuro, na forma de interagir com o outro. Assim, quanto maior o repertório de habilidades sociais aprendidas na infância, maior é a possibilidade dessa criança estabelecer relações sociais saudáveis, evitando possíveis ocorrências de dificuldades de aprendizagem bem como de comportamentos anti-sociais.

Foram realizadas em média dez sessões de psicoterapia individual com cada cliente no período de março a maio de 2008, amparados e embasados teoricamente com a utilização da abordagem comportamental. Os atendimentos tinham duração média de 60 minutos, com o registro das sessões após cada atendimento.

¹ Acadêmica do VIII período do curso de Psicologia da Faculdade de Pato Branco – FADEP.

² Mestranda em Psicologia pela UFSC e supervisora do estágio em Terapia Comportamental da Faculdade de Pato Branco – FADEP

Contato: clemairdc@hotmail.com

No decorrer das sessões, observou-se a baixa ocorrência de reforçadores positivos em ambos os casos, que pudessem modelar, em seus repertórios, respostas de enfrentamento de situações e resolução de problemas. Como respostas, apresentavam dificuldades na discriminação de eventos privados, refletindo nos subprodutos emocionais como insegurança, inadequação e baixa valoração pessoal, além de apresentar um baixo repertório de habilidades sociais. Sendo assim, procurou-se, junto aos clientes, discriminar situações familiares e sociais que lhe eram aversivas e identificar seus comportamentos para favorecer a emissão de novas respostas que tivessem probabilidade de produzir conseqüências reforçadoras, instaurando novos repertórios comportamentais, através de modelos de ações e verbalizações, na solução de problemas. Também, foi feito treino de habilidades sociais, em função do déficit no comportamento interpessoal e auto-avaliação, através da modelação e representação de papéis, oportunizando feedback e reforçamento ao final. Procurou-se em todas as intervenções, levar os clientes a desenvolverem um repertório mais amplo em seus contextos, onde os reforços positivos fortalecessem seus comportamentos e diminuíssem os comportamentos de esquiva diante de eventos aversivos, objetivando que as habilidades aprendidas se generalizem para todos os momentos e contextos sendo que no decorrer dos atendimentos os clientes demonstraram significativas mudanças de comportamentos, ou seja, no caso infantil a criança buscou alternativas para suas dificuldades iniciais de relacionamento, iniciando conversas, convidando amigos para brincar e realizando atividades solicitadas em sala de aula. No caso adulto, o cliente sentiu-se mais seguro em realizar as leituras bem como generalizou esses comportamentos para outros âmbitos de sua vida, familiar, social e profissional.

A reflexão sobre os casos atendidos levou as autoras a considerarem a importância da atuação dos pais e da escola na prevenção de comportamentos indesejáveis, estabelecendo novas contingências ambientais direcionadas à modificação e instauração de comportamentos novos e salutareis. É na família que a criança inicia seu aprendizado para a convivência social e o contato reforçador com os pais é fator fundamental para o desenvolvimento de comportamentos saudáveis. A Terapia Comportamental se adere a essa forma de tratamento pois busca através da análise funcional identificar o(s) comportamento(s) desadaptativos do cliente criar condições para estabelecer mudanças no repertório comportamental, através da aprendizagem de novas respostas, que fortaleçam e mantenham o comportamento desejado, enfraquecendo e levando à extinção o comportamento disfuncional.

Referências

- Del Prette, Zilda A. P. Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática. 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- Caballo, Vicente E. Manual de Técnicas de Terapia e Modificação do Comportamento. 1ª ed. São Paulo, SP, Santos 1996.

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A REPETIÇÃO DO TREINO DAS RELAÇÕES CONDICIONAIS E O DESEMPENHO EM TESTES DE REORGANIZAÇÃO DE CLASSES EQUIVALENTES

João Henrique de Almeida¹
Verônica Bender Haydu¹

Classes equivalentes podem ser definidas como conjuntos de estímulos e respostas, cujas funções são substituíveis entre si e apresentam as propriedades de reflexividade, simetria e transitividade. Uma revisão bibliográfica da área de classes equivalentes mostra que existe um grande número de experimentos em que foram investigadas variáveis que afetam a formação e a expansão de classes equivalentes. No entanto, há um número bem menor avaliando as variáveis responsáveis pela reorganização ou modificação destas classes (Pilgrim & Galizio 1995).

Os estudos sobre reorganização de classes equivalentes têm apresentado conclusões contraditórias, pois, muitas vezes, são obtidas respostas incoerentes com as modificações na linha de base, principalmente, nos testes de simetria e equivalência. Considerando estas divergências, foi investigada a possibilidade de reorganização de classes equivalentes após a reversão de uma única relação condicional. Além disso, foi investigado, no presente estudo, se a necessidade de uma maior exposição às tentativas de treino durante a aquisição de classes de estímulos equivalentes implica em um maior ou menor número de tentativas nos testes de reorganização dessas classes.

Estudos desta natureza são relevantes, porque resultados inesperados em alguns experimentos geraram questionamentos acerca da necessidade de uma revisão conceitual desta área. Além disso, demonstrar a possibilidade de reorganização de classes de estímulos equivalentes tem importantes implicações para o contexto clínico, pois o procedimento que leva a reorganização pode vir a ser um importante recurso terapêutico (Dymond & Rehfeldt, 2000).

Método

Participantes: seis alunos (cinco mulheres e um homem) do Curso de Veterinária da Universidade Estadual de Londrina.

Materiais: Microcomputador e o Software Equivalência, que permite o ensino de discriminações condicionais.

Procedimento: Treinos de discriminações condicionais para formar cinco classes com cinco estímulos. Após a verificação da formação de classes, houve a reversão de uma das relações (AE). O critério para progredir nos blocos de treino era acertar, no mínimo, 90% das tentativas. O critério de formação e de reorganização das classes equivalentes foi apresentar porcentagens de respostas

¹ Universidade Estadual de Londrina

Contato: emaildojoah@yahoo.com.br

corretas maior que 90% e não responder mais que uma vez de forma incorreta em uma relação específica. A Tabela 1 mostra de forma resumida as duas etapas.

Tabela 1. Seqüência das discriminações condicionais treinadas no procedimento, número de tentativas em cada bloco e número de blocos necessários por fase.

	Procedimento	Número de tentativas	Número de Blocos P1,P2,P3,P4,P5,P6
Fase 1	Treino AB	25	5,4,8,7,4,18
	Treino AC	25	3,4,7,6,3,15
	Treino AD	25	3,3,9,12,3,8
	Treino AE	25	3,3,6,7,3,6
	Bloco Misto (com reforço)	100	2,2,4,3,2,3
	Teste de Formação (Simetria e Equivalência)	240	1,1,3,1,1,2
Fase 2	Treino AB	25	1,1,2,1,1,1
	Treino AC	25	1,1,2,1,1,1
	Treino AD	25	1,1,2,1,1,1
	Treino AE (revertido)	25	2,2,3,3,2,4
	Bloco Misto (com reforço)	100	1,1,2,1,1,1
	Teste de Reorganização	240	1,1,3,1,2,1

Resultado

Nos testes que verificaram a formação das classes equivalentes, quatro dos seis participantes atingiram o critério na primeira apresentação (P1, P2, P4 e P5). O P6 atingiu o critério de formação de classes na segunda apresentação do teste e o P3 atingiu o critério somente na terceira, após uma nova realização do treino da Fase 1.

Após a verificação da formação das classes, foram apresentados os blocos da Fase 2. Observa-se que nos testes de reorganização das classes equivalentes, quatro dos seis participantes (P1, P2, P4 e P6) reorganizaram as classes de forma coerente com a alteração da relação condicional AE, na primeira apresentação do teste. O P5 atingiu o critério de reorganização na segunda apresentação e o P3 atingiu o critério na terceira. Portanto, todos os participantes reorganizaram as classes da forma prevista.

Considerando a repetição de treino, observa-se que P1 e P2 necessitaram de um número menor de blocos, tanto para a formação quanto para a reorganização das classes. P4 e P6 necessitaram de um número maior de blocos para aprender as relações condicionais na etapa de formação, contudo com relação à reorganização, atingiram o critério esperado com poucos blocos. O P5 necessitou do menor número de blocos entre os participantes, na formação das classes, no entanto, observou-se que, nos testes de reorganização, este necessitou do segundo maior número de tentativas. O P3 necessitou da maior quantidade de blocos, tanto na formação quanto na reorganização das classes equivalentes, como pode ser visto na Figura 1.

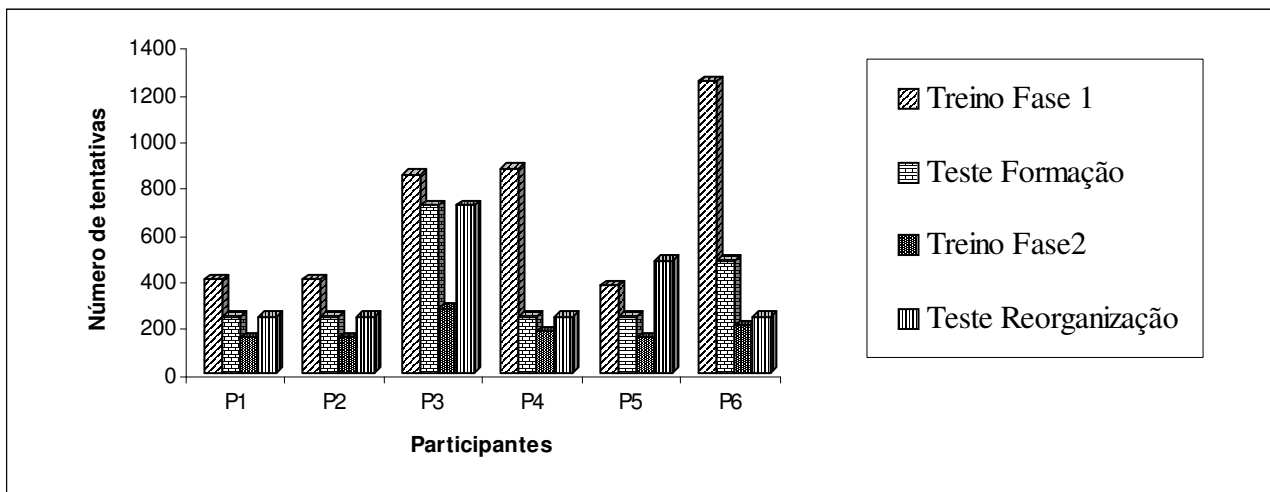


Figura 1. Número total de tentativas de treino e teste na formação (Fase 1) e na reorganização (Fase 2) das classes de estímulos equivalentes.

Os estudos em que apenas uma das relações foi alterada demonstraram resultados discrepantes (por exemplo, Pilgrim & Galizio 1995; Garotti & de Rose, 2007). Algumas características do presente estudo poderiam explicar a reorganização observada. Pode-se citar o número de estímulos de comparação utilizado. Segundo Carrigan e Sidman (1992), reversões de relações de linha de base podem mudar a relação de controle de estímulos. A utilização de cinco estímulos de comparação diminui grandemente a possibilidade de controle heterogêneo, podendo, então, ter auxiliado na reorganização consistente com as alterações efetuadas.

No que se refere à interação entre o número de blocos necessários no treino de formação e o desempenho nos testes de reorganização, não foi possível observar esta relação de forma sistemática para todos os participantes. Apenas as histórias experimentais de P4, P5 e P6 estão de acordo com esta previsão. É possível que uma investigação com um número maior de participantes contribua para uma observação mais clara deste efeito.

Referências

- Carrigan, P.F. & Sidman, M. (1992). Conditional discrimination and equivalence relations: a theoretical analysis by the control of negative stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behaviour*, 58, 183-204.
- Dymond, S. & Rehfeldt, R. A. (2000). Understanding Complex Behavior: The transformation of Stimulus Functions. *The Behavior Analyst*, 23, 239-254.
- Garotti, M. & de Rose, J. C. (2007). Reorganization of equivalence classes: evidence for contextual control by baseline reviews before probes. *The Psychological Record*, 57, 87-102.
- Pilgrim, C. & Galizio, M. (1995). Reversal of Baseline relations and stimulus equivalence: I Adults. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 63, 225-238.

O PAPEL DA PSICOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO DE REPERTÓRIOS COMPORTAMENTAIS MAIS ADAPTATIVOS: UM ESTUDO DE CASO

Cristina Tiemi Okamoto¹

Nione Torres²

Os clientes vêm à terapia porque o seu comportamento não tem sido eficaz no ambiente natural. Frequentemente, as relações interpessoais são problemáticas. Nas relações sociais, o comportamento do cliente pode tanto não ter conseqüências reforçadoras ou conduzir a conseqüências aversivas. A maioria dos terapeutas, desta forma, focaliza a terapia sobre estas dificuldades nas relações sociais (Goldiamond & Dyrud, 1968).

Na medida em que o terapeuta começa a modelar e ensinar repertórios comportamentais mais adaptativos, estes podem ser desenvolvidos pelos clientes que podem começar a emitir os mesmos comportamentos funcionais no ambiente natural na presença de estímulos funcionalmente similares. Se outros no ambiente natural também reforçam a mesma classe de respostas que o terapeuta reforça, então as mudanças que ocorrem dentro do contexto da relação terapêutica se generalizarão para o ambiente natural (Onesti, 1992).

Além do papel da psicoterapia mostrar-se viável na aprendizagem de repertórios comportamentais mais adaptativos, ela é ainda, frequentemente, um espaço para aumentar a auto-observação, para ‘trazer à consciência’ uma parcela maior daquilo que é feito e das razões pelas quais as coisas são feitas. Ou seja, o indivíduo pode descrever a topografia e as variáveis relevantes das quais o comportamento é função de acordo com situações específicas. Ou seja, autoconhecimento é a possibilidade do indivíduo conhecer a si próprio, estando atento aos seus comportamentos e as conseqüências dos mesmos. (Skinner, 1991).

Será apresentado um caso clínico, em que a cliente apresentava grande sofrimento devido às conseqüências do padrão comportamental passivo e agressivo nos relacionamentos, com o objetivo de explicitar seu processo terapêutico que foi bastante rico no desenvolvimento de novos repertórios comportamentais e teve resultados gratificantes tanto para cliente, quanto para terapeuta.

A cliente J., sexo feminino, 23 anos, solteira, cursando o 3º grau, procurou terapia porque sentia solidão e chorava com muita frequência. J. relatou que não tinha amigos, se sentia “reclamona” (sic) e sentia dores pelo corpo.

¹ Discente da Universidade Estadual de Londrina e estagiária do Instituto de Análise do Comportamento em Estudos e Psicoterapia

² Supervisora clínica do projeto de atendimento clínico a comunidade carente desenvolvido pelo Instituto de Análise do Comportamento em Estudos e Psicoterapia.

Contato: cris.elo@gmail.com

Analisando a história de vida relatada pela cliente, pôde-se perceber uma história de punição excessiva, esquema arbitrário à exposição a críticas, abandono e modelos familiares de agressividade e passividade.

Os primeiros objetivos da cliente eram conseguir expressar suas idéias (sem receio) e ter maior controle emocional.

Episódios de comportamentos passivos e agressivos ocorriam com frequência, e esses comportamentos foram trabalhados em sessão, na medida em que eles apareciam ou eram relatados em situações do cotidiano. Trabalhou-se, também, neste momento repertório de resolução de problemas com o objetivo de mostrar diferentes alternativas para lidar com uma situação, assim como, analisar as possíveis conseqüências do comportamento.

Na medida em que as hipóteses da terapeuta foram fortalecidas e mais dados foram trazidos, foi trabalhada a análise funcional dos comportamentos-problema com a cliente. Apresentou-se a instalação dos comportamentos, levantou-se situações de vida de J. para analisar tais comportamentos e trabalhou-se comportamentos alternativos mais eficazes. Foram realizados ensaios comportamentais momentos em que a terapeuta dava modelo e aos poucos foram sugeridas exposições a situações em que cliente tinha dificuldade em expressar suas idéias com o ensino de repertório assertivo e empático.

Depois de dois meses de terapia a cliente já apresentou comportamentos de melhora, conseguindo expressar suas idéias sem os respondentes anteriores (sudorese, coração disparado, etc) tanto em sessão, como em situações relatadas pela cliente. Além disso, a cliente relatou que já conseguia lidar melhor com situações conflitantes não apresentando mais comportamentos agressivos (conseguia lidar com diferenças pessoais no trabalho, por exemplo).

Apesar disso, a cliente ainda não conseguia lidar com seu nervosismo, chorando e tentando evitar senti-lo. A partir disso, foi possível identificar um padrão de inflexibilidade diante de situações imprevisíveis. Sendo assim, começou-se o processo de desenvolvimento de habilidades como tolerância e aceitação diante de situações imprevisíveis (o que envolveu trabalho sobre as expectativas da cliente, re-interpretações das contingências vivenciadas e flexibilização de auto-regras disfuncionais). Trabalhou-se também a aceitação dos sentimentos desconfortantes, assim como, maneiras de lidar com eles em dadas situações.

Tendo em vista os comportamentos de intolerância de J. começou-se, na 10ª sessão, um trabalho de flexibilização de auto-regras que incluía diversas crenças da cliente que impedia uma vivência saudável, como por exemplo, dificuldade em compreender opiniões diferentes de seu ponto de vista.

Tal processo costuma ser bastante longo, visto que a flexibilização de auto-regras é uma construção difícil para o cliente que carrega crenças de longas datas. Neste caminho, foram

discutidos vários comportamentos de J. e argumentados de maneira que a cliente tomasse consciência das conseqüências daqueles comportamentos.

Foi possível verificar comportamentos de melhora, a partir de auto-regras flexibilizadas como: “aceitar o imprevisível e por isso chegar pontualmente nem sempre é possível” – a partir disso, cliente passou a compreender atrasos casuais e não se culpava tanto por atrasar-se eventualmente (episódios que eram muito raros). A cliente relatou que já se sentia mais leve no trabalho por não se cobrar tanto a ponto de lhe causar grandes sofrimentos.

E então, nesse processo, no momento de discussão sobre a auto-regra da cliente de que “todos deveriam amá-la para ser feliz”, ocorreu o que chamaremos aqui de leitura de comportamento clinicamente relevante, ou melhor dizendo, a terapeuta notou comportamentos (a partir do que a cliente trouxe) que nem mesmo J. tinha consciência. Identificou-se nas falas uma relevante baixa auto-estima decorrente de um déficit de autoconhecimento, cujo desenvolvimento de tal habilidade seria essencial no prosseguimento do processo terapêutico.

A cliente mostrou muita esquivia para iniciar reflexões de importância para o desenvolvimento de autoconhecimento. Nessas sessões J. apresentava notável dificuldade. Contudo, seu esforço em realizar os procedimentos em sessão era evidente. O processo de desenvolvimento de repertório de autoconhecimento mostrou grandes resultados quando a cliente conseguiu identificar com mais clareza suas qualidades e pontos a serem desenvolvidos. J. relatou que passou a sentir-se mais auto-confiante, reconhecendo e apostando mais em seus potenciais, apoiada ainda por um autogerenciamento mais eficaz. O sentimento de solidão, angústia, dores no corpo e o nervosismo deixaram de ser relatados como queixa pela cliente.

O processo terapêutico que teve o total de 23 sessões. Percebeu-se que a partir do desenvolvimento das habilidades citadas (assertividade, empatia, resolução de problemas, tolerância e aceitação diante de situações imprevisíveis observados em sessão e nos relatos de J.), assim como, o desenvolvimento de repertório de autoconhecimento, J. conseguiu construir relacionamentos mais saudáveis, conseguia lidar melhor com conflitos e a imprevisibilidade, e melhorou também sua auto-estima (produto de contingências de reforçamento positivo de origem social).

Referências:

- Goldiamond, I., & Dyrud, J. E. (1968). Some applications and implications of behavioral analysis for psychotherapy. In J. Schlien (Ed.), *Research in psychotherapy*, Vol. III (pp. 54-89). Washington, DC: APA.
- Rosenfarb, S. I. (1992). *Uma Interpretação Analítica Comportamental da Relação Terapêutica*. (L. A. Onest, Trans.) *The Psychological Record*, 42, 341-354
- Skinner, B. F. (1991). *Ciência e Comportamento Humano*. Brasília: UNB.

O EFEITO DA PRIVAÇÃO DE SONO PARADOXAL SOBRE A AQUISIÇÃO DO RESPONDER DE RATOS EM ESQUEMA DRL 10-S

Heloísa Maria Cotta Pires de Carvalho¹

Paula Daniele Ferraresi¹

Rauni Alves¹

Anna Carolina Ramos¹

Célio Estanislau¹

O sono paradoxal ou REM (*rapid eyes movements*) consiste em uma fase do sono na qual a atividade elétrica do cérebro é semelhante a da vigília e, além disso, há ausência total de tônus muscular (Kolb & Whishaw, 2002). Mudanças no comportamento associadas à privação de sono paradoxal incluem dificuldades no estabelecimento de performances discriminativas (Kennedy, 2002). Segundo Kirby e Kennedy (2003), pouca atenção tem sido dada ao fato de como a privação de sono afeta o responder mantido por esquemas de reforço positivo ou negativo.

O esquema de reforço diferencial de baixas taxas (*differential reinforcement of low rates*, DRL) é um esquema de reforço no qual o responder só é reforçado se ocorrer após a passagem de um intervalo mínimo de tempo. Caso a resposta ocorra antes do término do intervalo estipulado, a contagem de tempo é reiniciada (Catania, 1999). O desempenho em DRL é mais complexo do que em outros esquemas, requerendo do sujeito a capacidade de discriminar intervalos de tempo de forma precisa, já que somente assim há oportunidade da resposta ser reforçada. Diante disso, o presente estudo visa verificar se a privação de sono paradoxal interfere na aquisição do responder de ratos em esquema DRL 10-s.

Foram utilizados dez ratos machos adultos Wistar, provenientes do Biotério Central da UEL. Primeiramente, os animais foram utilizados para avaliação dos efeitos da privação de sono paradoxal sobre o comportamento no labirinto em cruz elevado (Alves et al., 2008). Após 14 dias, os mesmos animais passaram pela modelagem da resposta de pressão a barra até a obtenção de 50 reforços por sessão. Após 6 dias, os ratos foram expostos a uma sessão de 40 min sob DRL 10-s e, logo em seguida, foram expostos ao método das plataformas por 14 h. Para tanto, 5 plataformas estreitas (7,5 cm de diâmetro, 5 cm de altura) foram colocadas dentro de um tanque (45 cm X 85 cm X 50 cm) com água (profundidade: 4 cm). Os cinco ratos do grupo privado de sono foram alojados neste tanque, com ração e água *ad libitum*. Os cinco ratos do grupo controle foram alojados em outro tanque, sob condições semelhantes, porém, com plataformas largas (20 cm de diâmetro, 5 cm de altura). As plataformas estreitas impossibilitam que o rato apresente o sono paradoxal, já que nessa fase do sono há perda de tônus muscular, o que faz com que o animal caia na água e acorde. As plataformas largas permitem aos animais experimentar todas as fases do sono. Esse mesmo

¹ Universidade Estadual de Londrina
Contato: whitezumbi@yahoo.com.br

procedimento (DRL 10-s seguido de privação de sono paradoxal) foi repetido após 6 dias. Uma terceira sessão de DRL 10-s foi realizada, mantendo-se o mesmo intervalo de 6 dias entre as sessões.

Os grupos foram comparados, por meio de um teste *t* de Student para amostras independentes, quanto ao percentual de tentativas reforçadas na terceira sessão.

Durante a primeira sessão de DRL 10-s, antes da privação de sono paradoxal, o desempenho dos animais dos dois grupos eram equivalentes (Figura 1). Comparando-se a primeira com a terceira sessão de DRL 10-s, observa-se um aumento significativo na proporção de tentativas reforçadas do grupo controle, enquanto a proporção de tentativas reforçadas do grupo experimental aumentou de forma menos acentuada. Na comparação dos grupos quanto ao desempenho na terceira sessão de DRL 10-s, foi observada uma diferença significativa entre eles ($t_{[8]} = 2,32; p < 0,05$). O grupo controle apresentou uma maior porcentagem de tentativas reforçadas em comparação com o grupo experimental. É possível visualizar que apenas um animal privado de sono apresentou maior desempenho que o desempenho mais baixo dentre os animais controle, durante a terceira sessão.

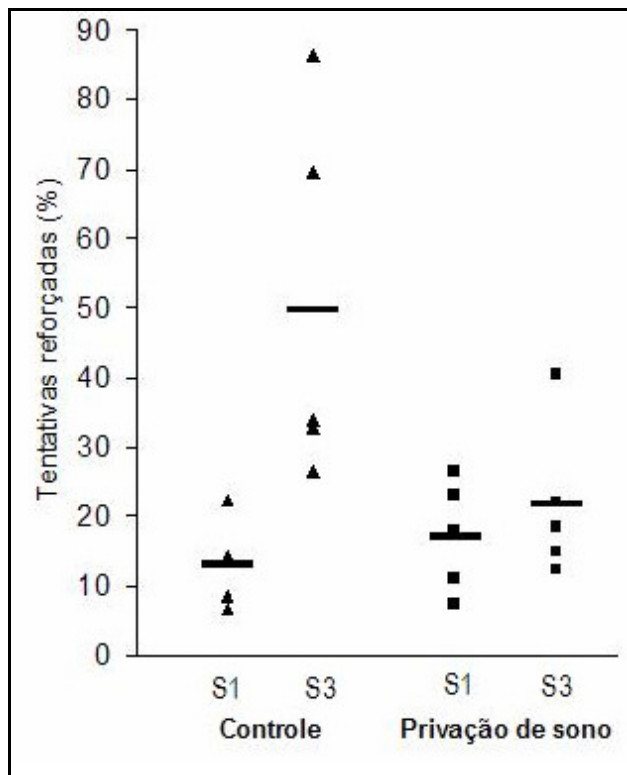


Figura 1. Porcentagem de tentativas reforçadas durante a primeira (S1) e a terceira (S3) sessão de DRL 10-s. Ratos do grupo controle (triângulos). Ratos do grupo privado de sono (quadrados). As linhas horizontais indicam as médias dos grupos. Os dados de um dos animais do grupo controle foi perdido.

A partir dos resultados obtidos, observa-se que a privação de sono teve um efeito sobre a aprendizagem de um novo comportamento. De acordo com Catania (1999), “aquilo que é aprendido durante a vigília é menos esquecido durante o sono do que durante períodos iguais de vigília. (...) durante a vigília, há maior probabilidade de ocorrência de eventos que interfiram no que é aprendido do que durante o sono” (p.349). Portanto, uma interpretação possível é que durante a vigília há mais estímulos competindo com o aprendizado de respostas operantes. Assim, pode-se concluir que a privação de sono pode interferir na aprendizagem operante.

Apesar do efeito observado mostrar uma influência da variável independente, podem-se enumerar algumas sugestões para pesquisas futuras. Acredita-se que a utilização de um intervalo de

tempo menor entre a privação de sono e as sessões de DRL poderia contribuir para um efeito mais claro sobre o responder. Além disso, seria interessante verificar os efeitos da privação de sono sobre diferentes valores de DRL, bem como sobre outros tipos de esquemas de reforço. É possível também que a privação de sono seja uma variável de interesse sobre um desempenho estável em DRL. Estudos subsequentes poderiam investigar estas possibilidades.

Referências

- Alves, R., Ramos, A. C., & Estanislau, C. (2008). Efeitos da privação de sono paradoxal sobre o desempenho de ratos numa tarefa espacial e o responder em esquema de DRL-10s. *Anais do XVII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental*.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kennedy, C. H. (2002). Effects of REM sleep deprivation on a multiple schedule of appetitive reinforcement. *Behavioural Brain Research*, 128, 205-214.
- Kirby, M. & Kennedy, G. H. (2003). Variable-interval reinforcement schedule value influences responding following REM sleep deprivation. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 80, 253-260.
- Kolb, B. & Whishaw, I. Q. (2002). *Neurociência do comportamento*. São Paulo: Ed. Manole.

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELAS AGÊNCIAS DE PROPAGANDA NO CONTROLE DO COMPORTAMENTO

Marcelo Henklain¹
Patrícia Brandão²
Rauni Alves²
Naiade Lohmann²
Thaís Oliveira²
Maura Glória de Freitas³

As culturas têm vivenciado um acirramento cada vez maior da competição em todos os níveis da sociedade em função das transformações sociais e econômicas ocorridas ao longo da história, sobretudo, após a Revolução Industrial. Em face das disputas comerciais, garantir um elevado consumo de produtos e serviços tem sido a meta do empresariado. Neste contexto, as propagandas surgem como o meio mais eficaz para que tais objetivos sejam alcançados, e a televisão, internet, rádio, jornais e revistas, por conseguinte, atuam como veículos ideais para essa divulgação das empresas e seus produtos.

Assim, inevitavelmente, tomamos contato diário com uma série de propagandas e somos por elas afetados de alguma forma. Apesar disso, ainda não sabemos descrever com clareza os efeitos dessas interações sobre o nosso comportamento de consumir bens. Dado que o comportamento é o objeto de estudo do analista do comportamento, analisar o comportamento de consumo é uma tarefa própria dele, que deverá descrever como as agências de publicidade manipulam variáveis de modo a tornar mais provável que um indivíduo (ou um grupo), desde que tenha *recursos* e *acesso a*, consuma determinado produto. Essa descrição, provavelmente, permitiria uma ampliação do autoconhecimento das pessoas e, quem sabe, um consumo mais racional de produtos e serviços.

Pensando nisso, este estudo teve por objetivo identificar algumas estratégias utilizadas pelas agências de publicidade capazes de aumentar a probabilidade de ocorrência do comportamento de consumo. Para tal, foi realizada uma análise bibliográfica de textos que relacionam Análise do Comportamento e propaganda, cujos resultados são descritos a seguir.

De acordo com Vestergaard e Schroder (1994), “o papel de um anúncio publicitário é chamar a atenção, despertar interesse, estimular o desejo, criar convicção e induzir a ação” em um consumidor. Numa visão analítico-comportamental, os objetivos da propaganda poderiam ser lidos como: manter os comportamentos perceptuais (visão, audição, tato, paladar e olfato) do indivíduo sob controle de um determinado produto, descrever as conseqüências reforçadoras que se seguirão do uso desse produto, torná-lo um estímulo eliciador de respostas descritas como prazerosas (ou

¹ Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

² Discentes do curso de graduação em Psicologia da UEL

³ Docente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina

Contato: marcelo_henklain@hotmail.com

torná-lo um estímulo condicionado) e, por fim, garantir que o cliente compre e use o produto. Após o seu uso, espera-se que o produto assumira valor reforçador para o cliente, tornando mais provável o seu consumo no futuro. De modo geral, a propaganda desempenha o papel de estímulo antecedente para o comportamento de consumir produtos e serviços.

Alcançar esses objetivos exige que a agência de publicidade, em primeiro lugar, defina o seu público-alvo, para, então, manipular, de forma estratégica, cada dimensão do produto (cor, cheiro, tamanho, peso, textura etc). Além disso, deve pensar também em que meios de comunicação (e em quais horários) ele será divulgado, como será a propaganda e se ela será acompanhada de alguma promoção, degustação ou premiação para incentivar a compra do produto.

A definição do público-alvo é importante porque permite que as agências de publicidade elaborem estratégias de venda baseadas nas preferências, gostos e atitudes de grupos específicos, o que torna mais provável o sucesso da campanha publicitária. Pessoas são diferentes uma das outras em função de suas diferentes histórias de aprendizagem e o mesmo vale no caso dos grupos e suas práticas. Dessa forma, quanto mais específico for o público-alvo, maiores serão as chances de identificar eventos importantes para este grupo e, nesse sentido, ao manipular essas variáveis, aumentar a probabilidade do comportamento de consumo.

No que diz respeito às dimensões do produto, uma das estratégias mais usuais é pensar nos efeitos que as características físicas de sua embalagem devem produzir nos clientes. Geralmente, as embalagens e as propagandas tentam trabalhar com estímulos capazes de eliciar respondentes descritos como prazerosos que auxiliam a formar uma predisposição positiva em relação ao produto, anterior à sua avaliação. É importante considerar também a disposição do produto em prateleiras ou em pontos estratégicos dos locais de venda, ou em horários específicos, pois ela pode atuar como operação estabelecadora que pode intensificar ou não a função discriminativa e/ou eliciadora dessas dimensões do produto.

Nas propagandas, observamos também o uso do condicionamento operante, em que o emparelhamento se dá entre um estímulo reforçador, por exemplo, incondicional (tal como alimentação, sexo ou segurança) e o estímulo neutro (produto). Nesse particular, deve-se reconhecer o efeito que as regras têm sobre o estabelecimento do produto enquanto um reforçador condicionado e/ou como meio para a produção de outros reforçadores. Nas propagandas, é através das regras que as agências de publicidade buscam descrever contingências, sinalizando para as propriedades reforçadoras dos bens que eles buscam vender.

Embora esses recursos sejam valiosos, o resultado da campanha publicitária sempre dependerá da história de reforçamento diferencial de cada indivíduo, o que significa que aquelas pessoas que seguirem regras descritas em propagandas e não foram reforçadas, têm menos

probabilidade de segui-las novamente. Isto é, mesmo que alguém compre o produto, se ele não possuir as características prometidas na propaganda ou se for aversivo, será pouco provável que essa pessoa volte a consumi-lo no futuro.

Outra estratégia das agências de publicidade refere-se à tentativa de fortalecer e manter o comportamento de consumo dos clientes por meio de promoções e premiações. Nesses casos, observamos o uso de diversos esquemas de reforçamento. Muitas promoções usam esquemas de razão fixa, o que pode ser verificado, por exemplo, quando o indivíduo é recompensado com certo brinde caso ele reúna um número específico de tampas da garrafa de uma determinada marca de refrigerante. Essa mesma promoção, num formato distinto, poderia estar arranjada num esquema de razão variável se algumas tampas fossem premiadas e outras não. Outro meio bastante usual de garantir a venda de um produto é oferecê-lo para o público de forma sazonal (esquema de intervalo fixo). Caso ele possua propriedades reforçadoras, o mais provável é que se observem muitas vendas desse produto nas épocas do ano em que ele está disponível; estas vendas estariam, então, relacionadas com o tempo de privação a que as pessoas foram submetidas. A comercialização de muitos produtos de natal, por exemplo, segue esta estratégia.

Com relação a alguns produtos, as agências de publicidade têm se utilizado também de reforçamento negativo, condição em que são descritas as conseqüências aversivas que se seguirão caso esses produtos não sejam adquiridos e utilizados. É o caso, por exemplo, das propagandas sobre inseticidas, em que o uso do produto afasta um evento provavelmente aversivo, tal como a presença de um inseto.

A modelação e o reforço social, por fim, também desempenham papel de grande importância para o sucesso das propagandas. No que diz respeito à imitação, sabemos que, sobretudo com crianças, ela tende a desempenhar uma importante função no seu processo de aprendizagem e de consumo. Desta forma, ver que outra pessoa está sendo reforçada sob determinadas circunstâncias, aumenta as chances de que, dadas as mesmas condições, nos comportemos de forma análoga.

O papel desempenhado pelo reforço social está relacionado com práticas culturais de uma determinada sociedade e, nesses casos, sabemos que as conseqüências liberadas pelo grupo são muito importantes para o indivíduo, o que torna muito provável que ele se comporte de modo a produzir esses reforçadores. Aqui seria possível imaginar um grupo em que só aquelas pessoas capazes de comprar roupas de determinadas marcas são aceitas; nesse caso, seriam reforçados, por exemplo, com atenção apenas os indivíduos que pudessem comprar roupas dessas marcas. Por esse motivo, contingências como essa devem ser consideradas quando buscamos compreender os efeitos da propaganda sobre o comportamento de consumir bens.

De modo geral, esses são alguns dos meios utilizados pelas agências de propaganda para controlar o comportamento de consumir. O campo de pesquisa demonstra ser vasto e de grande relevância para os analistas do comportamento, que devem ter como foco de análise os efeitos da propaganda sobre o comportamento das pessoas e as conseqüências dessas interações para o desenvolvimento e sobrevivência das culturas humanas.

Referências:

- MACHADO, S. L. **Propaganda, consumo e análise do comportamento.** In: KERBAUY, R.R. (ed.) *Sobre comportamento e cognição.* Santo André: Esetec, vol. 5, cap. 14, p. 120-129, 2001.
- SKINNER, B. F. (1994) **Ciência e Comportamento Humano** (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.; 9ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1953)
- VESTERGAARD, T.; SCHRODER, K. **A linguagem da propaganda.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ANÁLISE DO LIVRO “COERÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES”: PONTUANDO ALGUMAS DIVERGÊNCIAS ÀS POSIÇÕES DE SIDMAN

Maura Alves Nunes Gongora¹
Souzanne Langner Dupont¹
Íria Stein Siena¹

No livro *Coerção e Suas Implicações*, seu autor Murray Sidman (1989/1995) procurou demonstrar alguns dos mais importantes problemas relativos ao uso da coerção no controle do comportamento humano. O primeiro deles refere-se à amplitude de ocorrência da coerção em nossas relações sociais e interpessoais. No livro, ele conceituou coerção como “a ameaça ou o uso efetivo de contingências de reforço negativo e de punição como forma de controlar as pessoas”. Em segundo lugar, ele procurou detalhar, ao longo do livro, diversos subprodutos indesejáveis da coerção. Ele conduziu sua argumentação mostrando como os resultados de pesquisas de laboratório, com não-humanos, poderiam auxiliar na interpretação de efeitos da coerção que ocorrem nas relações humanas, especialmente no campo da educação. Argumentando contra o uso da coerção, o autor defende a tese de que em intervenções comportamentais, sempre que possível, os procedimentos fundamentados no controle aversivo devem ser substituídos por procedimentos que se fundamentem no reforço positivo. Entretanto, ainda que esta tese geral seja um consenso entre teóricos da Análise do Comportamento, muitos deles não concordam com algumas das posições defendidas por Sidman em sua argumentação. Por outro lado, informações de bases de dados amplas como o *google*, mostram que essa obra de Sidman tem sido uma das principais referências de analistas do comportamento que atuam no campo de aplicação da análise comportamental. Isso demonstra a relevância de um estudo de questões teóricas suscitadas por esta obra de Sidman. Tendo isto em conta, a meta desta pesquisa teórico-conceitual foi comparar as posições defendidas por Sidman no livro *Coerção e Suas Implicações* com as posições de outros autores. Para tanto, foram examinados e comparados textos de Sidman e de outros autores, analistas do comportamento, selecionados por apresentarem diferentes posições a respeito do controle aversivo do comportamento. Foram fontes de dados o livro de Sidman e as publicações de autores que defendem posições divergentes daquelas contidas no livro. Conduziu-se um levantamento na base de dados PsycINFO, no período de 1989 a 2007, com palavras-chave do controle aversivo para a identificação das fontes nas quais se encontram posições divergentes das de Sidman. Foram conduzidos diferentes cruzamentos de palavras-chave tendo como base as seguintes palavras: *coercion*, *aversive*, *aversive control*, *aversive contingency*, *negative reinforcement*, *aversive stimulus*, *punishment*. O exame das fontes de dados levantadas mostrou que há cerca de oito temas nos quais verifica-se alguma divergência em relação às posições de

¹ Universidade Estadual de Londrina. Contato: maura@uel.br

Sidman. Entretanto, em apenas quatro deles os debates apresentam amplitude e detalhes suficientes para uma análise comparativa, motivo pelo qual apenas estes foram mantidos no estudo. Seguem os quatro temas mais debatidos ilustrados com alguns dos argumentos de Sidman e da contra-argumentação correspondente. 1- *Eficácia da punição*: tanto Sidman (1989/1995) quanto Skinner (1953/1998) consideram a punição ineficaz para manter modificações comportamentais, argumentando que seus efeitos são temporários. Contudo, alguns autores, entre eles Catania (1999); Malott (2004); Todorov (2001) e Perone (2003) não concordam completamente com essa posição, isto com base em dois argumentos principais: Primeiro porque o efeito de contingências de reforço positivo também pode ser temporário, o que não justificaria, portanto, questionar apenas a eficácia da punição pela sua temporalidade. Segundo porque autores como Catania (1999) e Todorov (2001) afirmam que há experimentos posteriores aos citados em Skinner (1953/1998) os quais mostram que, em certas circunstâncias, a punição pode ser eficaz para suprimir o comportamento, seja totalmente, seja por longos períodos. 2- *Efeitos indesejáveis e desejáveis do controle aversivo*: outro tema no qual há discordâncias com Sidman, refere-se à possibilidade do controle aversivo poder produzir, em certas circunstâncias, subprodutos desejáveis. Ele defende que mesmo quando, eventualmente, um efeito do controle aversivo parece ser desejável, no longo prazo ele será sempre prejudicial. Este seria o caso para o uso do reforço negativo, por exemplo. Discordam dessa posição Heline (1984); Michel (2006); Millenson (1975) e Perone (2003). Heline (1984), por exemplo, afirma que “punição é um fato freqüente em relações humanas, e em algumas circunstâncias procedimentos punitivos podem produzir bases mais efetivas para o acesso ao bem social” (p.496). Ele se refere, neste caso, às multas para quem não paga os impostos, ou àqueles que não respeitam sinais de trânsito, por exemplo, o que permite que outras pessoas sejam beneficiadas com o fruto dessas medidas governamentais. A posição de Perone (2003) é outro exemplo de discordância neste tema: ele pontua que, embora seja quase unânime a posição de que os problemas de comportamento têm origem no controle aversivo, isto não é completamente verdadeiro; isto porque o controle aversivo, às vezes, pode ser bom, enquanto que o controle positivo não é necessariamente bom, às vezes, pode ser ruim. 3- *Efeitos negativos do reforço positivo*: Verifica-se acima que Perone (2003) entra em um terceiro tipo de discordância com Sidman ao destacar os riscos de subprodutos indesejáveis que o reforço positivo também pode apresentar. Enquanto Sidman não se dedica a esse tema e enfatiza com veemência os benefícios do reforço positivo, defendendo que este deva substituir o controle aversivo, Perone (2003) faz uma longa descrição das possibilidades do reforço positivo também produzir efeitos negativos (indesejáveis). Esse tema encontra-se amplamente debatido na literatura, com vários desdobramentos apresentados em Balsam e Bondy (1983) e Baron e Galizio (2005), entre vários outros autores. 4- *Distinção entre reforço negativo e positivo*: este quarto

tema de discordâncias tem merecido amplos debates na literatura mais recente. Alguns autores, por exemplo, Baron e Galizio (2006) e Michael (2006), argumentam que ela é ambígua e até que poderia ser abandonada. Entretanto, Sidman (2006) entrou no debate apresentando diversas justificativas favoráveis à manutenção da distinção. Iwata (2006), por sua vez, concorda em parte com Sidman (2006) e em parte com Baron e Galizio (2006). Pode-se concluir que o estudo aqui relatado permitiu detectar importantes temas polêmicos na área do controle aversivo do comportamento. Os resultados indicaram que, apesar da extrema relevância do livro analisado, não há unanimidade em muitas das posições ali defendidas por Sidman.

REFERÊNCIAS

- Balsam, P. D & Bondy, A. S. (1983). The negative side effects of reward. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 16 (3), 283-296.
- Baron, A. & Galizio, M. (2005). Positive and negative reinforcement: should the distinction be preserved? *The Behavior Analyst*, 28 (1), 85-98.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. (D. G. Souza et al, Trads.). 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Hineline, P. N. (1984). Aversive control: A separate domain?. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 3 (1), 495-509.
- Iwata, B. A. (2006). On the distinction between positive and negative reinforcement. *The behavior analyst*, 29 (1), 121-123.
- Malott, R. W. (2004). Notes from an introspective behaviorist: achieving the positive live through negative reinforcement. *Journal of Organizational Behavior Management*. Extraído de <http://www.dickmalott.com>. em 10/06/05.
- Michael, J. (2006). Comment on Baron and Galizio (2005). *The behavior analyst*, 29 (1), 117-119.
- Millenson, J. R. (1975). *Princípios de análise do comportamento*. (A. A. Souza & D. Rezende, Trads.). Brasília: Coordenada. (Originalmente publicado em 1967)
- Perone, M. (2003). Negative effects of positive reinforcement. *The Behavior Analyst*, 1 (1), 1-14.
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações*. (R. Azzi; Andery, M.A, Trads.) Campinas: Editorial Psy. (Originalmente publicado em 1989)
- Sidman, M. (2006). The distinction between positive and negative reinforcement: some additional considerations. *The behavior analyst*, 29(1), 135-139.
- Skinner, B. F. (1998). *Ciência e comportamento humano*. (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)
- Todorov, J. C. (2001). Quem tem medo de punição? *Revista de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1 (1), 37-40.

TRATAMENTO DE ANSIEDADE EM ATLETA DE NATAÇÃO DA BLUMENAU/ FURB / APANBLU ATRAVÉS DO TREINO DE INOCULAÇÃO DE STRESS

Carlos Roberto de Oliveira Nunes¹
João Henrique Negrão de Castro²
Ana Paula Garcia¹
Gabriela Frischknecht¹

A ansiedade é definida como um estado emocional negativo, caracterizado pela ocorrência de preocupação e ativação corporal (WEINBERG & GOULD, 2001). Respostas de ansiedade são freqüentemente apresentadas em períodos de competição e de preparação para competição, principalmente por atletas mais jovens e em esportes que exigem precisão de movimentos (MELLALIEU et al., 2004). Existe consenso de que estados elevados de ansiedade prejudicam o desempenho esportivo, provavelmente por alterarem os focos de atenção, a senso-percepção e a precisão. Por esta razão, precisam ser diagnosticados e combatidos, o que tem gerado a pesquisa e a construção de instrumentos de avaliação, como o “Inventário de Ansiedade-Estado Competitiva - 2” (CSAI-2) (MARTENS et al, 1990b). O Treino de Inoculação de Stress (TIDS) consiste num conjunto de procedimentos que tem se mostrado eficaz no tratamento de diversos focos de intervenção comportamental (MEICHENBAUM, 1985). É aplicado com base nos princípios de que: (1) a ação humana é um fenômeno multicausado a partir das interações entre os fatores fisiológicos, afetivos, comportamentais, cognitivos e ambientais; (2) a mudança de hábitos disfuncionais pode ser conseguida através do planejamento e da execução de uma estratégia de enfrentamento focada na resolução dos problemas e na mudança de percepção do sujeito sobre os fatores em questão; (3) uma atitude empirista dos participantes deve ser estimulada para estas resoluções. Este trabalho relata a condução e o resultado de uma intervenção, através do Treino de Inoculação de Stress, com uma atleta de Natação, que apresentava queixas de forte ansiedade pré-competitiva e competitiva. A atleta foi encaminhada ao Programa de Apoio ao Esporte da Universidade Regional de Blumenau pela mãe e pelo técnico, com as queixas (a) de sofrimento emocional e insônia, durante a semana que antecedia as competições esportivas, e (b) forte sofrimento emocional durante a hora que antecedia as provas de natação.

Método

Participante. Uma atleta de Natação, com 12 anos de idade, categoria Petit.

Instrumento. Foi utilizado o Inventário de Ansiedade Estado Competitiva – 2 (CSAI-2) (CRUZ et al., 2006), no qual a atleta indicava seu nível de ansiedade para cada uma das questões do instrumento, numa escala de 1 (baixa) a 4 (alta).

¹ Universidade Regional de Blumenau (FURB)

² Fundação Municipal de Desportos (FMD)

Contato com autores: cnunes@furb.br

Procedimento. A atleta foi submetida ao Treino de Inoculação de Stress, dividido nas seguintes fases: (a) a “Re-conceitualização”, que envolveu o diagnóstico do nível de ansiedade pré-competitiva, a identificação das compreensões relacionadas aos processos de treinamento e de avaliação de resultados competitivos, e a modificação das compreensões disfuncionais, através de questionamento socrático e modelagem; (b) a “Aquisição e Ensaio de Habilidades” que envolveu o controle de ativação e ansiedade, através de relaxamento, alongamento, respiração e parada de pensamento; (c) e a “Aplicação e Consolidação”, que envolveu a aplicação das habilidades desenvolvidas nos contextos inicialmente ansiogênicos, isto é, nos períodos pré-competitivo e competitivo. O processo completo de intervenção teve a duração de seis sessões. No início da primeira sessão, da quarta e no final da sexta foram realizadas avaliações dos níveis de ansiedade pré-competitiva através da aplicação do CSAI-2.

Resultados

As médias das respostas que a atleta apresentou nas três aplicações do CSAI-2 diminuíram significativamente entre a primeira e a terceira avaliação. A atleta, antes das intervenções psicológicas, apresentava queixas de ansiedade diante da imaginação de não vencer provas. Através de questionamento socrático, seu foco de análise foi transferido da “colocação de chegada” para o alcance de objetivos controláveis na competição, como o tempo a ser estabelecido. O controle de ativação e sono na semana que antecedia as competições foi possibilitado em razão da constatação, por questionamento socrático, de que pensamentos sobre competição geravam respostas de ansiedade na atleta. Foram prescritos conteúdos relaxantes de pensamento a serem desenvolvidos nas horas que antecederiam o sono, bem como, condições de *timeout* diante da ocorrência de pensamentos sobre natação ou competição, no quarto. Foi solicitado à atleta que evitasse pensamentos sobre competição fora das situações de treinamento esportivo. As técnicas de controle de respiração e parada de pensamento, de acordo com a atleta, geraram forte redução das respostas de ansiedade competitiva (momentos que antecediavam a competição, já na piscina).

Discussão

O procedimento desenvolvido gerou significativa redução das respostas de ansiedade. Paralelamente à intervenção sobre estas respostas emocionais, foi executado um procedimento educacional com a atleta para desenvolver respostas de autocontrole para treinos de qualidade, conforme prescrito por Martin (2001), o que pode ter auxiliado na redução das respostas de ansiedade pré-competitiva e competitiva.

Referências:

- CRUZ, J.F., VIVEIROS, M.I., ALVES, L.A., GOMES, A.R., MATOS, D., FERREIRA, M.J., & DIAS, C. Características psicométricas de uma versão portuguesa do “Competitive State Anxiety Inventory-2” (CSAI-2): Dados preliminares relativos à sua validade e estrutura factorial. In N. Santos, M. Lima, M. Melo, A. Candeias, M. Grácio & A. Calado (Eds.), *Actas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (Vol. 3, pp. 104-125).. Évora: Departamento de Psicologia, Universidade de Évora, 2006.
- HARDY, L.; JONES, G.; GOULD, D. *Understanding Psychological Preparation for Sport: Theory and Practice of Elite Performers*. Chichester, UK: Wiley, 1996.
- MARTENS, R., VEALEY, R.S., BURTON, D., BUMP, L., & SMITH, D.E. (1990B). Development and validation of the Competitive State Anxiety Inventory-2, In R. Martens, R. S. Vealey, & D. Burton (Eds.), *Competitive anxiety in sport* (pp. 117 – 178). Champaign, IL: Human Kinetics.
- MARTIN, G. L. *Consultoria em Psicologia do Esporte: Orientações Práticas em Análise do Comportamento*. Campinas, SP: Instituto de Análise do Comportamento, 2001.
- MEICHENBAUM, D. *Stress inoculation training*. New York: *Plenum Press*. 1985.
- MELLALIEU, S. D.; HANTON, S.; O’BRIEN, M. Intensity and direction of competitive anxiety as a function of sport type and experience. *Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports*, v. 14, p. 326-334, 2004.
- ORLICK, T. & PARTINGTON, J. Mental links to excellence. *The sport psychologist*, v. 2, p. 105-130, 1988.
- WEINBERG, R.S.; GOULD, D. *Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício*. Porto Alegre: *Artmed Editora*, 2001.

TCR (TERAPIA POR CONTINGÊNCIAS DE REFORÇAMENTO): FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ESTUDO DE CASO

Patrícia Piazzon Queiroz¹

A proposta da Terapia por Contingências de Reforçamento modelo teórico foi se desenvolvendo a partir da atuação clínica, embasando-se no referencial teórico do Behaviorismo Radical, Ciência do Comportamento Humano e Análise Experimental do Comportamento. Este modelo propõe: o terapeuta partirá da queixa inicial do cliente para, então, identificar as contingências em operação mantenedoras deste comportamento verbal. No entanto, este é apenas o passo inicial para identificar as múltiplas contingências no ambiente natural do cliente que instalaram e mantêm os comportamentos e sentimentos aversivos.

O terapeuta, enquanto ambiente verbal, poderá ajudar o cliente a “conscientizar-se” das contingências que controlam seus comportamentos e sentimentos. Para isso, “o terapeuta precisa, ele próprio, ter consciência das contingências que controlam os comportamentos do seu cliente, para criar as condições necessárias que permitirão ao cliente conhecer essas contingências”. (Guilhardi e Queiroz, 1997, p. 46)

O terapeuta, então, ao identificar as contingências em operação no ambiente do cliente, poderá levá-lo a descrevê-las. Este processo ocorre através de perguntas e descrições das contingências feitas pelo terapeuta; e da exposição do cliente ao próprio ambiente, assim, ele poderá ficar sob controle de tais questões e descrições. Ele mesmo será capaz de relacionar os eventos, tornando-se consciente das contingências que controlam seus comportamentos e sentimentos.

Ser capaz de descrevê-las, ou seja, tornar-se consciente não basta. O terapeuta precisará instalar novos repertórios de comportamentos para que o cliente atue no seu ambiente natural e as conseqüências destes selecionem os novos padrões. Estes padrões de comportamentos produzirão novos sentimentos. Os novos repertórios instalados deverão, em sua maioria, ser mantidos por contingências amenas de reforçamento positivos e negativos, e eventualmente, aversivas.

A palestra apresentará através de um estudo de caso clínico a teoria deste modelo e a sua aplicação.

¹ Instituto de Análise Aplicada do Comportamento de Campinas.
Contato: ppqueiroz@uol.com.br

PROPOSTAS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A CLÍNICA: DIFERENÇA OU COMPLEMENTARIDADE?¹

Patrícia Piazzon Queiroz

“Ao rejeitar os sentimentos e estados da mente como causas iniciadoras do comportamento e ao se voltarem alternativamente para as condições ambientais responsáveis, tanto pelo que as pessoas fazem, como pelo que sentem enquanto o fazem, os analistas do comportamento, e junto com eles os terapeutas comportamentais, puderam focalizar os problemas mais amplos de comportamento humano de uma forma muito mais eficaz.” (Skinner, 1995 p. 116)

A prática clínica na análise do comportamento desenvolveu algumas propostas de atuação. Tínhamos um modelo teórico rico e consistente, sem nenhum modelo prático estabelecido. Inicialmente foram criadas as propostas da “Modificação de Comportamento”, bastante eficaz na alteração de alguns padrões específicos. A restrição dessa prática ocorria devido a algumas substituições de sintomas e, ainda, houve uma ampliar nas queixas trazidas ao consultório. Essas duas situações passaram a exigir dos terapeutas o desenvolvimento de novas formas de atuação eficazes na alteração dos problemas trazidos e identificados por eles. Mantiveram e ampliaram ainda mais a constante análise dos comportamentos do cliente e passaram a variar as suas intervenções (estas embasadas em um modelo teórico). Os novos padrões de comportamento do terapeuta, seus procedimentos de intervenção, foram ou não selecionados. O resultado desse processo foi o desenvolvimento de alguns modelos de atuação. O ponto principal das práticas em clínica é a análise do comportamento humano e seus mantenedores. Elas se diferenciam, se assemelham e se encontram nas intervenções. No entanto, a variável importante e relevante nesse caso é a capacidade destas em alterar a queixa do cliente e os problemas identificados. O diálogo e interação entre elas são fundamentais.

¹ Resumo referente a apresentação de Patrícia Piazzon Queiroz (IAAC-Campinas), em mesa-redonda com este título com Fátima Cristina de Souza Conte (PsicC-Londrina) e Maria Zilah da Silva Brandão (PsicC-Londrina).